



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
MESTRADO

JOÃO PAULO APRÍGIO MOREIRA

**UMA ONTOLOGIA EVOLUCIONISTA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A
NOÇÃO DE "DESENVOLVIMENTO" NA OBRA DE DARCY RIBEIRO**

SÃO CARLOS
2012

**UMA ONTOLOGIA EVOLUCIONISTA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A
NOÇÃO DE "DESENVOLVIMENTO" NA OBRA DE DARCY RIBEIRO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
MESTRADO**

JOÃO PAULO APRÍGIO MOREIRA

**UMA ONTOLOGIA EVOLUCIONISTA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A
NOÇÃO DE "DESENVOLVIMENTO" NA OBRA DE DARCY RIBEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) sob orientação do Prof. Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

**SÃO CARLOS
2012**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M838oe

Moreira, João Paulo Aprígio.

Uma ontologia evolucionista : considerações sobre a noção de “desenvolvimento” na obra de Darcy Ribeiro / João Paulo Aprígio Moreira. -- São Carlos : UFSCar, 2012.
90 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Antropologia - história. 2. Desenvolvimento social. 3. Ribeiro, Darcy, 1922-1997. 4. Teoria antropológica. I. Título.

CDD: 301.09 (20ª)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas.coordenacao@ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

João Paulo Aprúgio Moreira

28/08/2012

Prof. Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. João Frederico Rickli
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / PUCRS

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 16:00h no dia 28/08/2012.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna
Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna
Prof. Dr. João Frederico Rickli

Homologado na CPG-PPGAS na
_____ª. Reunião no dia ___/___/____.

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
Vice-Coordenador do PPGAS

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é resultado de minha busca por uma formação em Antropologia. Disciplina pela qual me encantei durante ainda minha graduação em História, quando a ela fui apresentado pela professora Izabela Tamaso. De lá até aqui foram muitos percalços, escolhas que foram, talvez, vistas por muitos como apressadas, mas que foram, exclusivamente, resultado deste meu projeto. Da escolha de meu objeto, ainda na História, às redes que mobilizei – pessoas e instituições – é a elas que quero dedicar este trabalho. Não as citarei uma por uma, pois são inúmeras, mas com certeza ao lerem esta dedicatória, e elas estarão nas mãos certas, se identificarão na mensagem e minha gratidão estará expressa em ato: no resultado, que é o que buscamos juntos ao longo deste tempo. No entanto, gostaria de citar algumas, a começar pela UFSCar; Marcos Lanna, meu orientador – pelas importantes contribuições e pelo voto de confiança dado; a Piero Leiner, sem o qual minha pesquisa não teria tomado a forma que tomou; e, sobretudo, aos meus pais, que patrocinaram todo o meu esforço e me acompanharam nesta penosa, mas enriquecedora jornada.

RESUMO

Esta dissertação procura investigar possíveis pontos de interlocução entre uma teoria antropológica moderna e discursos sobre o “desenvolvimento”. O principal ponto de interlocução destes campos são teorias acerca da mudança cultural, considerando o papel de mediadoras que desempenham ao produzir sentidos específicos para a noção de “desenvolvimento”. O material utilizado para tanto foi o livro ‘O Processo Civilizatório: etapas da evolução sociocultural’ de Darcy Ribeiro, publicado em 1968, e que compõe os ‘Estudos de Antropologia da Civilização’. No caso de Darcy Ribeiro, observamos que este articulou uma teoria antropológica neoevolucionista e um projeto de nação desenvolvimentista a partir do conceito de revoluções tecnológicas. Tal conceito perfaz a ideia do autor de mudança cultural, ao mesmo tempo que enseja uma crítica à teoria da dependência latino-americana, nos moldes do debate acerca do subdesenvolvimento tal como a discussão sobre o “desenvolvimento” se encaminhava no campo político. A partir do conceito de revoluções tecnológicas, Darcy Ribeiro retoma o tema das dinâmicas culturais, caro às teorias da antropologia moderna e embasadas em uma perspectiva evolucionista, bem como valores do projeto nacional-desenvolvimentista defendido por políticos trabalhistas – valores que residem na crítica à dependência econômica dos países latinos e na defesa da autonomia política de nações “subdesenvolvidas” como caminho para o desenvolvimento.

Palavras-chaves: Darcy Ribeiro. Desenvolvimento. Teorias antropológicas.

ABSTRACT

This work investigates possible relations between a modern anthropological theory and discourses about "development". These relations are presented in theories of cultural change which will be considered with focus on the role mediators play in the production of specific meanings to the notion of "development". The analysis focuses on Darcy Ribeiro's 'The Civilizing Process: stages of sociocultural evolution', published in 1968. In this book Ribeiro presents his theory articulating a neoevolutionist anthropological perspective with a project of development for the Brazilian nation based on the concept of "technological revolutions". This concept is one of the foundations of Ribeiro's idea of cultural change at the same time offers a critique of dependency theory in Latin America, in the form of placing in the political field debates on the underdevelopment-"Development" contrast. From the concept of technological revolutions, Ribeiro returns to the issue of cultural dynamics, dear to the theories of modern anthropology and grounded in an evolutionary perspective, as well as to the values of the national-developmentalism defended by Labour politicians - values that reside in the critical dependence of Latin countries' economic and the search for political autonomy, as well as in the defense of nations "underdeveloped" as the path to development.

Keywords: Darcy Ribeiro, development, anthropological theories

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
CAPÍTULO 1	
DO INDIGENISMO A UMA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO	15
1.1 “ <i>Os Índios e a Civilização</i> ”: preâmbulo de uma teoria do desenvolvimento.....	16
1.2 “ <i>O Processo Civilizatório</i> ”: uma teoria do desenvolvimento.....	23
CAPÍTULO 2	
DARCY RIBEIRO E SEUS INTERLOCUTORES NO TEMA	
DO DESENVOLVIMENTO: DIÁLOGOS, IMPASSES E PERSPECTIVAS	35
2.1 O campo do desenvolvimento e a obra de Darcy Ribeiro	37
2.2 O debate sobre o subdesenvolvimento e a teoria da evolução sociocultural.....	38
2.3 Darcy Ribeiro, Antropologias e o ‘Desenvolvimento’	45
CAPÍTULO 3	
BRASIL, A “NOVA ROMA DOS TRÓPICOS”: DESENVOLVIMENTO, HISTÓRIA E	
ESTADO NOS <i>ESTUDOS DE ANTROPOLOGIA DA CIVILIZAÇÃO</i>	54
3.1 A história como retórica de projetos de desenvolvimento: os usos do passado na teoria de Darcy Ribeiro.....	55
3.2 A teoria da evolução sociocultural como subsídio de um projeto de nação	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	82
ANEXO	88

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação procura analisar a noção de desenvolvimento de Darcy Ribeiro, a partir de uma teoria que o mesmo chamou de “teoria da evolução sociocultural”, presente em seu livro *O Processo Civilizatório*. Trata-se de analisá-la sob a luz dos múltiplos discursos sobre o desenvolvimento e da gama de atores que mobilizam estes discursos, considerando apreciações da antropologia lévi-strassiana sobre o tema do desenvolvimento.

Gustavo Lins Ribeiro (2008), ao tratar o desenvolvimento como um campo de poder¹, formado por muitas redes, menciona alguns dos vários atores que o compõem, como instituições, pessoas e outros, compreendendo: “[...] segmentos de populações locais, (elites ou líderes de movimentos sociais), empresários privados, funcionários e políticos do governo, organizações internacionais e transnacionais, a partir de empreiteiros, funcionários de agências multilaterais e bancos regionais.” No que diz respeito às instituições que compõe estas diversas redes, o autor ainda cita organizações governamentais e não-governamentais, igrejas (RICKLY, 2008), sindicatos, corporações financeiras, etc. Cumpre, portanto, circunscrever a teoria de Darcy Ribeiro acerca das ‘mudanças culturais’, presente na obra que nos propomos analisar, como um discurso que enseja uma noção específica de desenvolvimento; posicionando-a, assim, com relação a estes outros atores e discursos.

Considerando o que convencionou-se chamar, no âmbito da teoria social e política, de pensamento social latino-americano e brasileiro (SCHWARCZ; BOTELHO, 2011), a teoria do autor sobre o desenvolvimento, compõe parte do repertório simbólico mobilizado não só no campo acadêmico. Enfatizaremos o papel que um discurso específico, nacional-desenvolvimentista, que tem sua gênese no domínio da política brasileira, desempenhou no pensamento de Darcy Ribeiro, a partir do tema do desenvolvimento.

Com efeito, trata-se de considerar a teoria de Darcy Ribeiro como uma prática intelectual que se motivou a partir de um projeto de estado para o Brasil, vinculada a um partido político e que se sustentava na noção de desenvolvimento que buscamos apresentar.

¹ Para o autor, citando P. Bourdieu (1986, p. 26) um campo de poder é: “uma série de relações e inter-relações baseada em valores específicos e práticas que operam em dados contextos. Um campo é heterogêneo por definição; ele é feito de diferentes atores, instituições, discursos e forças em tensão. Dentro de um campo, tudo faz sentido em termos relacionais por meio de oposições e distinções. Estratégias de cooperação ou conflito entre atores determinam se uma doutrina particular é hegemônica, não obstante seus sucessos ou falhas”.

Darcy Ribeiro considerava a discussão sobre o desenvolvimento (levada a cabo em sua obra) como parte fulcral da justificativa teórica e “científica” de um projeto de nação que ele apoiou a partir do nacional-desenvolvimentismo. O modo como tal relação é articulada se configura no cerne do que pretendemos investigar. Partimos da hipótese de que foi o tema do desenvolvimento que permitiu a articulação do campo acadêmico e político pelos quais o autor transitava. Interessa-nos, todavia, apresentar como, em termos conceituais, o autor articulou os discursos destes campos, cuja uma das maiores expressões desta relação estaria na realização de parte de sua obra teórica. Não obstante, existam outros projetos na trajetória do autor, como destacados e analisados em outros trabalhos: Bomeny (2001), Pinheiro (2006), Mattos (2007), Matias (2009) e Moreira (2010).

Particularmente estes autores abordaram o projeto político de Darcy Ribeiro relativo a diversas práticas do mesmo, tais como o pensamento sociológico do autor, no caso de Bomeny (2001), a proposição de um projeto identitário latino americanista, na pesquisa de Pinheiro (2006); museus, criação de linhas de pesquisas em programas de pós-graduação, no caso de Mattos (2007); criação de uma universidade como a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), como abordado pela pesquisa de Matias (2009) e, por fim, minha última pesquisa, Moreira (2010); que teve como problema analisar as atualizações da cultura política trabalhista a partir da atividade parlamentar deste autor, enquanto senador da república, durante o processo de consolidação da democracia no Brasil. Estas pesquisas embora contemplem diversos projetos do autor, e por vezes, sua trajetória, não problematizam suficientemente o tema do ‘desenvolvimento’, como centro articulador de todos estes projetos analisados. O que justifica nossa aproximação a partir de uma rica possibilidade de diálogo com esta literatura, no que diz respeito à discussão da obra do autor e de seu projeto teórico.

A teoria do desenvolvimento de Darcy Ribeiro foi produzida em meados dos anos 1960, como resposta à mudança de projeto de estado que ocorrera no Brasil, quando a Junta Militar derrubou o Governo de João Goulart, no ano de 1964. A partir da proposta de Reformas de Base, o governo em questão expressou ideias que seriam esboçadas teoricamente na obra de Darcy Ribeiro. Neste governo, Darcy Ribeiro ocupou os cargos de Ministro da Educação e Chefe da Casa Civil até sair para o exílio em decorrência do golpe.

Partindo de uma perspectiva biográfica, Mattos (2007) destacou a importância do exílio para a realização destes livros. De outro lado, sob a base teórica de Darcy Ribeiro, não só dele, mas de autores como Florestan Fernandes e Roberto Cardoso de Oliveira, Peirano (1981) aponta o diálogo entre a Antropologia e os projetos políticos de *nation-building* –

projetos estes que temos como hipótese, pautam-se em noções específicas de desenvolvimento.

Tais relações como analisadas por estes autores, tiveram como centro de articulação um discurso sobre o desenvolvimento. Enfatizaremos o processo de centralização deste discurso na obra de Darcy Ribeiro, como um eixo que permite a discussão da mesma, já que recorrente tanto em sua trajetória como obra, como foi possível observar no material pesquisado.

Foi a partir da discussão sobre o desenvolvimento e durante o exílio que Darcy Ribeiro escreveu seus *Estudos de Antropologia da Civilização*. Este conjunto de estudos é específico no âmbito geral de sua obra, que pode ser cronologicamente dividida por temas: primeiramente, as pesquisas de Darcy Ribeiro na área de Etnologia; num segundo momento, seus estudos sobre Educação; em seguida, o conjunto de livros que compõem os *Estudos de Antropologia da Civilização*, (a que fazemos referência) e suas obras literárias, responsáveis por sua cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL) nos anos 1990; e, por fim, obras esparsas que atravessaram todos estes outros temas simultaneamente².

A série que compõe *Os Estudos de Antropologia da Civilização* possui os seguintes títulos: *O Processo Civilizatório – etapas da evolução sócio-cultural*, de 1968; *As Américas e a Civilização – processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos*, de 1970; *Os Índios e a Civilização – a integração das populações indígenas no Brasil moderno*, de 1970; *The Culture – historical configurations of the American peoples*, também de 1970 (edição brasileira de 1975, intitulada: *Configurações histórico-culturais dos povos americanos*) e *O Dilema da América Latina – estruturas do poder e forças insurgentes*, de 1978.

Através de uma teoria original, o objetivo desta coleção residiu em explicar as desigualdades das sociedades observando a formação dos povos latinoamericanos – destacando-se estudos para o caso específico do Brasil e da América Latina, que foram tematizados de forma particular em mais de um livro.

Este conjunto de estudos conta com um livro a parte para o caso brasileiro: *O Povo Brasileiro – Formação e o Sentido do Brasil*, concluído apenas em 1995. Tal obra está descontextualizada cronologicamente em relação ao restante de seu projeto – realizado

² Sobre as obras de Darcy Ribeiro, consultar Anexo I.

durante os anos 1960 e 1970, período do exílio de Darcy Ribeiro. Embora o autor já tivesse esboçado a mesma em *Os Brasileiros: uma Teoria do Brasil*, ainda em 1972, agregando-o ao conjunto mencionado anteriormente.

A abordagem dos temas específicos que constituem cada livro – América Latina, povos indígenas e Brasil – é feita com base em um volume desenvolvido especialmente para a apresentação de pressupostos teóricos. Este livro é o primeiro do conjunto e tem como título, como já mencionado, *O Processo Civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural*. Nele, é possível apontar o principal caminho para tornar mais precisa a noção de desenvolvimento de Darcy Ribeiro.

Este livro torna-se importante para a análise da noção de desenvolvimento do autor por dois motivos: primeiramente, porque a obra evidencia as bases teóricas que sustentam as leituras sobre determinados casos ilustrativos, que serão apresentados nos livros posteriores desta coleção do autor e que, também, permite-nos evidenciar como (a partir de quais conceitos) esta articulação foi dada. E, o segundo, pelo fato de tratar-se da primeira obra constituinte deste projeto que, conforme veremos, apresentou bastante uniformidade.

Já de início o autor trata de alertar, durante a apresentação da mesma, que: “pela própria natureza dos livros seguintes, que tem como objetivo entender as desigualdades do desenvolvimento dos povos americanos” (RIBEIRO, 1968, p. 32), *O Processo Civilizatório* foi resultado de parte de sua investigação, já que seus livros posteriores exigiam a “formulação de um esquema das etapas evolutivas quanto possibilitaram sua elaboração” (RIBEIRO, [1968], 1997, p. 32). O autor afirma ainda no prefácio do presente livro, [escrito em Montevidéu em 1968]:

Iniciamos com este livro a publicação de uma série de estudos sobre o processo de formação dos povos americanos, sobre as causas de seu desenvolvimento desigual e sobre as perspectivas de auto-superação que se abrem aos mais atrasados. (RIBEIRO, [1968], 1997, p. 7).

O eixo que dará suporte às respostas a estas perguntas, como veremos, será o desenvolvimento tecnológico de cada sociedade, a despeito das críticas da antropologia contemporânea a tal intento – que observam que apenas a evolução tecnológica como base para o tratamento da questão do desenvolvimento é um tanto quanto problemática, se tomada

como quesito avaliativo fundamental da experiência humana³. Haja vista que embora outros povos reconheçam o valor da tecnologia e do projeto civilizatório ocidental, e até mesmo o desejem, tal como subentendido na proposta de Ribeiro, este critério não é capaz de sintetizar um modelo universal de sentido do ‘progresso’; o que poderia ser tomado como de direito, mas não de fato. Além de proporcionar certa relação apressada entre este e crescimento econômico. (LÉVI-STRAUSS, 1973).⁴

A partir desta problematização colocada pela teoria antropológica, acerca da noção de progresso e sua relação com o tema do desenvolvimento, entendemos que o critério estabelecido por Darcy Ribeiro para tratar a história humana estaria impregnado de ‘necessidades’ das sociedades modernas e fruto, evidentemente, do contexto em que a teoria de Darcy Ribeiro foi gestada. A rigor, desconsiderando como este conceito é constituído na história e como é tomado politicamente na diversidade dos projetos de diferentes civilizações.

No que diz respeito à articulação de sua teoria com o debate sobre o desenvolvimento externo à disciplina, ressaltamos que o tema do subdesenvolvimento com o qual o autor dialoga especificamente, contempla apenas uma das diversas facetas que as discussões sobre a questão mais abrangente assumiram na história dos projetos de desenvolvimento (RIST, 1996; HANN; HART, 2011). Sob tais condições, optamos por não tentar esgotar todas as teorias do desenvolvimento que compõem esta longa e complexa narrativa, representante significativa da história do ocidente nestes últimos séculos.

Com efeito, dada a diversidade de propostas, o estudo minucioso de cada programa que constitui o campo do desenvolvimento, tende a ser balizado como opção metodológica na literatura a partir do recurso a grandes rótulos. Tais como a perspectiva do crescimento econômico, a do desenvolvimentismo – e seu debate local acerca do subdesenvolvimento (RIST, 1996; HANN; HART, 2011) –, a ideia de sustentabilidade (LINS RIBEIRO, 2008) e o *décroissance* (LATOUCHE, 2004); para citarmos apenas as pautas mais discutidas na bibliografia.

³LÉVI-STRAUSS, C. As descontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico. In: _____. **Antropologia Estrutural Dois [1973]**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p. 317-327.

⁴ Embora não tenha havido um diálogo direto entre estes autores, o tema abordado por ambos em parte de suas obras – “desenvolvimento” – pelo menos no que diz respeito aos textos analisados e ao objeto tematizado nesta dissertação, permite-nos fazer essa apreciação crítica da obra de Darcy Ribeiro. Sem, contudo, deixar de lado o controle metódico que possibilita a apresentação da teoria de Darcy Ribeiro com o rigor necessário, evitando uma leitura comprometida da mesma.

Ressaltamos que os estudos que se dedicaram ao tema tendem a recortá-los, visando tratá-los com enfoque na diversidade interna dos discursos e dos diferentes atores que compõem *cada um* destes “paradigmas”, no lugar de uma *abordagem geral*. Nossa opção metodológica não se diferencia, portanto. Ainda que seja possível passar em revista a apresentação de um panorama geral sobre as teorias do desenvolvimento, a título introdutório, como será verificado a seguir neste trabalho. Optamos deste modo, por circunscrever a teoria de Darcy Ribeiro em dois debates específicos – o subdesenvolvimento e as teorias antropológicas evolucionistas, mapeando assim, seus principais interlocutores.

Acerca dessa multiplicidade de discursos que recortam a trajetória do conceito na história, Lins Ribeiro (2008) afirmou que:

A amplitude e as múltiplas facetas do desenvolvimento são o que permite suas muitas apropriações e leituras freqüentemente divergentes. A plasticidade do discurso sobre desenvolvimento é central para assegurar sua viabilidade continuada; ele (o desenvolvimento) está sempre em processo de transformação, de cumprir promessas.

Frente ao desafio de tratar a multiplicidade de discursos que envolvem o campo do desenvolvimento, recorrerei a uma estratégia utilizada por Karen Sykes (2008), quando buscou discutir o sentido do conceito de ontologia que parece enfrentar problema semelhante, no que diz respeito à amplitude semântica com a qual dialoga nossa discussão. A autora menciona o filósofo da história W. Dray, que tratou da multiplicidade de sentidos do conceito de passado para resolver sua questão sobre uma possível transformação do conceito de cultura em ontologia – desafio que temos em tese ser semelhante para o nosso caso, com relação à ideia de desenvolvimento. Com a ressalva de que, no nosso tema, a palavra desenvolvimento não tenha sido substituída em definitivo por outra, como na discussão de Sykes (2008). Sobre isto propõe a autora:

My position today echoes Collingwood’s famous reformulation of the work of disciplined historical scholarship that shows the record of the past is an answer to human questions. It is this: If culture is the answer, then what was the question? (DRAY; DUSSEN, 1999 apud SYKES, 2008).

Deste modo, a pergunta que se coloca no caso desta pesquisa é: para qual questão uma noção de desenvolvimento é uma resposta na teoria de Darcy Ribeiro? Não nos deteremos em constituir um paralelismo com as proposições de Sykes, pois sua investigação tem como objeto outra discussão – entretanto, é notável a eficácia de sua estratégia para apresentarmos nosso tema.

Para responder tal questão esta dissertação conta com três capítulos que perpassam as seguintes perguntas: Como Darcy Ribeiro chegou ao tema do desenvolvimento? Qual a noção do autor sobre o desenvolvimento e de que maneira, a partir de sua obra, ele forjou sua versão para o debate? Qual o lugar da teoria de Darcy Ribeiro na história dos projetos de desenvolvimento? Buscamos enfatizar seus interlocutores e os temas referentes aos dois campos com que dialogou diretamente, a saber: o debate sobre o subdesenvolvimento e as teorias antropológicas. Indagamos também qual a sua relação com a antropologia e desta com o tema do desenvolvimento. Por fim, o porquê de tal procedimento e atuação neste campo de debate por parte do autor.

No primeiro capítulo, nosso objetivo se concentrou em responder como Darcy Ribeiro chegou ao tema do desenvolvimento. Nossa hipótese é a de que antes do presente autor escrever sobre o tema, este último já estava envolvido na discussão, graças à sua discussão e à sua atuação em instituições do governo brasileiro que se orientavam por esta pauta. Participação esta conforme já demonstrada por Mattos (2007). No entanto ao recorreremos a parte da biografia do autor, enfatizaremos o papel do indigenismo na trajetória do mesmo, que a partir da chamada 'política da fraternidade' (SOUZA LIMA, 1987), presente em uma das instituições na qual iniciou sua carreira como antropólogo, pode articular em sua obra os ideais de integração nacional, presente no âmbito da política trabalhista com a qual se envolvera em seguida.

Já no segundo capítulo, buscamos localizar a teoria do desenvolvimento de Darcy Ribeiro na miríade de paradigmas sobre o desenvolvimento. Nesse sentido, para melhor situar a obra de Darcy Ribeiro neste campo de discussão, procuramos recuar a um capítulo da história dos projetos de desenvolvimento, tendo como referencial o estudo de Hann & Hart (2011) sobre a questão. Este recorte diz respeito ao debate sobre o subdesenvolvimento, buscamos então mapear as principais questões dos interlocutores do autor, tanto na área do desenvolvimento, circunscrito e contextualizado no tema do subdesenvolvimento, assim como estes debates foram formulados na Antropologia. Assim, nossa ênfase recaiu sobre os projetos de desenvolvimento ainda enquanto projetos de estado e construção de nação, com o objetivo de oferecer ao leitor uma das facetas que assumiu esse discurso na diversidade de propostas que este campo oferece. Bem como a participação de antropólogos nestes projetos, como destacado de outra forma por outros autores (PEIRANO, 1981).

Por fim, no terceiro capítulo, objetivou-se evidenciar as relações entre os valores políticos com os quais Darcy Ribeiro esteve em contato durante sua trajetória política e os conceitos de sua obra, apresentados nos capítulos anteriores – especialmente os que se referem à sua teoria da evolução sociocultural. Tais pontos evidenciam como sua teoria pode ser lida dialogando com um projeto de nação.

Ao problematizarmos a noção de desenvolvimento de Darcy Ribeiro – mais do que relativizar estes projetos no sentido de um exercício antropológico, e buscar a avaliação de seus impactos em populações locais (tal como o objetivo esboçado nas pesquisas atuais sobre o desenvolvimento em Antropologia, como sugerido por Gallois (2008) e Perrot (2008), entre outros), procuramos contribuir para o estudo dos mecanismos que permitiram a construção destes discursos em um determinado contexto, salientando (no caso desta pesquisa) o papel de atores como os intelectuais e a antropologia, particularmente, na questão.

CAPÍTULO 1

DO INDIGENISMO A UMA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO

(...) o fato é que, em si mesma, a diferença cultural não tem nenhum valor. Tudo depende de quem a está tematizando, em relação a que situação histórica mundial. Nas últimas duas décadas, vários povos do planeta têm contraposto conscientemente sua “cultura” às forças do imperialismo ocidental que os vêm afligindo há tanto tempo. A cultura aparece aqui como a antítese de um projeto colonialista de estabilização, uma vez que os povos a utilizam não apenas para marcar sua identidade, como para retomar o controle do próprio destino. Foi assim que certos intelectuais burgueses alemães, destituídos de poder enquanto classe e de união enquanto nação, responderam aos apóstolos iluministas de uma “civilização” universal (sem esquecer a ameaça anglo-francesa de dominação industrial) — através da celebração das *Kulturen* indígenas de sua nação: “Os príncipes falam francês, e logo todos seguirão seu exemplo; e então, vejam, a bem-aventurança raia no horizonte! A idade de ouro, quando todo o mundo falará uma só língua, uma linguagem universal! Um só rebanho, e um só pastor! Mas onde estão vocês, culturas nacionais? (HERDER 1969, p.209)”. (SAHLINS, p.45-46, 1997)

Neste capítulo, tenciona-se verificar qual foi a porta de entrada de Darcy Ribeiro no tema do desenvolvimento. Sua teoria sobre os países da América Latina insere-se diretamente nas discussões acerca do subdesenvolvimento, que é parte de uma discussão maior que o termo engendra, a saber: as transformações das sociedades.

Com relação a Darcy Ribeiro e sua obra, alguns autores como Peirano (1981) e Mattos (2007) destacaram o lugar especial ocupado pelos *Estudos de Antropologia da Civilização* no conjunto da obra do autor. Livros do qual faz parte *O Processo Civilizatório* e que tratamos como a efetiva discussão teórica do autor sobre o desenvolvimento.

Peirano (1981) aponta o diálogo entre a recém-fundada antropologia brasileira e projetos políticos de *nation-building* para o país – abrangendo igualmente para sua discussão, uma análise da obra de autores como Florestan Fernandes e Roberto Cardoso de Oliveira. A autora assinala esta relação (entre projeto de nação e as Ciências Sociais), no caso

de Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira, com referência ao indigenismo – embora não conecte efetivamente a posição deste tema à questão do desenvolvimento.

Ainda sobre os *Estudos de Antropologia da Civilização*, Mattos (2007) com sua tese diretamente voltada a uma perspectiva biográfica do autor, enfatiza a importância do exílio para a execução destes livros, o que nos fornece seu contexto de produção com relação a trajetória do autor.

A partir das abordagens feitas por estes autores, ressaltamos aqui o papel central que o tema do desenvolvimento (produzido nesse conjunto de livros por Darcy Ribeiro) assume como chave de leitura de sua obra. As aproximações feitas por estes autores sobre a obra de Darcy Ribeiro nos são fundamentais então para que possamos situar a discussão sobre o desenvolvimento de Darcy Ribeiro, no que diz respeito a um nível micro (biográfico) e macro (sócio-antropológico). Considerando, por fim, as contribuições da antropologia de C. Lévi-Strauss (1968) para o debate sobre o desenvolvimento, tal como discutido também pela teoria de Darcy Ribeiro, objetivo buscado nesta pesquisa.

Com efeito, considerando esta discussão, pretendemos destacar o papel do livro *O Processo Civilizatório* em face do enfoque usual dado a *Os Índios e a Civilização* e outros projetos de Ribeiro, tais como os abordados na tese de Peirano (1981) e Mattos (2007). Vejamos, por conseguinte, como surge o debate sobre o desenvolvimento na trajetória de Darcy Ribeiro, e como este se torna central em sua obra.

1.1 *Os Índios e a Civilização*: preâmbulo para uma teoria do desenvolvimento

Em 1946, Darcy Ribeiro formou-se na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), sob orientação de Herbet Baldus, e logo passou a atuar no antigo SPI. Nesta instituição dedicou-se a pesquisas entre os anos de 1947 a 1957 (SOUZA LIMA, 2004), posteriormente comprometendo-se com o CBPE (Centro Brasileiro de Pesquisas em Educação) até os anos de 1960. Quando assume a reitoria da então recém-fundada Universidade de Brasília, planejada por ele. A seguir assumiu cargos políticos nos Ministérios da Educação e da Casa Civil (foi ministro), durante o Governo João Goulart. Até sair para o

exílio político por conta do Golpe de 1964 e que derrubará o governo do qual fazia parte. Depois de sua volta do exílio (em 1976), Darcy Ribeiro retorna aos quadros políticos e participa da fundação do PDT (Partido Democrático Trabalhista) – sendo eleito vice-governador do estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1982-1986 –, e, por fim, tornou-se senador da república entre os anos de 1991-1997 pelo mesmo partido. Neste período sua atuação foi balizada pela defesa do legado trabalhista do qual participara ativamente ainda nos anos 1960 (MOREIRA, 2010). Encerrando sua carreira política só quando de seu falecimento no ano de 1997.

A relação entre os cargos políticos de Darcy Ribeiro e a questão do desenvolvimento, sem considerar estritamente a questão do indigenismo, estava colocada, portanto, antes mesmo de sua adesão ao trabalhismo – que iniciou-se na década de 1950, após ser dispensado pelo quadro político partidário do PCB (RIBEIRO, 1997b), ao qual esteve vinculado até o período.

Pelo menos até década de 1940, o trabalhismo não se configurava como uma das agendas políticas brasileiras em uma plataforma político-partidária. O trabalhismo possuía parte de suas ideias alicerçadas em um projeto de integração nacional – esboçado anteriormente desde a ascensão de Getúlio Vargas ao poder com a Revolução de 1930 –, como parte de um plano de ‘modernização’, que veio a ser executado durante o Estado Novo (1937-1945). Estas ideias tomaram corpo somente a partir de 1945, com a fundação do PTB. Todavia, foram colocadas em prática na ditadura varguista anteriormente: primeiro, na esfera política (especificamente na reforma do estado), depois, com a questão social – até que Vargas tivesse que adaptá-las ao novo cenário político democrático brasileiro, esboçado a partir dos anos de 1945. (GOMES, 1988).

Neste período, a partir do planejamento e de ideais como o de integração nacional, o estado brasileiro passou a sustentar uma prática e uma ideologia segundo a qual seria o campo mais comprometido e responsável pelo “avanço” da sociedade. Tal “avanço” se formularia em maior grau neste período, segundo seus partidários, graças às forças políticas getulistas e suas ideias desenvolvimentistas calcadas no que viria a ser o projeto de nação trabalhista.

Deste modo, o próprio projeto de modernização defendido por parte da sociedade brasileira fornecia homogeneidade ao discurso político de Vargas – figura política

capaz de sintetizar este projeto de estado, e, posteriormente, outras ideologias partidárias como a do próprio PTB. Esta síntese refletia uma resposta universal a problemas políticos pontuais da sociedade brasileira à época, dentre eles a questão da integração nacional, o desenvolvimento econômico e a questão social. Questões que foram sendo paulatinamente abordadas na obra de Darcy Ribeiro. Isto nos permite dizer que, o discurso sobre o desenvolvimento (especialmente sob a forma de pauta política) se configurava como um amálgama entre várias questões governamentais que, a princípio, apareciam de forma pulverizada.

Desenvolvimento e projetos de estado, portanto, apareciam como faces de uma mesma moeda em parte da História do Brasil; assim, vários atores da sociedade se envolviam na questão, entre eles, intelectuais como no caso de Darcy Ribeiro. Esta mesma relação – a do discurso desenvolvimentista como amálgama de diversas questões da sociedade na plataforma político-partidária trabalhista – é possível ser observada na obra de Darcy Ribeiro. Isto no que diz respeito à pluralidade de temáticas trabalhadas pelo autor em suas diversas obras, onde a noção de desenvolvimento do autor pode ser lida também como síntese dos diversos temas tratados pelo mesmo.

O vínculo entre Darcy Ribeiro e o projeto de nação trabalhista se deu a partir da filiação do autor ao PTB, logo após a morte de Getúlio Vargas, em 1954. Darcy Ribeiro manteve o vínculo com o partido fundado em 1945 até sua morte. Entretanto, no processo de redemocratização, durante a década de 1980, tal ligação se manifestou a partir de outra legenda que não a do PTB: ao lado de Leonel Brizola, o autor fundava outro partido. Tratava-se do PDT, que se propunha a resgatar os espólios políticos do velho PTB. (MOREIRA, 2010)

Darcy Ribeiro (recém-formado em Etnologia) participava de pesquisas no SPI. Este período teve como resultado sua obra *Os Índios e a Civilização*. Embora publicado somente em 1967, o livro já havia sido esboçado desde a década de 1950, como destacou Souza Lima (1987, p. 32). Como etnólogo, Darcy Ribeiro manteve relações próximas ao Marechal Candido Rondon – então diretor do Serviço de Proteção aos Índios, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Esta instituição refletia um dos termos deste projeto maior de modernização do estado (a partir da relação entre o ideal de integração nacional e as políticas indigenistas do órgão), ao qual o intelectual engajara-se.

O Serviço de Proteção aos Índios foi fundado em 1910 e tinha como uma de suas principais incumbências a administração dos problemas gerados pelo encontro do projeto de estado brasileiro expansionista e outros povos – estes, tomados sobre o rótulo genérico de índios; indígenas de territórios antes da Conquista europeia, que segundo o projeto eram tomados como elementos constituintes de parte do ideário nacional brasileiro que se consolidava.

Com base em uma política de assistência, o SPI passou a ser responsável pela questão indígena no Brasil. Esta assistência, sempre precária, abrangia serviços de saúde pública, mediação de conflitos entre estes povos e a sociedade brasileira e/ou outras comunidades indígenas, além de educação e até fornecimento de insumos – à medida que a produção de alimentos destes iria sendo comprometida com a tomada de seus territórios. (LIMA, 1987).

Com efeito, a criação do SPI e sua política indigenista pode ser entendida como uma solução moderna do estado brasileiro para gestão da alteridade – trabalhada desde o missionarismo católico, pela Igreja e sua associação à Coroa Portuguesa. A ascensão do estado moderno e expansão de suas fronteiras motivaram a opção das políticas brasileiras por este novo viés institucional.

À época do jovem intelectual Darcy Ribeiro, o estado brasileiro preocupava-se em destacar-se em comparação a outras políticas indigenistas no mundo – onde se cita o que foi denominado por Souza Lima (1987) de “política da fraternidade”. Ao contrário do exemplo norte-americano – que em parte adotou uma política de extermínio frente aos povos que habitavam seu território – o Brasil tencionava assimilá-los à comunidade nacional cujo intento de abrangência e união então eram o principal objetivo. Esta política tinha como base projetos de conservação física dos índios, incorporados como partícipes de construção do imaginário da futura nação.

A sustentação de tal discurso residia na tese catastrófica da extinção física dos indígenas, ou de sua assimilação compulsória – entendendo a conversão destes para modos ocidentais de vida, como um fato dado, tese presente na principal obra de Darcy Ribeiro dedicada à questão, *Os Índios e a Civilização*. Diz Lima (1987) ao comentar os textos sobre essa política indigenista que:

Vale notar, ainda, que imprime-se quase sempre um tom catastrófico a tais situações, colocando-se freqüentemente, como ponto focal das preocupações dos diversos atores em luta a sobrevivência física e não étnica dos povos indígenas, sendo toda e qualquer ação tomada no sentido da primeira - ainda que em detrimento da segunda - avaliada como positiva, já que atende a uma 'emergência'. (LIMA, 1987, p.12).

O ideal de fraternidade como prática que ensejava as relações entre o estado brasileiro e estes povos indígenas fora expresso através de políticas públicas, tais como a criação de reservas indígenas. Darcy Ribeiro pessoalmente participou de uma, a do Parque Indígena do Xingu em 1961, ao lado dos irmãos Villas-Boas.

Como demonstrou Souza Lima (1987), a obra *Os Índios e a Civilização* resultou no fornecimento de subsídios ideológicos a esta política indigenista, intimamente relacionada a este projeto de estado, e orientada por ideias como a integração nacional e modernização. Tal política manteve-se em exercício e presente nos longos anos de M. Rondon à frente do Serviço de Proteção ao Índio.

Souza Lima explicita a relação deste livro de Darcy Ribeiro e esta política indigenista afirmando que:

O texto de Ribeiro (1962) é uma defesa apologética do Serviço de Proteção aos Índios, elaborada num momento em que, como diversas vezes ao longo de sua trajetória, a instituição achava-se ameaçada de extinção, acusada de corrupção e eivada de denúncias. (LIMA, 1987, p.14).

Esses momentos de crise na instituição estavam associados, sobretudo, ao declínio das forças getulistas, e igualmente marcados de modo sobejo à atribulada disputa política corrente no período do regime autoritário de Getúlio Vargas e os conturbados anos da República de 1945-1964 - época em que os escândalos de corrupção nas diversas instituições do governo transformavam-se em armas políticas.

No sentido de demonstrar a relação entre a política indigenista levada a cabo pelo SPI, aquele projeto de nação e o livro de Darcy Ribeiro, Souza Lima ainda destaca no último citado os recursos utilizados pelo autor para a consecução de tal objetivo. Conforme Souza Lima, o argumento do autor fora desenvolvido a partir de três capítulos: o primeiro sobre os fundamentos ideológicos da instituição, um segundo acerca da ação do órgão - mencionando o caso "das pacificações exemplares"; de acordo com o que Souza Lima diz sobre o procedimento, citando Castro Faria: casos de atuação do SPI em áreas fronteiriças

considerados como exemplares (como os Kaingáng, em São Paulo; os Xokleng, em Santa Catarina; os Pataxó Hã-hã-hãe, no sul da Bahia; os Parintintin, na região do médio Madeira, e os Urubu-Kaapor, na zona limítrofe entre o Pará e o Maranhão) – e, por fim, um terceiro capítulo dedicado a um “novo” projeto indigenista para o SPI, calcado no exemplo mexicano. (LIMA, 1987, p.16).

Do indigenismo e sua relação com o projeto de modernização do estado a partir da ideia de integração nacional, Darcy Ribeiro ainda passou pela mediação do tema da educação, para só então formular uma teoria do desenvolvimento que corroborasse tal projeto de estado em sua totalidade – da qual seu livro *O Processo Civilizatório* (1968) é a principal referência. Para entender como Darcy Ribeiro chegou ao tema do desenvolvimento, ultrapassando o recorte da temática da política indigenista e da educação, é necessário mencionar alguns percursos de sua trajetória – já amplamente trabalhada em pesquisas como a de Mattos (2007), por exemplo.

A convite de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro ingressou no CBPE. Esta mudança de instituição não significou uma ruptura com a lógica a que estas diferentes instituições estavam inseridas, ou seja: um projeto de ‘modernização’ do estado brasileiro. A função de Darcy Ribeiro naquele novo órgão era a de elaborar políticas para a erradicação do analfabetismo no Brasil, programa sob tutela da ONU.

A confiança de Darcy Ribeiro no Estado como planejador das demandas da sociedade – ainda corroborando o ideal trabalhista de que o estado seria o responsável por conduzir a sociedade brasileira – fez com que o autor se envolvesse em debates políticos em defesa da educação pública, em detrimento da educação privada na ocasião de uma disputa política com Carlos Lacerda, um importante jornalista da oposição à época.

O debate manifestou-se publicamente de maneira ideológica a partir da defesa de argumentos a favor da educação pública, no caso de Darcy Ribeiro, e contra, no caso de Lacerda. Ao mesmo em tempo que também representava as lutas políticas das forças partidárias que disputavam o governo do Brasil naquele período: de um lado a UDN, por parte de Carlos Lacerda e de outro as forças getulistas (PSD) e o próprio trabalhismo as quais Darcy Ribeiro estava ligado.

Tendo em vista o significado deste fato, podemos observar mais atentamente o processo: este conciliou seus trabalhos no CBPE e a sua projeção na política nacional e, sob a

influência de sua participação em debates desta importância, pode chegar ao cargo de Ministro da Educação do Governo João Goulart, em 1963, conforme tese de Mattos (2007). Em seguida, assumiu a chefia da Casa Civil, quando a trajetória política do autor no Brasil é interrompida pelo golpe (MATTOS, 2007) e, acrescentamos a do próprio trabalhismo (MOREIRA, 2010). Como membro do governo, Darcy Ribeiro passaria a ser um dos principais perseguidos pelo regime, retornando ao Brasil somente em 1976, resguardado por uma licença para tratamento de câncer e, posteriormente, pela lei de Anistia. (MOREIRA, 2010)

Foi durante este período que Darcy Ribeiro escreveu o conjunto de livros que se intitulou *Estudos de Antropologia da Civilização* à luz dos projetos políticos do governo do qual participara e que foram abortados pelo Golpe Militar de 1964. O programa político partidário que orientou a produção destes estudos fora esboçado como um plano para a nação, tendo o debate sobre o desenvolvimento como peça chave, cuja teoria ali destacada, que abordaremos mais detidamente a seguir, diz respeito ao que Darcy Ribeiro entende por desenvolvimento.

A partir desta breve apresentação sobre a trajetória de Darcy Ribeiro e seu envolvimento com o contexto político brasileiro, podemos retomar algumas das afirmações que fizemos no início deste capítulo encerrando a discussão proposta sobre como Darcy Ribeiro chegou ao tema do desenvolvimento.

Em primeiro lugar destacamos que o envolvimento de Darcy Ribeiro com o projeto de nação trabalhista deu-se, primeiramente, a partir da Etnologia e da relação do indigenismo de órgãos como o SPI, no período em que atuara como pesquisador – no início de sua carreira, mais precisamente. O autor (enquanto acadêmico e recém-formado) esteve vinculado a esta disciplina, que responsável pelo conhecimento dos povos indígenas, acabou desempenhando um papel fundamental no que diz respeito aos projetos de integração nacional (esboçados pelo governo a partir do SPI). Destacamos tais fatos sob a consideração de que os povos que estudavam estavam diretamente envolvidos nos projetos de integração nacional, tidos como verdadeiros obstáculos para a ocupação do território pelo estado brasileiro. Para sanar o conflito iminente entre ‘civilizações’, a solução encontrada à época foi uma política inspirada na indigenista de Marechal Rondon – conhecida na literatura antropológica como “política da fraternidade”, conforme destacou Souza Lima (1987). Como salientado anteriormente, ainda segundo este autor, ao contrário das teorias precedentes esta política

tencionava incorporar os povos indígenas ao imaginário de uma comunidade brasileira, tendo como instrumento principal a ideia de tutela destes pelo estado brasileiro, antecedida da de pacificações – pelas quais o próprio SPI seria o órgão responsável.

Nesse sentido, a relação de Darcy Ribeiro com projetos de desenvolvimento é anterior à sua própria teoria do desenvolvimento (tal como formulada em sua obra posteriormente e que resultou em sua teoria da evolução sociocultural). Na medida em que este participava de projetos de governo que tinham como bandeira política a integração nacional e a educação como parte do ideário de “modernização do estado”. Assim, em relação ao tema do desenvolvimento, a trajetória do autor esboça ao menos duas fases até chegar à produção de sua teoria da evolução sociocultural – exposta em seu livro *O Processo Civilizatório*. Esta diz respeito a seu debate sobre o desenvolvimento em sentido stricto. Através de alguns conceitos a serem evidenciados a seguir, a referida parte de sua obra retoma valores políticos associados a este projeto de nação trabalhista, aos quais o autor vivenciara anteriormente.

Apontamos então a relação entre o projeto de nação oferecido pelos trabalhistas (a que Darcy Ribeiro esteve vinculado) e sua ênfase “modernizadora” e motivadora da escrita de uma teoria do desenvolvimento durante o exílio por Darcy Ribeiro. Vejamos então como esta relação se deu no que diz respeito a sua obra, por ora enfatizando uma apresentação de seus conceitos centrais e, respondendo preliminarmente, o que seria ‘desenvolvimento’ segundo concepção do autor. Foi utilizado como material de análise para tanto, esta série de livros, com ênfase n' *O Processo Civilizatório: etapas da evolução sociocultural* (1968). Perguntamos assim, a seguir, qual a teoria de Darcy Ribeiro sobre o desenvolvimento e a partir de quais conceitos ele a produziu?

1.2 “O Processo Civilizatório” como uma teoria do desenvolvimento

Considerando a biografia de Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 1997b; MATTOS, 2007), vimos que a relação entre os projetos de estado (via ideologia política) e o tema do desenvolvimento se deu a partir de sua adesão ao trabalhismo brasileiro, tendo como expressão parte de sua obra – mais especificamente, o conjunto de livros intitulado de *Estudos*

de Antropologia da Civilização, escritos durante seu exílio. Contudo, a ligação entre o projeto de estado trabalhista e a trajetória do autor foi antecedida, ainda que de maneira circunscrita, ao debate indigenista (acontecido graças à atuação de Ribeiro no SPI). A partir desta atuação, cujo livro *os Índios e a Civilização* é o mais expressivo, o autor tornou-se legatário de uma política indigenista, vinculada ao projeto varguista de integração nacional – programa que fora denominado de política da fraternidade (LIMA, 1987), a partir de mecanismos como a tutela e a pacificação.

Neste momento, interessa-nos tratar como a noção de desenvolvimento é produzida em sua obra, analisando a partir de quais conceitos esta é concebida. Através da presente questão, busca-se entender qual a contribuição de Darcy Ribeiro no campo do desenvolvimento – sem perder de vista uma compreensão do significado desta noção sob uma perspectiva mais distanciada. Tal perspectiva reside nas críticas da Antropologia de C. Lévi-Strauss (1973) acerca de tópicos como progresso e desenvolvimento econômico, com base na discussão sobre as implicações de povos que não partilham deste entendimento. Nesse sentido, trata-se de uma relativização do eixo de produção de energia como critério evolutivo, no entanto, sem caracterizar o abandono total dos sentidos provenientes desta perspectiva – como mencionamos na apresentação desta pesquisa.

Tomando como problema geral de sua obra a explicação das desigualdades dos países latino-americanos, Darcy Ribeiro atravessa dois campos de discussão principais (especialmente caros à época e que se interligam de modo indireto a partir da questão da mudança cultural, que podem ser relidas contemporaneamente no estruturalismo, a partir do conceito de transformação): em primeiro lugar, as teorias antropológicas sobre desenvolvimento (evolucionismos) e, de outro modo, as discussões no âmbito político sobre o subdesenvolvimento e a dependência.

Para tratar do tema do desenvolvimento oferecido pela segunda discussão, Darcy Ribeiro recorre a uma teoria científica, antropológica e de base evolucionista (sua teoria da evolução sociocultural), tal como é descrita em seu livro, *O Processo Civilizatório*. O autor articula estes campos a partir de duas questões que lhe são perpendiculares:

inicialmente, como as sociedades se transformam⁵ e, em segundo, o porquê das desigualdades nos países latino-americanos. A resposta ao primeiro problema é uma estratégia do autor para também sanar o segundo.

No presente capítulo, interessa-nos investigar como se deu esta articulação, problematizando (a partir de quais conceitos na obra de Darcy Ribeiro) o modo como esta mediação foi feita. Desta maneira, além de explorarmos a construção do argumento de Darcy Ribeiro buscaremos explicitá-lo, simultaneamente.

Considerando a história dos projetos de desenvolvimento, se a questão primeira que concerne ao tema do desenvolvimento jaz em responder como as sociedades se transformam, de que maneira Darcy Ribeiro responde a esta questão?

Nossa hipótese é a de que a noção de desenvolvimento de Darcy Ribeiro é mais abrangente do que o que postula as teorias em antropologia, ou no debate político, se tomadas de maneira separadas. Pois deliberadamente conecta esta pergunta científica (acerca da transformação das sociedades) a um projeto político, como a discussão acerca do subdesenvolvimento. Isto produz um segundo significado para a noção de desenvolvimento em sua obra, que determina não somente o processo pelo qual as sociedades se transformam,

⁵ Viveiros de Castro (2011) apresenta a forma como estas teorias formulam a transformação de coletivos, segundo o autor: “Não farei mais que esboçar as linhas gerais de uma decomposição dessa idéia genérica de transformação. Interessa-me seu funcionamento dentro da antropologia “clássica”, aquela que estuda processos e estruturas característicos de coletivos situados em posição de alteridade (variamente especificável) em relação ao coletivo de onde emana o discurso do analista. Interessa-me, sobretudo, mostrar como as transformações do conceito de transformação em antropologia foram transformando o conceito de antropologia — donde nosso título. O primeiro esquema é aquele subjacente às diversas doutrinas estrutural-funcionalistas da mudança, que se interessam tipicamente pela descrição do impacto da “modernidade” — as sociedades europeias, as formações coloniais e os Estados nacionais — sobre os coletivos não-modernos: os povos ameríndios, por exemplo. Esse esquema concebe a transformação como um processo no qual os coletivos-alvo são antes de tudo o objeto e paciente, ainda quando possam ser, contingentemente (e de modo inconsciente), mediadores do processo. Este é o esquema básico das teorias da aculturação e do contato interétnico. Poderíamos chamá-lo de esquema “nominativo-acusativo”: o coletivo-sujeito A faz o coletivo-objeto B passar de seu estado inicial (muitas vezes concebido como um estado primigênio) a um estado B’, que contém dentro de si “partes” ativas de A (efeitos ou índices de A). O coletivo-ativo A normalmente termina por absorver o coletivo-passivo B como um estado a’ de si mesmo (de A), isto é, como uma transformação duplamente “parcial” de A, uma variante empobrecida do coletivo-sujeito que é incluída como parte sua: as partes que A inoculou em B terminam por fazer de B uma parte da A. A muda B; B é mudado por A; B vira A. Tudo isso segundo uma concepção de sociedade, de história e de mudança definida nos termos em vigor no coletivo A. No mais das vezes, essa concepção, para além de apenas descritiva, é crítico-normativa; ela lamenta a transformação de B, e se acompanha de um generoso desejo de emancipação de B frente a A. Sempre segundo, porém, as normas teóricas do discurso de A, entre as quais está a definição de A do que seja emancipação.” Cf. VIVEIROS DE CASTRO, E. Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia. **Sopro:** Panfleto político-cultural.SI: Cultura e Barbarie, n.58 set.2011. Conferência proferida no dia 24 de agosto de 2011 por ocasião de concurso para professor-titular de Antropologia da UFRJ. Disponível em: <<http://culturaebarbarie.org/sopro/outros/transformacoes.html>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

mas também o porquê sobre a riqueza ou pobreza das nações – resposta que possibilita o ingresso do autor no debate político acerca do subdesenvolvimento e da dependência iniciado no Pós-Guerra. Nesse sentido, esta primeira questão é apenas o meio para tratar o objetivo final de Darcy Ribeiro ao escrever esta parte de sua obra. Percebe-se, por conseguinte, o deslocamento do significado de ‘desenvolvimento’ na teoria de Darcy Ribeiro – inicialmente ligado a certo tipo de evolucionismo e interessado apenas na maneira pela qual as sociedades se transformam em uma noção capaz de explicar as desigualdades sociais das nações latino-americanas.

Para avaliar a transformação das sociedades, Darcy Ribeiro formula uma teoria, a qual se referiu ainda no título de seu livro de teoria da evolução sócio-cultural. Tal intento fornece a resposta do autor sobre como as sociedades se transformam, sob a consideração da investigação de dados históricos, etnográficos e arqueológicos.

Com o objetivo de compreender as transformações das sociedades, a estratégia utilizada por Darcy Ribeiro foi recorrer às teorias evolucionistas, definidas na perspectiva de Betty Meggers apud Ribeiro ([1968], 1997a), tal como apresentada no prefácio de seu livro, como constituintes de um corpo de estudos que possibilita explicar a transformação das sociedades – a investigação da história destas, segundo estes autores, confere uma apreensão racional sobre o modo de ser de cada uma e dos processos de mudanças das sociedades como um todo.

Neste projeto Darcy Ribeiro amplia o escopo das fontes referenciais a que recorreu, os estudos clássicos do evolucionismo, ultrapassando as contribuições da historiografia ou arqueologia ao fazer uso da etnografia e seus dados de pesquisa de campo.

Considerando povos, civilizações e países como unidades de análise, Ribeiro afirma que:

Concebemos a evolução sociocultural como o movimento histórico de mudança dos modos de ser e de viver dos grupos humanos, desencadeado pelo impacto de sucessivas revoluções tecnológicas sobre sociedades concretas, tendentes a conduzi-las à transição de uma etapa evolutiva a outra, ou de uma a outra formação sócio-cultural. (RIBEIRO, [1968], 1997a, p. 51).

Darcy Ribeiro postula, portanto, que as revoluções tecnológicas que ocorrem nas sociedades são capazes de transformá-las e caracterizá-las – o mesmo também pode ocasionar-se sob o impacto de revoluções provenientes de sociedades específicas em outras

que não sofreram tais revoluções, decurso ao qual o autor reflete a partir do conceito de *processos civilizatórios*. Assim, em conformidade com os postulados evolucionistas, o autor credita à história uma razão que habilite a explicação sobre as particularidades de cada sociedade, bem como dê sentido à história das sociedades como um todo – esta, pensada como história do desenvolvimento tecnológico universal.

Nos outros empreendimentos evolucionistas, esta razão é apreendida através de outros critérios, tais como a luta de classes – no caso de algumas leituras da obra de Karl Marx⁶ – entre outras possibilidades, fornecidas pelos teóricos que se debruçaram sobre o entendimento da transformação dos povos sob um ponto de vista evolutivo⁷. Neste tipo de abordagem, destacamos o caráter de aplicabilidade universal dos critérios arbitrariamente designados.

Acerca das críticas à pluralidade de teses sobre a evolução das sociedades que partem de teorias evolucionistas – e que em um primeiro momento inviabilizariam seu projeto –, Darcy Ribeiro comenta que:

Aqui se somam, provocando curtos-circuitos, diversas confusões. Primeiro a de jogar na mesma lata de lixo as doutrinas ultrapassadas, junto com o evolucionismo meio unilinear de Tylor ou do progressivismo de Spencer, nada menos do que a concepção vital para as ciências sociais de que o processo histórico, não sendo arbitrário nem errático, é, por isso mesmo explicável, em certa medida, até previsível. (...) Só resta assinalar aqui que assim como as ciências da vida não podem passar sem um esquema da evolução biológica – o que não converte ninguém em darwinista –, assim *também as ciências da sociedade e da cultura não podem prescindir do único esquema teórico capaz de tornar a história inteligível – e este será inevitavelmente evolutivo, ainda que não necessariamente evolucionista, de estilo taylorista ou spenceriano.* (RIBEIRO [1968], 1997a, p. 28-29, grifos nosso).

Darcy Ribeiro, portanto, dirige este comentário aos que se tornaram críticos da perspectiva evolucionista nas ciências sociais, após atribuírem malogros as tentativas

⁶ Há uma grande discussão entre marxólogos sobre a ênfase nas forças produtivas ou nas relações sociais de produção como o “motor da história” para K. Marx. Neste debate Darcy Ribeiro posicionou-se defendendo o peso da primeira. Sobre a querela, consultar o prefácio da quarta edição venezuelana de *O Processo Civilizatório* ou ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. *Marxismo e Antropologia*. In: TOLEDO, Caio N.; BOITO JR. , Armando e et al.. (Org.). **Marxismo e Ciências Humanas**. Campinas: Editora Xamã, CEMARX e FAPESP, 2003. p. 48-59.

⁷ Em seu livro, Darcy Ribeiro cita pelo menos cinco autores que formularam outros critérios e teorias evolutivas acerca das transformações das sociedades, dentre eles, as obras de: K. Marx (1857); L. H. Morgan (1877); F. Engels (1884); V. Gordon Childe (1937); Julien Steward (1955).

anteriores. O autor, ao contrário, posiciona-se ao lado dos evolucionistas e contra as perspectivas funcional-estruturalistas da Antropologia – estas últimas, a princípio, negariam uma inteligibilidade do processo histórico e este como condição para o entendimento do modo de ser das sociedades (ou, pelo menos, o entendimento de tal modo de ser como função precípua da Antropologia).

Ao definir os objetivos do livro, Darcy Ribeiro menciona o fato de que sua principal busca foi a de “proceder a uma revisão crítica das teorias da evolução sociocultural e propor um novo esquema do desenvolvimento humano” (RIBEIRO, [1968], 1997a, p. 7). Até então, tal tipo de esquema estava desacreditado como problema antropológico, depois de críticas como a de Franz Boas (1940) e C. Lévi-Strauss (1968).

Segundo o argumento de Ribeiro:

A história das sociedades humanas nos últimos dez milênios pode ser explicada em termos de uma sucessão de revoluções tecnológicas e de processos civilizatórios através dos quais a maioria dos homens passa de uma condição generalizada de caçadores coletores para diversos modos, mais uniformes do que diferenciados, de prover a subsistência, de organizar a vida social e de explicar suas próprias experiências. (RIBEIRO [1968], 1997, p. 39-40).

Ao revisar as presentes teorias, o autor propõe este critério e uma nova leitura da história humana – pela qual se distancia dos modelos clássicos, no entanto, mantendo uma proximidade ao conceber a possibilidade de tal empresa. Deste modo, se o conteúdo da narrativa mudava entre os autores evolucionistas, a forma permanecia a mesma, isto é, o objetivo de explicar as transformações das sociedades e as diferenças entre elas sob a consideração de suas origens, sua história. Como veremos, a maior implicação de sua tese é estabelecer um critério exterior para a definição do modo de ser dos povos.

Diferentemente do evolucionismo clássico, o neoevolucionismo tem como postulado o fato de que a evolução (ou a história humana) esboça o avanço de processos tecnológicos enquanto padrões adaptativos da cultura humana sobre a natureza – não necessariamente em linha ascendente e de maneira singular para os povos, como vemos no paradigma anterior (e a ênfase na cultura ocidental européia). Daí derive a noção de multilinearidade, tantas vezes mobilizada pelo autor para combater seus críticos. Para estes o progresso deixa de ser entendido conjecturalmente de maneira ascendente, pode ser entendido como um processo reversível, no que diz respeito a uma sociedade particular, e passa a dizer a respeito apenas à história mundial de modo oposto. Questionam, portanto, este processo de evolução como relativo apenas ao desenvolvimento europeu; no entanto, quando se refere a

uma história da humanidade, a própria categoria ainda não é suficientemente discutida. Fazendo uma crítica a tal critério, a este respeito, C. Lévi-Strauss é enfático (1968, p. 278): "Assim o progresso só é o máximo de progresso num sentido pré-determinado pelo gosto de cada um". Tal crítica permite observar que a relação entre progresso e tecnologia aparece como arbitrária.

O neoevolucionismo abriu mão de outros critérios para análise do processo evolutivo – como os sistemas classificatórios de parentesco (lembrando do caso da obra de Lewis Morgan) – e da ênfase nas relações sociais de produção – como no caso de algumas leituras sobre a obra de K. Marx ou Engels. Concluem na contramão dessas posições os teóricos neoevolucionistas que, a partir da análise dos avanços tecnológicos, é possível perceber o desenvolvimento das culturas – o que Darcy Ribeiro chama de desenvolvimento sociocultural, ou seja, as mudanças dos povos ao longo do tempo.

Esta ideia aparece na obra de Ribeiro a partir do conceito de revoluções tecnológicas que segundo o autor serve:

(...) para indicar que a certas transformações prodigiosas no equipamento de ação humana sobre a natureza, ou de ação bélica, correspondem alterações qualitativas em todo o modo de ser das sociedades, que nos obrigam a tratá-las como categorias novas dentro do *continuum* da evolução sociocultural. Dentro dessa concepção, supomos que ao desencadeamento de cada revolução tecnológica, ou à propagação de seus efeitos sobre contextos socioculturais distintos, através de processos civilizatórios, tende a corresponder a emergência de novas formações socioculturais. (RIBEIRO, [1968], 1997a, p. 57, grifos nossos).

Desta forma, cada sociedade é definida por Darcy Ribeiro a partir do conceito de formações socioculturais – que permite abordar diferentes povos como pertencentes a uma mesma formação sociocultural, e qualificá-las segundo três aspectos. Os presentes aspectos são denominados pelo autor, respectivamente, como tecnológico, associativo e ideológico ou cultural. Darcy Ribeiro fala de um modo de ser das sociedades, cuja classificação dos grupos consiste em afirmar que:

Tais modos diferenciados de ser (*as formações socioculturais*), ainda que variem amplamente em seus conteúdos culturais, não variam arbitrariamente porque se enquadram em três ordens de imperativos. Primeiro, o caráter acumulativo do progresso tecnológico que se desenvolve desde formas mais elementares a formas mais complexas, de acordo com uma sequência irreversível. Segundo, as relações recíprocas entre o equipamento tecnológico empregado por uma sociedade em sua atuação sobre a natureza para produzir bens e a magnitude de sua população, a forma de organização das relações internas entre seus membros, bem como das suas relações com outras sociedades. Terceiro, a interação entre esses esforços de controle da natureza e de ordenação das relações humanas e a cultura, entendida como o patrimônio simbólico dos modos padronizados de pensar e de saber que se manifestam materialmente, nos artefatos e bens, expressamente, através da conduta

social, e, ideologicamente, pela comunicação simbólica e pela formulação da experiência social em corpos de saber, de crenças e de valores. (RIBEIRO [1968], 1997, p. 40, grifos nossos).

É importante assinalar que este modo de ser está associado primeiramente do ponto de vista evolutivo, um critério que busca se fundamentar a partir de um discurso científico. Assim, o primeiro dos critérios mencionados por Darcy Ribeiro está ligado justamente à tecnologia – de modo que esta seja entendida como o padrão adaptativo das sociedades à natureza –, e, portanto, será o mais relevante para a caracterização das sociedades em sua tese. Estes sistemas permitem a Darcy Ribeiro classificar diferentes povos em uma mesma formação sociocultural. Tal classificação leva Ribeiro a colocar em uma mesma formação sociocultural, por exemplo, povos como os incas e astecas – a despeito das diferenças destes concebidas pelos próprios, atribuindo semelhanças do ponto de vista produtivo e tecnológico que o autor elege como mais importantes.

Em termos das experiências dos povos, é interessante observar como as formulações que eles realizam sobre si mesmos são designadas como “cultura” – diferentemente de um modo de conceituação científica antropológico que o autor propõe, por exemplo. No que diz respeito à definição das sociedades, consideramos a relatividade apontada por Viveiros de Castro (2002) e notamos a teoria de Darcy Ribeiro como substancializadora. Ao tomar estes três critérios como definidores do modo de ser de grupos, Darcy Ribeiro nos fornecer insumos para perceber o fenômeno que permite observar a crítica feita por Roy Wagner (1975) da “invenção da cultura”. Os presentes tópicos equivalem a demonstrar como tal classificação é externa aos critérios nativos de auto-identificação e mesmo de sociedade, e igualmente como estes estabelecem suas relações com a diferença.

Em suas considerações acerca do desenvolvimento, C. Lévi-Strauss (1968) ressalta alguns pontos que também merecem destaque. A primeira questão é acerca da própria possibilidade de se entender o desenvolvimento como um problema de mudança cultural – conforme um esquema teórico tal como o proposto pelos evolucionistas. Nesse sentido, o critério apontado por Darcy Ribeiro para classificar as sociedades não encontra a unanimidade universal a que pretende. Por outro lado, a partir do que C. Lévi-Strauss aponta como um processo particular da história humana – ou seja, a modernidade segundo a história do ocidente, que na teoria de Darcy Ribeiro pode ser vista na valoração da tecnologia – na obra de Ribeiro mostra-se como um valor para a definição de uma constante na história humana.

Segundo C. Lévi-Strauss, trata-se também de um sentido arbitrário dado às

transformações pelas sociedades ocidentais. O antropólogo estruturalista, contudo, não deixa de salientar que este sentido possui sua eficácia, pois segundo o mesmo: “o que os países insuficientemente desenvolvidos censuram aos outros nas assembleias internacionais, não é que os estejam ocidentalizando, mas de não lhes darem, com bastante rapidez, os meios de se ocidentalizarem”. (LÉVI-STRAUSS, 1968, p. 350).

Sem mitigar a influência que a produção de energia e a tecnologia das sociedades ocidentais tem em outros povos, C. Lévi-Strauss mostra que isto não é suficiente para afirmar-se como um fato o que seria uma questão de direito. Faz-se importante destacar que, embora estes autores não tenham dialogado diretamente – mas indiretamente, graças às referências do texto de C. Lévi-Strauss a Leslie White, principal influência de Darcy Ribeiro –, ambos estão discutindo a possibilidade de apreensão do modo de ser das sociedades, considerando o tema do desenvolvimento, e mais do que isto, as implicações de tais parâmetros. Observamos assim como Darcy Ribeiro introduz uma descontinuidade e ordem em um passado que, de outro modo, poderia ser entendido como totalmente arbitrário que permite a classificação que permeia sua teoria entre “atrasados” e “desenvolvidos” – por fim, resultando na definição de desenvolvimento para Darcy Ribeiro.

Mais do que uma teoria sobre o modo de ser das sociedades (seguindo uma teoria da transformação), com o diálogo direto com as teorias antropológicas, o segundo sentido para a noção de desenvolvimento de Darcy Ribeiro, é tributário deste princípio classificatório e está ligado à sua noção particular de progresso. Ou seja, sua definição do *bom* desenvolvimento – tal tópico foi responsável por inserir o autor num segundo campo de discussão, especificamente, o debate sobre o subdesenvolvimento.

Portanto, temos dois significados para a palavra desenvolvimento na teoria de Darcy Ribeiro. O primeiro se refere às teorias antropológicas e responde a pergunta de como as sociedades se transformam; já o segundo sentido liga-se ao debate sobre o subdesenvolvimento e discute porquê umas nações são mais ricas que outras atribuindo um valor político ao conceito a partir de um princípio classificatório previamente estabelecido.

Como vimos para tratar da primeira questão, Darcy Ribeiro lança mão de dois conceitos – revoluções tecnológicas e processos civilizatórios – para defender a tese de que o desenvolvimento tecnológico é o principal responsável pela transformação das sociedades, tratadas às vezes pelo restante da literatura sob outro termos, quando dizem respeito às mudanças culturais.

Isto posto, retornamos à proposta de nossa apresentação para avaliarmos qual o sentido do conceito de desenvolvimento oferecido pela teoria de Darcy Ribeiro. Para tanto, devemos problematizar uma outra questão respondida por sua teoria. Vimos que apresentar seu ponto de vista à questão sobre como as sociedades se transformam não era um problema central para Darcy Ribeiro: este residia em como explicar as desigualdades dos povos latino-americanos.

Na teoria de Ribeiro, o sentido de desenvolvimento está na possibilidade de tratar o tema da desigualdade dos povos americanos a partir do problema do subdesenvolvimento – ou seja, mais do que responder como as sociedades se transformam, o autor tentou explicar o porquê do “atraso” tecnológico latino-americano em relação aos outros povos, como causador das desigualdades sociais. Assim, sua investigação oferece mais dois conceitos conclusivos e significativos para sua teoria e à sua noção própria de desenvolvimento.

Para circunscrever tal questão, Ribeiro defende que haveria duas maneiras de se inserir no processo evolutivo: a *aceleração evolutiva* e a *atualização histórica* – que implicariam, por conseguinte, diretamente na “qualidade” do desenvolvimento das sociedades, segundo o autor:

Por **aceleração evolutiva**, designamos os processos de desenvolvimento de sociedades que renovam autonomamente seu sistema produtivo e reformam suas instituições sociais no sentido de transição de um a outro modelo de formação sociocultural, como povos que existem para si mesmos. Por **atraso histórico**, entendemos o estado de sociedades cujo sistema adaptativo se funda numa tecnologia de mais baixo grau de eficácia produtiva do que o alcançado por sociedades contemporâneas. Por **atualização ou incorporação histórica**, designamos os procedimentos pelos quais sociedades são inseridas compulsoriamente em sistemas mais evoluídos tecnologicamente, com perda de sua autonomia ou mesmo a sua destruição como entidade étnica. (RIBEIRO [1968], 1997, p. 68, grifos nossos).

A primeira referência de Darcy Ribeiro ao “desenvolvimento”, portanto, está relacionada ao que ele chamou de “desenvolvimento sociocultural” e diz respeito à sua leitura sobre a dinâmica cultural – como toda sociedade chegou a **ser** o que é – constituindo-se assim, como uma categoria analítica e ao mesmo tempo em uma teoria da cultura, uma ‘ontologia’ evolucionista. Esta definição é o instrumento de avaliação capaz de justificar seu projeto de desenvolvimento. Tal projeto concerne à segunda referência do autor a ‘desenvolvimento’: não mais como categoria analítica, mas sim como projeto político – o que

o remete ao debate do subdesenvolvimento, para além da questão evolucionista sobre a transformação das sociedades.

Sua teoria deixa de ser apenas explicativa para tornar-se também propositiva: podemos lê-la como uma agenda para o desenvolvimento – quando a definir os tipos de desenvolvimento pelos quais as sociedades estão sujeitas – apresenta o valor da autonomia como a qualidade do desenvolvimento que remeteria a progresso, entendido como a diminuição gradativa das desigualdades sociais nas sociedades latinas e entre as sociedades em geral. Como vimos, sua agenda consiste em propor à América Latina uma renovação do sistema produtivo e uma reforma das instituições – no caso, políticas –, no sentido de uma transição a outra formação sociocultural, como “povos que irão existir para si mesmos”. (RIBEIRO, [1968], 1997a, p. 9).

Desenvolvimento significa, portanto, superar o “atraso” no processo evolutivo descrito, por parte de povos que estariam “atrasados” na história, – “retardamento” este que os fariam dependentes de nações mais desenvolvidas, que tiveram experiências significativas de revoluções tecnológicas ou responsáveis por processos civilizatórios que engajaram-nas no processo evolutivo (via aceleração evolutiva e não por atualização histórica). Assim, o autor procura explicar o atraso a ser superado enquanto plano de desenvolvimento para a América Latina, como um resultado da posição que estas sociedades assumiram diante da história, em seus termos: “frente às revoluções tecnológicas passadas, como a mercantil e a industrial”. (RIBEIRO, [1968], 1997a, p. 27).

Para um exemplo da tese de Darcy Ribeiro, não por acaso, as circunstâncias do Brasil analisadas segundo o autor, tornam-se bastante ilustrativas.

A primeira atualização que experimentamos ocorreu com os índios e os negros que, atingidos pela expansão europeia, não evoluíram da tribalidade à civilização, mas foram tão-somente arrastados à condição de força de trabalho das colônias escravistas mercantis que as nações ibéricas fundaram no Novo Mundo, no curso da Revolução Mercantil. A segunda ocorreu com o trânsito que sofremos da condição colonial à neocolonial, no corpo da Revolução Industrial, e que nos confirmou na situação de povos de segunda classe, enquanto os EUA, por exemplo, se integravam autonomamente, por aceleração evolutiva na nova civilização. A terceira é a que as nossas classes dominantes gerenciais, na qualidade de associados das corporações multinacionais, estão promovendo em nossos dias com maior eficiência. À luz dos conceitos de atualização versus aceleração, fica evidenciado que seus esforços de modernização só visam nos atrelar à civilização pós-industrial, outra vez na condição de povos dependentes que continuarão contribuindo tanto para a prosperidade alheia que não poderão cuidar de sua própria prosperidade. (RIBEIRO, [1968], 1997, p. 26).

Segundo a teoria de Darcy Ribeiro, uma sociedade x, que no processo evolutivo é resultado de uma aceleração evolutiva, necessariamente é mais “desenvolvida” do que uma sociedade y, que se incorporou ao processo evolutivo por atualização histórica.

Com isto, o autor relata a história de algumas sociedades, as desigualdades socioeconômicas entre os povos, a dominação de determinadas nações sobre outras e o próprio fim de alguns povos – mencionando-os como resultados de atualização histórica. Em suas palavras: “a perda de autonomia ou mesmo a destruição de um povo como 'entidade étnica’” (RIBEIRO, [1968], p. 46). Sob o ponto de vista de Darcy Ribeiro, este seria, por fim, o “*mau*” desenvolvimento.

Para o autor, é a partir da investigação dos processos de formação das sociedades – com relação ao seu desenvolvimento sociocultural –, que se tem uma heurística apropriada ao tema do subdesenvolvimento – do mesmo modo como este é tomado por outras disciplinas e associado à problemática das desigualdades sociais, (conceito que se exhibe como versão do autor para o debate sobre o desenvolvimento).

Deste modo, a teoria de Darcy Ribeiro demonstra analogia com o debate sobre o subdesenvolvimento (tal como este é discutido em outros campos disciplinares à época) ao dissertar sobre a transformação das sociedades e apontar como problema o desenvolvimento sócio-econômico – centro de atuação no debate de um projeto de estado. Por consequência, buscou como objetivo principal explicar o ‘atraso’ das sociedades entendido no caso das sociedades latinas como subdesenvolvimento. Sua especificidade com relação às outras teorias preocupadas com o subdesenvolvimento, como expomos, reside no uso de uma teoria antropológica de perspectiva evolucionista.

CAPÍTULO 2

DARCY RIBEIRO E SEUS INTERLOCUTORES NO TEMA DO DESENVOLVIMENTO: DIÁLOGOS, IMPASSES E PERSPECTIVAS

La civilisation technicienne n'est pas une civilisation à part, que requiert l'invention de techniques spéciales pour son amélioration : l'humanisation de la vie sociale n'est pas la tâche d'une profession. Elle dépend de tous les hommes et toutes les sciences. Humaniser la civilisation technicienne, c'est d'abord la mettre en perspective dans l'histoire globale de l'humanité ; c'est ensuite analyser et comprendre les moteurs de son avènement et sa marche. Dans tous les cas, par conséquent : connaître. L'apport de nous science s'évaluera, non d'après les recettes suspectes et sujettes aux caprices du moment, mais en fonction des perspectives nouvelles qu'elles sauront ouvrir à l'humanité pour mieux comprendre sa propre nature et son histoire, et donc aussi pour les juger. (LÉVI-STRAUSS, 1956).

Seguindo nossa proposta de entender como se construiu a noção de desenvolvimento para Darcy Ribeiro, a partir da pergunta a qual ela veio responder, neste capítulo, trataremos de seus principais interlocutores no campo do desenvolvimento, bem como na Antropologia, que deste campo participa.

Primeiramente abordaremos o tema do subdesenvolvimento, destacando a influência da crítica marxista sobre a dependência em seu projeto e os deslocamentos da teoria de Darcy Ribeiro em relação a este debate. Em um segundo momento, buscaremos apresentar a relação deste tema com os projetos de estado, discutindo a ligação de algumas teorias antropológicas como atores ao lado destes projetos no campo do desenvolvimento.

2.1 O Campo do Desenvolvimento e a obra de Darcy Ribeiro

Hann & Hart (2011) demonstraram que, ao longo do último século, a ideia de desenvolvimento assumiu diferentes sentidos. Os autores destacam que primeiramente a noção faz referência aos deslocamentos da humanidade dos campos às cidades, acordando sobre o fato de que o motor impulsionante para estes deslocamentos foi o capitalismo e seus efeitos de crescimento econômico e desigualdade.

Estes autores apontam ainda que, em um segundo momento, “desenvolvimento” veio a significar a compreensão do crescimento capitalista – no sentido de se entender como fazer bons aproveitamentos dos ciclos de criação e aniquilamento gerados por este, aos quais Schumpeter se refere como “destruição criativa”. Um terceiro significado (trazido por estes autores) estaria associado ao desenvolvimento de estados no século XX, que tinham como premissa governos que estariam em melhor posição nestes projetos – partindo de teorias sobre o crescimento econômico sustentado com redistribuição. Ainda segundo Hann & Hart: “lançado pioneiramente por estados fascistas e comunistas, o paradigma se enraizou no final dos impérios coloniais e em torno da Segunda Guerra Mundial, tornando-se norma para os países desenvolvidos e recém-independentes” – ao menos até a década de 1970. (HANN & HART, 2011, p. 102).

Estas diversas noções associadas à ideia de desenvolvimento – conforme demonstrado por Hann & Hart (2011) – permitem a nós perceber que, no campo dos projetos de desenvolvimento e de modo prioritário, o conceito contempla a transformação das sociedades, tendo como questão central o crescimento econômico, fazendo uso ou não de teorias que atravessaram o tema das mudanças sociais – discussão que permite, portanto, a interlocução da Antropologia com o campo.

No entanto, para além da aceção de crescimento econômico e do desenvolvimentismo, a partir da década de 1980, o conceito de desenvolvimento passou a ser associado ainda também a outras noções, tais como: a ideia de sociodiversidade e a de sustentabilidade (que tem como utopia outros aspectos como melhor apresentados no que se segue) que, desta maneira, traz novos atores para o campo do desenvolvimento – que não somente aqueles envolvidos nas discussões sobre o crescimento econômico e a justiça social, discussões conforme apontadas por Miraglia (2007), cujos principais atores seriam os estados-nações.

Na primeira perspectiva, um mundo desenvolvido deveria preocupar-se com a questão da conservação das diferenças culturais – afirmando-a como um valor de riqueza, além de uma crítica à noção etnocêntrica sobre as mudanças sociais que associa desenvolvimento econômico à ideia de progresso. Como demonstrado pela autora, tal noção é crítica à compreensão restrita de que desenvolvimento seja igual ao crescimento econômico ou somente uma forma de progresso material redistribuído.⁸

Por fim, um terceiro e mais recente valor atribuído ao conceito de desenvolvimento está associado à concepção de desenvolvimento sustentável – retornando de maneira indireta ao debate desenvolvimentista e do crescimento econômico, conforme o que mencionamos anteriormente. Ainda que hoje, haja um conflito entre as várias compreensões do que seja sustentabilidade⁹ – o que não é novidade quando se trata das disputas internas que envolviam os outros paradigmas elencados até aqui por Hann & Hart (2011) (que permitem darmos algumas notas no que diz respeito à interlocução de Darcy Ribeiro no debate sobre o subdesenvolvimento). No entanto, conforme o sugerido pela ONU no relatório Brundland (1987, p.4), existe uma noção que sintetiza o debate ao afirmar que: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações”.

Com efeito, seguindo nossa linha argumentativa sobre a diversidade interna de cada um destes paradigmas, no que diz respeito a esta pluralidade de perspectivas, na discussão sobre sustentabilidade, apontamos as críticas existentes a respeito do modo como a definição do relatório de Brundland pode ser lida como um “conceito correto, mas possui duas limitações: é antropocêntrico (só considera o ser humano) e nada diz sobre a comunidade de vida (outros seres vivos que também precisam da biosfera e de sustentabilidade).¹⁰” (BOFF, 2011).

⁸ Sobre a noção de sociodiversidade consultar o texto de C. Lévi-Strauss publicado pela ONU, primeiramente: “As Descontinuidades Culturais e o Desenvolvimento Econômico e Social”. In: _____. Antropologia Estrutural II, capítulo XVII. (1961).

⁹ Segundo o levantamento feito por Hoeffel; Reis; Jesus (2010) acerca do conceito de sustentabilidade na teoria social latino americana, tendo como referência um projeto temático da FAPESP (“A questão Ambiental, interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção intelectual na América Latina” In: FERREIRA et al, 2006) demonstra também que: “a dificuldade de integração das variadas visões que o pensamento ambientalista engloba e a consequente heterogeneidade parecem ser uma marca que atinge todos os que procuram lidar com a diversidade das contribuições, mas que de fato é complicado elaborar um inventário de todas as vertentes que discutem o tema, em função até mesmo das semelhanças e diferenças entre os autores, muitas vezes pouco evidentes (HOEFFEL, 1999, p. 23).

¹⁰ A despeito da heterogeneidade dos discursos os autores fazem referência a pelo menos duas correntes com relação a postura mais radical ou mais conservadora dos problemas ambientais: “Neste sentido é possível reconhecer, conforme apontado por alguns autores (BENTON, 2002; LIMA, 2003) , duas posturas básicas, uma

No caso da contemporaneidade e sob uma perspectiva histórica (tal como a aqui explorada), os diversos discursos sobre o desenvolvimento nos permitem perceber que tal noção está associada primeiramente ao seu atributo econômico, ou seja, ao crescimento econômico de nações em particular – na acepção com a qual o termo tem sua origem – ou ao combate às desigualdades entre países ricos e pobres (no caso dos discursos desenvolvimentistas). Outros sentidos foram sendo acoplados a tais parâmetros. Assim, notamos que estes primeiros discursos são, sobretudo, dirigidos ao foco de projetos de estado, fazendo do estado o principal agente do desenvolvimento. Nesta perspectiva deve-se responder à pergunta sobre como crescer, considerando primeiramente apenas o aspecto econômico, em segundo lugar a importância do aspecto social (como na crítica socialista) e só por último a ideia de sustentabilidade – mais precisamente, a de preservação dos recursos naturais preconizada pelos ambientalistas. Estas perspectivas foram sendo, paulatinamente, agregadas a projetos de desenvolvimento (preocupados com a transformação das sociedades) e que às vezes retomam uma explicação geral das mudanças nas sociedades e no mundo, na medida em que, como demonstrado por Lins Ribeiro (2009), o conceito comporta em si mesmo essa preocupação com o “futuro”.

A visão sobre os discursos acerca do desenvolvimento como aqueles que perfazem a ideia de promessa, transformação, ou mesmo de “profecias”, nos permite construir uma analogia, levando em conta a antropologia, destes com o papel de constituidores de mitos em nossas sociedades, como já apontando por diversos autores (LINS RIBEIRO, 2008; DUARTE, 2011).

Nesta miríade de discursos, confluentes ou em disputa, em que lugar estaria então a teoria da evolução sócio-cultural de Darcy Ribeiro, tal como apresentada no capítulo anterior?

Este panorama geral – que pode ser considerado como oriundo de um eixo cronológico como tratado por nossa principal referência, em que o primeiro sentido antecede os outros dois – autoriza-nos ambientar a teoria da evolução sociocultural, presente no livro *O Processo Civilizatório* (1968) de Darcy Ribeiro, em diálogo apenas com o primeiro sentido, o de crescimento econômico. No entanto, há um desdobramento neste discurso, conhecido pela

revolucionária que considera necessária e urgente a adoção de uma nova ética ecológica combinada com uma drástica redistribuição do poder, e uma reformista, que considera necessária a adoção gradual de um novo modelo de desenvolvimento que interiorize a sustentabilidade do ponto de vista social e ambiental.” (apud HOEFFEL; REIS; JESUS, 2010, p. 112).

crítica desenvolvimentista – que, por sua vez, se expressou no debate acerca do subdesenvolvimento – que preocupou-se com a justiça social e posicionou a questão do desenvolvimento para o caso dos estados latino-americanos.

O projeto de Darcy Ribeiro contempla, portanto, um discurso desenvolvimentista, que discute a noção de crescimento econômico (sob os moldes com os quais a tratamos anteriormente) com vistas à compreender transformações dos países ‘subdesenvolvidos’ – embora o autor acredite no fato de que o crescimento econômico ainda seja condição essencial para o desenvolvimento social, debate anulado em discursos mais radicais e contemporâneos como o do *décroissance*¹¹.

Dada a localização da perspectiva de Darcy Ribeiro nesta longa narrativa, é parte de nossa proposta para entendê-la, investigar seus principais interlocutores e, por fim, avançar nas discussões sobre em que medida seu projeto se distancia e ou se aproxima de outras propostas na discussão específica do subdesenvolvimento. Não obstante (como vimos) ela não contemple noções contemporâneas de sustentabilidade ou sociodiversidade, mas tão só o debate sobre a desigualdade entre as nações e a busca pelo crescimento econômico destas. Tudo isto permanece em conformidade com o recorte escolhido na opção metodológica que anunciamos ao início deste trabalho, a saber: a circunscrição de apenas um debate na diversidade interna dos discursos dos diferentes paradigmas que compõe o campo do desenvolvimento.

No caso de Darcy Ribeiro, tal intento demanda um tratamento da questão dos estados nacionais como os principais agentes de desenvolvimento – já que isto não é regra para os novos projetos gestados sob noções mais contemporâneas, como as de sustentabilidade e sociodiversidade e que nos permite postular um critério de classificação.

A partir do exposto, vimos que a pergunta, a qual a teoria de Darcy Ribeiro vem a responder quando disserta sobre o desenvolvimento, se subdivide em duas. As perguntas são responsáveis por articular dois campos de discussão diferentes: primeiramente, o debate sobre o subdesenvolvimento – que se conecta ao questionamento sobre o

¹¹Segundo um dos autores ligados à perspectiva: “Com o risco de decepcionar, repetimos que o decrescimento não é um conceito, no sentido tradicional do termo, e que não seria o caso de falar propriamente de ‘teoria do decrescimento’ como os economistas souberam elaborar nas teorias do crescimento. O decrescimento é simplesmente um slogan, lançado por aqueles que procedem a uma crítica radical do desenvolvimento a fim de quebrar a rigidez economicista e de desenhar um projeto de reserva para uma política de pós-desenvolvimento” (LATOUCHE, 2004)

crescimento econômico de determinadas nações. E em segundo, sua teoria também se configura como resposta (no campo da Antropologia) para a pergunta sobre como as sociedades se transformam. A partir destes apontamentos, é possível mapear o campo de interlocução de Darcy Ribeiro nestes dois campos e como foram relacionados na obra do autor.

2.2 O debate sobre o subdesenvolvimento e a teoria da evolução sociocultural de Darcy Ribeiro

Vários são os discursos sobre o desenvolvimento, mas vimos que, até 1970, o principal agente de desenvolvimento e local de materialização desses discursos foi o Estado. Agora, interessa-nos entender a questão do subdesenvolvimento como um debate particular do campo do desenvolvimento, para a qual a teoria de Darcy Ribeiro se configurou como uma resposta.

Hann & Hart (2011) afirmam que, por meio século, os estudos sobre o desenvolvimento ofereceram um espaço de discussão interdisciplinar, onde existe uma divisão acadêmica do trabalho cada vez mais formalizada. Como ainda demonstraram os autores, as teorias que animam esta área mudaram junto com a história do mundo. A discussão do contexto da década de 1950 e 1960 (período especialmente interessante para nós), quando a teoria de Darcy Ribeiro foi produzida, dominada pela abordagem da “modernização”.

Até então, as teorias sobre o desenvolvimento se focavam exclusivamente nas transformações das sociedades europeias, berço de tal questionamento da forma como se constitui contemporaneamente. Tal debate orienta a perspectiva do autor analisado e que a Antropologia procura mediar, levando em consideração as ponderações de outros povos acerca do tema. A partir dos anos 1950, o porquê alguns países passariam por estes processos de crescimento econômico e outros não (tendo como um dos casos de estudo chave as transformações da América Latina), passou a ser a tônica do assunto. Desta pergunta em diante, surgem diversas especulações sobre as futuras transformações de países ‘pobres’, embasadas em crenças como a existência de uma “fórmula” do crescimento: esta poderia ser implantada para impulsionar o “desenvolvimento” de outros países (a própria teoria de Darcy Ribeiro aparece como uma dessas tentativas). Assim, das variadas teorias sobre o

desenvolvimento, destacam-se para este debate as emergentes após a Segunda Guerra, em que a principal preocupação dos projetos era buscar equacionar racionalmente a desigualdade entre países pobres e ricos. (cf. HANN; HART, 2011).

Nesse sentido, Hann & Hart (2011) afirmam que a questão do subdesenvolvimento pode ser entendida a partir da ideia de que os países pobres deveriam se tornar mais parecidos com os países ricos. Isso significava substituir instituições tradicionais por outras, mais próximas as dos países ricos como: “a ciência do capital ‘moderna’, a tecnologia, a democracia, o Estado de direito e a educação para todos” (2011, p. 101).

Estes valores atravessam diretamente a obra de Darcy Ribeiro. Com relação ao papel da ciência como reformadora da sociedade, não por acaso (antes da escrita de parte de sua obra), o autor se dedicou à construção da Universidade de Brasília – instituição totalmente idealizada pelo autor como espaço para o avanço científico do estado brasileiro. Deste modo, Ribeiro expressa sua teoria sobre a importância da autonomia tecnológica para o “desenvolvimento” das sociedades.

Com relação à tecnologia, esta é tematizada a partir de um modelo teórico, no que se percebe em *O Processo Civilizatório*. O autor é enfático ao colocar como motor da história (o agente capaz de transformar as sociedades) a tecnologia, a partir do conceito de revoluções tecnológicas. Segundo Darcy Ribeiro: “Empregamos o conceito de revoluções tecnológicas para indicar que há certas transformações prodigiosas no equipamento de ação humana sobre a natureza, ou de ação bélica, que correspondem alterações qualitativas em todo o modo de ser das sociedades.” (RIBEIRO, 1968, p. 97). O trecho apresenta um critério para análise da transformação das sociedades, de modo que a ênfase do autor se mostra ilustrativa sobre o papel que tais transformações teriam no processo de modernização – assim como o esboçado na pauta das discussões sobre o subdesenvolvimento.

O terceiro ideal anunciado por Hann & Hart – o estado de direito – se exibiu como parte da bandeira para os projetos de reformas de base, pertencentes ao partido ao qual Darcy Ribeiro estava associado. Em face dos programas de desenvolvimento oferecidos pelas teorias marxistas, de uma revolução comunista (em detrimento de um projeto de reformas via processos democráticos), ou mesmo, a despeito de ambos concordarem com a tese da evasão de divisas; Darcy Ribeiro posicionou-se contra perspectivas “revolucionárias” que não respeitassem as instituições democráticas como caminho para um projeto de reformas na política brasileira. Em oposição as perspectivas como defendidas pelo Partido Comunista

Brasileiro que o autor entendia como anti-democráticas e da qual desligou-se ainda na década de 1950.

Por fim, quanto ao assunto da reforma educacional, uma das principais áreas de atuação do intelectual foi a defesa de uma educação pública como propulsora para o avanço da sociedade brasileira. Influenciado por Anísio Teixeira e as discussões sobre a Escola Nova¹², Ribeiro fora a favor de um modelo educacional universalista – fato inusitado para as políticas de estado à época. Não obstante todos os outros temas sejam tratados especificamente no livro *O Processo Civilizatório*, a educação não aparece de forma explícita – contudo, sob a observação da totalidade da obra do autor, nossa hipótese sobre a importância do assunto para o autor pode ser justificada.

Com o objetivo de contextualizar Darcy Ribeiro no debate sobre o subdesenvolvimento, em diálogo com seus pares, concentraremos-nos nas principais críticas que o intelectual recebeu.

Hann & Hart (2011) afirmam que, por volta de 1970, tornou-se claro que o modelo da modernização não mais funcionava, deixando espaço para a ampla aceitação de teorias marxistas. Estas últimas consideravam o subdesenvolvimento como causa da dependência econômica dos países. Os países pobres participariam de um mundo controlado por um sistema dependente dos interesses dos países ricos. Assim, em seguida, buscavam retirar o formulário anteriormente proposto e que “era resumido essencialmente a um jogo de soma zero, na busca de redistribuição da riqueza da periferia para o centro.” (HANN; HART, 2011, p. 106).

O *Processo Civilizatório* traz a tensão entre estes dois discursos, o paradigma da modernização, o marxista-estruturalista em oposição ao que podemos chamar de marxista-histórico – sob a consideração da controvérsia sobre a dependência e sua tese de uma revolução “automática”. Sobre seu posicionamento neste debate, ainda no prefácio de seu livro, Darcy Ribeiro afirma que comentadores se confundiam ao classificar sua interpretação como marxista (os funcionalistas o faziam) ou ao contrário – como não marxistas –, (pelos marxistas-históricos), nas seguintes palavras: “etnólogo de índios brasileiros, que não era nem sequer marxista, pretendia nada menos que reescrever a teoria da história, o que equivalia,

¹² Para um debate mais detalhado com relação a esta temática e Darcy Ribeiro consultar: BOMENY, H. M. B. **Intelectuais da Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 86 p.

pensava ela, a inventar o moto-contínuo. O diabo era que eu pretendia mesmo!” (RIBEIRO, [1968], 1997a, p. 23).

Nesta citação, Darcy Ribeiro faz referência à oposição marxista que seu livro recebeu, ao propor – como principal quesito da história das sociedades – não a luta de classes, mas as revoluções tecnológicas. Tal escolha implicava em um projeto político de reforma (côncio da necessidade das instituições democráticas), em detrimento do plano revolucionário que se sustentava baseado na interpretação da transformação do processo histórico como caudatário da luta de classes.

Mantega e Rego (2002) realiza uma descrição sob o objetivo de organizar um histórico das teorias da dependência que tencionam essa discussão e, nesse sentido, do subdesenvolvimento da seguinte forma:

As teorias de subdesenvolvimento também podem ser divididas em grandes blocos. O primeiro deles seria o Colonialismo Mercantil (que privilegia as formas de colonização – povoamento ou exploração – como determinantes para se explicar a questão do desenvolvimento) e a apropriação pelas Metrôpoles do excedente gerado nas colônias via imperialismo (superexploração). As origens destas explicações estão em Marx, Robbins e Lenin, com contribuições importantes na América Latina tais como as de Caio Prado Júnior e André Gunder Frank (com a tese sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento); depois temos a teoria Centro-Periferia, de Prebisch e toda a Escola Cepalina, associada ao Estruturalismo Latino-americano, da qual as contribuições de Furtado e Conceição Tavares, e a Teoria da Dependência, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto são derivações importantes. O paradigma estruturalista (Prebisch e Furtado) entende o subdesenvolvimento como um fenômeno relacionado às estruturas produtivas da periferia – indústria não integrada, agricultura dual e comércio exterior reproduzindo tais assimetrias. Bresser Pereira (1985) chama de interpretação da superexploração imperialista a abordagem neo-marxista que trata o desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos como se fosse condicionado por forças externas (dominação desses países por outros mais poderosos). (MANTEGA e REGO, 2002, p.92)

A teoria de Darcy Ribeiro dialoga mais com a perspectiva histórica do Colonialismo Mercantil – ao fazer referência a um posicionamento da América Latina como dependente tecnologicamente em termos históricos –, seu intento é explicar o “atraso” pela história, sob a referência direta às conjecturas marxistas. Tal explicação se detém numa análise das estruturas produtivas.

Contudo, na perspectiva reformista de Darcy Ribeiro, o processo de desenvolvimento das sociedades latinas não se daria de maneira automática, conforme concluem algumas destas teses, mas sim como fruto de um projeto de estado que se atentasse ao plano que sua teoria da evolução sócio-cultural era capaz de sintetizar – a saber, a busca

por autonomia via o ajustamento destas sociedades ao processo evolutivo-social no âmbito das forças produtivas.

A ideia de Darcy Ribeiro estaria próxima a de Charles Bettelheim, tal como citado por Mantega, pois: “rejeita o conceito de subdesenvolvimento como estágio inferior do sistema sócio-econômico de um país. Contudo, não participando da crítica de que, o termo está revestido de mascaramento ideológico na medida em que parece indicar um estágio necessário a ser percorrido pelos países para que atinjam o desenvolvimento. Para Darcy Ribeiro, como para parte destes autores, a solução não virá com o passar do tempo, mas com o rompimento das relações internas e externas que vinculariam os países subdesenvolvidos aos centros hegemônicos internacionais”.

Reforçamos, aqui, que nem todas as teorias do desenvolvimento que engendram os paradigmas enumerados por Hann & Hart, fazem uso de uma perspectiva histórica como o caso de Darcy Ribeiro. Cronologicamente, este foi o modelo dominante a partir da economia política, especialmente no momento das discussões sobre pauta econômica (mesmo a despeito da assunção do paradigma estruturalista – segundo a observação presente na citação de Mantega). Com relação a este quadro e às teorias que utilizam a perspectiva histórica (como é o caso de Darcy Ribeiro), o recorte foi particular, ou seja, recorreu à uma teoria antropológica evolucionista. O que não implica, a nenhum dos procedimentos, a fidelidade a regras, no que diz respeito a como tratar a questão colocada pelo subdesenvolvimento a partir de uma perspectiva histórica.

A teoria de Darcy Ribeiro sobre o desenvolvimento foi escrita neste contexto, em meados da década de 1960, no auge da Guerra Fria. A principal preocupação do autor foi pensar no crescimento econômico das sociedades sob uma perspectiva socialista, ou seja, considerando o crescimento econômico, a justiça social e a crítica à dependência econômica dos estados latinos.

Preocupado com o futuro do Brasil e das nações latino-americanas, Darcy Ribeiro escreve sua teoria da evolução sociocultural, tentando entender o parco crescimento econômico destes países em face dos ricos, a partir de uma tese particular, diretamente ligada a estas discussões. Esta tese consiste, portanto, em superar o primeiro formulário caudatário das teorias do desenvolvimento ainda associadas à compreensão das transformações ocorridas na Europa. Este primeiro formulário afirmava que o crescimento das nações latino-americanas viria com o tempo ou através de reformas em suas instituições, sem considerar o papel do país nas relações com a economia mundial.

Após este diagnóstico, a teoria de Darcy Ribeiro buscou contar uma história, tal como a esboçada em seu livro *O Processo Civilizatório* que justificasse seu projeto. Esta procurou responder como esta relação historicamente desvantajosa fora construída: sua “moral” procura demonstrar a necessidade de construção de um caminho autônomo, com ênfase na tecnologia, por parte das sociedades – noção esta passível de ser relacionada à teoria do desenvolvimento de Darcy Ribeiro.

Sob os preceitos de tal teoria, o caminho para a autonomia abre-se a partir da tecnologia e do poder bélico, além da relação das conquistas destes por determinadas formações socioculturais – conceito com o qual o autor designa o que são sociedades. Esta tese é demonstrada exaustivamente em cada período de sua história (narrativa como construída em *O Processo Civilizatório*), dividida em oito episódios pautados em revoluções tecnológicas ocorridas na história da humanidade. Tais revoluções servem para exemplificar sociedades que se tornam dependentes ou não – neste último caso “desenvolvidas”. Em cada revolução tecnológica narrada, o autor destaca uma determinada formação histórica que assume a dianteira do processo evolutivo, e faz de outras nações suas dependentes – justamente por estas deterem o poderio tecnológico e bélico.

A despeito da diversidade das teorias sobre o subdesenvolvimento – das quais esta teoria de Darcy Ribeiro entra como mais uma voz no debate – algumas semelhanças permitem aproximar o discurso do intelectual à pauta do debate. Como sugerido por Kugelmas:

Em primeiro lugar, todos acentuam as assimetrias nas relações internacionais, isto é, compartilham uma visão crítica da tradicional concepção ricardiana das vantagens comparativas dos países no comércio internacional. Em segundo, nutrem desconfiança quanto ao suposto espontaneísmo do mercado, donde deriva a necessidade de algum tipo de intervenção estatal. Em terceiro, defendem enfaticamente a necessidade da industrialização, ponto que também desencadeia muitas polêmicas. Em suma, temos um verdadeiro conjunto de idéias que marcam muito o início do trabalho da ONU, algo que acaba por se transformar em um corpo teórico com capacidade de convencimento, torna-se linguagem corrente nos países considerados atrasados (no chamado Terceiro Mundo, expressão cunhada à época pelo demógrafo francês Alfred Sauvy) e – o que nos interessa particularmente – converte-se, no caso brasileiro, e de uma forma mais nítida do que nos demais países latino-americanos, em um dos eixos centrais do conflito e da discussão política. (KUGELMAS, 2002)

O trabalho de Darcy Ribeiro dialoga, portanto, diretamente com estas questões, primeiro, por explicar as causas desta desigualdade (para tanto, recorrendo a uma teoria geral

das transformações das sociedades) e, posteriormente, indica alternativas para superá-la com base no diagnóstico proposto pelo autor.

Estas teorias sobre o subdesenvolvimento estavam intimamente relacionadas aos projetos de estado e só deixarão de ser hegemônicas no campo de discussão do desenvolvimento, a partir dos anos 1970. Esse período é marcado pela emergência de organizações multilaterais e não-governamentais, além da decadência da ideia de estado-nação como resposta à crise do modelo de estado de bem estar social. (HANN; HART, 2011, p. 109).

Deste modo, os principais agentes do desenvolvimento eram os próprios estados-nações. Este aspecto de transformação era coordenado e encaminhado por projetos de estado, contava com o subsídio de diversas teorias do desenvolvimento que buscavam legitimar as políticas de estados à época – a teoria de Darcy Ribeiro foi uma delas. Tal perspectiva tornou-se responsável pela inserção destas teorias e participação de intelectuais como Darcy Ribeiro nestes planos para a nação.

Assim, buscamos posicionar a teoria de Darcy Ribeiro na diversidade de sobre o desenvolvimento, como demonstrados por Hann & Hart, (2011), Miraglia, (2007) – contudo, há alguns que se caracterizam por ter projetos de estado como os agentes do desenvolvimento. No que diz respeito aos países latinos, faz-se presente nestes discursos uma discussão específica – tratada na literatura a partir do tema do subdesenvolvimento (HANN; HART, 2011); (KULGELMAS, 2007), que justifica também várias políticas de estado, e transparece como o sentido para o qual a teoria da evolução sociocultural (presente no livro *O Processo Civilizatório* de Darcy Ribeiro) foi produzida.

Reforçamos a hipótese de que a participação de Darcy Ribeiro foi direta neste debate a partir da produção de uma obra o que habilita relacionar sua teoria com um projeto de estado para além de outros projetos como presente em sua biografia – ainda que a partir de ideias sobre o desenvolvimento provindas de uma teoria antropológica. Tal fato pode ser ainda confirmado se lembrarmos, junto de alguns autores (como PEIRANO, 1981), da existência de uma ligação específica da antropologia a projetos de estado. No entanto, ao adentrar no debate do subdesenvolvimento, a teoria de Darcy Ribeiro aparece como uma das raras mediadoras destes dois campos.

2.3 Darcy Ribeiro, Antropologias e o „Desenvolvimento“

A conexão entre as teorias do desenvolvimento, a antropologia e os projetos de estados não é nova: esta relação já fora suficientemente discutida, principalmente no início da disciplina, como por Peirano (1981), destacando como, em cada país, esta relação se manifestou diferentemente, mas coincidindo em parte, no que diz respeito a projetos de construção de nação. Teorias sobre o desenvolvimento participaram de diversos projetos de estado – a Antropologia contribuiu forjando discursos e atuando em alguns projetos de estado que assumiram o papel de justificativa científica para estes projetos, nem sempre no plano teórico.

Na história das ideias sobre o desenvolvimento na Antropologia, o principal ponto de interlocução entre estes projetos e a disciplina residiu na problemática das mudanças culturais – assunto muito enfatizado no evolucionismo, por exemplo. Nesse sentido, pensar a transformação das sociedades passava pela postulação de teorias que tratavam de temas como as desigualdades socioeconômicas dos povos, assim como o exposto pelas teses evolucionistas para o caso da transformação da sociedade britânica e da Europa em particular.

Estas teorias de posse de um sentido relacionado à história da humanidade (entendida como um processo de evolução ou progresso) ou de mudanças sem sentido, (não passíveis de serem apreendidas pela investigação científica), fomentaram várias leituras caudatárias de diferentes teorias sobre a transformação das sociedades. Das primeiras abordagens originavam-se as teorias do desenvolvimento – sob o sentido strictu a qual Schoreder (1997) denomina como teorias do desenvolvimento. Segundo o autor:

A antropologia em geral delineou poucas teorias de desenvolvimento, algumas delas de cunho evolucionista ou dependencialista. A vasta bibliografia de Menzel (1995) sobre a história das teorias de desenvolvimento, atualmente considerada uma das melhores obras de referência para o tema, cita poucas publicações antropológicas. Dos autores, vale mencionar Elman Service, Morton Fried, Darcy Ribeiro (1968) e, para citar uma obra mais recente, Allen W. Johnson e Timothy Earle (1987).

Em um primeiro momento, estas teorias estavam relacionadas à explicação do desenvolvimento das sociedades que se industrializaram precocemente. A estratégia resumia-se em explicar as desigualdades entre as nações tendo como parâmetro de discussão o evolucionismo – a primeira interlocução da antropologia com o tema, portanto. Autores,

como Fabian (2002), destacam que isto pode ser considerado favorável para o surgimento da disciplina.

Para explicar a desigualdade sócio-econômica entre os povos, a Antropologia inicialmente recorreu à hipótese da existência de diferentes raças. À medida em que a teoria antropológica criticava a noção de raça, o tema da desigualdade sócio-econômica entre os grupos se tornava o resultado de diferenças culturais. Já que neste debate sobre as diferenças nem sempre a sócio-econômica (como colocada pela questão do desenvolvimento) fazia as vezes do debate principal na antropologia. Tal debate foi sendo eclipsado, pois colocava em suspensão a própria noção de progresso – nos mesmos moldes das considerações de C. Lévi-Strauss (1968) acerca da conexão entre os interesses dos povos ‘objetos de estudo’ da Antropologia e o desenvolvimento econômico.

Entende-se a relação entre teorias evolucionistas na Antropologia e projetos de desenvolvimento a partir do uso do método histórico. Este corrobora discursos que primavam pelo cientificismo na abordagem do tema e que subsidiavam projetos de estados gestados no interior das discussões sobre o desenvolvimento. Atentamos para o fato de que nem todas as teorias evolucionistas tratavam a desigualdade sócio-econômica como tema central, do mesmo modo como a teoria de Darcy Ribeiro o fez.

Responsável pela tradução dos livros de Darcy Ribeiro em suas edições norte-americanas, Betty Meggers (no prefácio de *O Processo Civilizatório*) afirma que a história da antropologia se caracterizaria:

(...) por violentas disputas entre evolucionistas e antievolucionistas; entre os que vêem a cultura como uma entidade a ser estudada em seus próprios termos e em consonância com suas próprias leis [*depreendidas do processo histórico*] e os que a entendem como uma livre criação do intelecto humano, obediente a seus caprichos; entre aqueles que acham que a compreensão do passado permitirá vaticinar o futuro e os que consideram o futuro imprevisível. (MEGGERS apud RIBEIRO [1968], 1997, p. 20, grifos nossos).

Estas teorias foram apontadas como etnocêntricas, segundo parâmetros de comparação elencados a partir de categorias ocidentais – como os costumes europeus, regras específicas de casamento¹³, a tecnologia, bem como a problemática noção de raça, entre outros.

¹³ A respeito das regras de casamento e a evolução consultar a querela entre L. Morgan e McLennan.

Um exemplo palatável pode ser visto na história da Antropologia britânica e deu-se no período em que a relação entre teorias do desenvolvimento, projetos de estado e teorias antropológicas realizou-se à medida em que o evolucionismo justificava os projetos de colonização do império britânico – ainda nos fins do século XIX e início do século XX.

A este respeito, Hann & Hart (2011) afirmam que os vitorianos lançaram a antropologia moderna não para entender as propriedades universais da natureza humana, mas à serviço da compreensão da evolução – processo que só poderia ser abordado considerando a história do mundo como um todo, na tentativa de tornar as mudanças a sua volta inteligíveis. O projeto consistia em uma hierarquização racial de povos a partir de suas variações de cor, com vistas a classificá-los segundo uma competência cultural – a Antropologia era a maneira de entender como isso aconteceu. Os autores ressaltam que tal método foi obviamente desacreditado por sua associação com o racismo imperialista. (HANN; HART, 2011, p. 100).

Como apontou um dos primeiros e principais críticos da presente abordagem, Franz Boas (1940), estas teorias legitimavam a própria história das sociedades a que se propunham investigar quando buscaram leis no processo de evolução da humanidade, a partir de um quadro comparativo da história das sociedades.

As críticas a este tipo de perspectiva como não consoantes à prática antropológica foram feitas, no caso da Antropologia britânica, não só pelo viés político destas, mas foram fruto, também, de querelas internas à história da disciplina. Como exemplo de uma destas controvérsias está a ascensão do método etnográfico exposto pelo funcionalismo britânico de Malinowski e Radcliff-Brown, como demonstrado por Stocking Jr. (1987).

Nesta perspectiva problematizava-se o conhecimento das sociedades em si e não a partir de sua história, no sentido de entendê-las considerando o próprio contexto dos grupos em questão. A questão da mudança social estaria em segundo plano, de modo a conectar indiretamente a disciplina aos debates acerca do desenvolvimento e, por sua vez, a projetos de estados.

Ao procederem à comparação de costumes entre diferentes sociedades, ocupando-se com uma história da humanidade, os evolucionistas estariam na perspectiva oposta. Sua posição abandonaria o conhecimento pontual de contextos etnográficos, empregando-os para a comprovação de suas teses acerca das transformações das sociedades e do curso da história – esta, tornando-se um reflexo da evolução da cultura europeia. Segundo os críticos do projeto evolucionista, tais contextos seriam extremamente complexos e ricos, merecendo estudos por si só, bem como deveriam tornar-se o escopo da disciplina.

Frente a estas críticas, estes teóricos reconduziram o centro da Antropologia para outras questões que não o desenvolvimento – contudo, sem deixarem de possuir inserção nos projetos de estado. No concernente à fundação da Antropologia britânica, Adam Kuper (2003) sobre esse impasse afirma que:

Haveria outra versão que não a convencional da história da antropologia social britânica, que teria tido sua origem na invenção do trabalho de campo e descoberta do funcionalismo durkheimiano por Malinowski e Radcliffe- Brown. Os desenvolvimentos teóricos, antes e depois da Segunda Guerra Mundial, refletem as relações complexas entre, por um lado, o contexto institucional e as redes de relações pessoais e, por outro, as atitudes em relação a questões políticas públicas e às restantes ciências sociais. Concluindo que a redefinição do papel da antropologia, estaria na clarificação da posição da disciplina, no contexto das ciências sociais, face a questões de políticas públicas na Europa e em outros países. (KUPER, 2003)

No pós - I Guerra Mundial e com a ascensão das forças norte-americanas na geopolítica mundial e da decadência do imperialismo colonial, não ao acaso, surge a maior crítica ao evolucionismo – orientada pelo culturalismo e por Boas, no caso norte-americano; e pelo funcionalismo, no caso britânico.

Com a mudança dos paradigmas de desenvolvimento relacionados a projetos de nação imperialistas, surge o relativismo cultural, utilizado como arma de Guerra pelo estado norte-americano – tal como o que conhecido na literatura sobre o assunto. O presente fator reconduz outros modelos de pesquisas como as de Ruth Benedict (1946): herdeira do legado boasiano e seu clássico estudo sobre o imperialismo. A autora justifica segundo alguns teóricos um novo colonialismo a partir de outros discursos que não a teoria da evolução – o culturalismo norte-americano. (ASAD, 1973).

Embora salientando a questão do desenvolvimento ainda do ponto de vista de história da antropologia, da antropologia evolucionista à etnografia, Hann & Hart (2011) apontam que, no século passado, esta transição significou a substituição de valores colonialistas de império por outros, que concernissem a um sistema mundial de Estados-nação independentes, baseados no direito humano e universal de defender o seu próprio modo de vida. Segundo os autores, uma consequência desta mudança foi a perda da visão global para os antropólogos (presente em seus antecessores do século XVIII). A capacidade crítica para entender o presente como uma etapa de transição para um futuro melhor (HANN; HART, 2011, p. 100).

Estas mudanças teóricas evidenciam a relação entre as teorias da antropologia e algumas políticas de estado naquele período – sustentadas, na maioria das vezes, por discursos

pautados na ideia de desenvolvimento. Para o caso norte americano, Baines (2004) destaca que:

Les Field argumenta que ‘os antropólogos eram e são implicados mais do que cúmplices no poder do Estado’. (...) Ele alega que ‘a cumplicidade entre antropologia e o projeto de construção da nação do governo dos Estados Unidos surgiu a partir da maneira em que conceitos específicos em antropologia e discurso sobre a nação se coadunaram, mais do que uma simples má fé’ (...) por parte dos antropólogos. (BAINES, 2004, p. 39).

Semelhantemente à antropologia norte-americana e distinto da antropologia britânica, o Brasil apresenta parâmetro para a questão da alteridade, presente nos projetos de desenvolvimento, construído a partir da oposição metrópole/colônias. A correspondência entre a alteridade postulada pelas teorias antropológicas e estes planos de estado, deu-se, sobretudo, no embate entre os projetos de construção do estado-nação e os habitantes dos territórios em que estas ex-colônias se constituíram, a partir do século XIX (cf. PEIRANO, 1981). Nos Estados Unidos, houve os dois sentidos, tanto para “dentro” (caso brasileiro) como para “fora”, no exemplo do Reino Unido, tematizando, sobretudo, a questão indígena.

A principal questão era administrar uma posição um tanto quanto incômoda em que estes países deveriam articular um projeto ocidental (a ideia de nação e estado) como herdeiros dos espólios das conquistas dos países europeus que os colonizaram. Tal fato deu-se na aurora de seus processos de independência, em embate com as perspectivas dos povos que ocupavam o território. Tal tensão como resumida por Velho (2008) ao afirmar que:

A questão das conexões entre colonialismo e construção da nação, o fato é que apesar delas, sem dúvida houve diferenças marcantes entre as antropologias de construção do império e as da nação. E foi no caso em que se partia da construção da nação que, além da questão da diversidade, mais se colocou a da *unidade*, pois o *outro* sendo interno, impunha-se uma delicada operação simultânea de reconhecimento e circunscrição, num sutil – mas delicado – equilíbrio, reconhecedor, por assim dizer, da natureza antinômica do real. (VELHO, 2008)

Salientamos que Velho não observa o mesmo reconhecimento com circunscrição no caso das antropologias de construção de império. Viveiros de Castro (1999) assinalou muito bem a semelhança entre estes processos e suas relações com a antropologia manifestada neste exemplo – sobretudo a partir de políticas indigenistas dos órgãos estatais, dedicados a tratar este impasse. Para o autor:

Como problemática a oposição feita entre “a antropologia brasileira, guiada pelo ideal do *nation-building*, e as antropologias britânica e americana, instrumentos de um processo de *empire-building*” considerando que, apesar de diferenças significativas [...] é preciso sublinhar com o traço mais grosso possível que, do ponto de vista dos povos indígenas, nosso *nation-building* é um caso puro e simples de *empire-building*. Esquecer isso é subscrever a ideologia dos ‘índios do Brasil’, que os recorta com a tesoura do estado e os veste com o traje da brasilidade [...]. (VIVEIROS de CASTRO, 1999, p.182).

Com a crítica à ideia de estado-nação, a Antropologia viu-se obrigada a um reposicionamento no debate que se refere a estes projetos de estado. Um dos exemplos foi a reformatação do campo da Etnologia, e particularmente, na área de estudos sobre o desenvolvimento – o que explica o deslocamento de Darcy Ribeiro em relação à maneira como a Antropologia atualmente vem atuando no campo do desenvolvimento. Isto pode ser verificado no que podemos chamar de uma Antropologia das preposições.

É recorrente o fato das preposições desempenharem uma importante função na Antropologia, quando diante de determinados assuntos. Assim foi para o caso do indigenismo brasileiro, quando parte da Etnologia – buscando criticar a relação da disciplina com o estado – marcou uma diferença no que diz respeito ao estudo das populações indígenas, ao opor índios do Brasil a índios no Brasil, como forma de crítica à perspectiva tutelar. (cf. VIVEIROS DE CASTRO, 1999).

Outro caso bastante conhecido é o da Antropologia dos nativos e com os nativos, cuja discussão se detém sobre a participação dos mesmos em etnografias e sobre autoridade etnográfica. (cf. CLIFFORD, 1983).

Tais preposições são excelentes também para pensar o caso dos estudos sobre o desenvolvimento na Antropologia. Primeiramente, enquanto a disciplina preocupava-se em formular uma teoria para a transformação das sociedades – e, assim, abarcar a problemática da mudança cultural associada a estes projetos de estado, como no caso da Antropologia de Darcy Ribeiro – a matéria passou a ser discutida com Antropologia do desenvolvimento, além da conotação de Antropologia aplicada, cuja possibilidade de intervenção na investigação científica sobre projetos de desenvolvimento estava assegurada. Com a ascensão de perspectivas críticas¹⁴ aos modelos de desenvolvimento e da ideia de estado-nação, o escopo da Antropologia na atualidade direciona-se a uma crítica tematizante do impacto destes projetos em população locais: a denominação passa a ser Antropologia e Desenvolvimento.

¹⁴ Sobre essas perspectivas consultar: PERROT, 2008; GALLOIS, 2009; VIVEIROS DE CASTRO, 2010; DUARTE, 2012.

A princípio, a Antropologia se vinculou à ideia de estado-nação e a seus projetos correspondentes a partir de uma perspectiva aplicada da disciplina – a que Schoreder se refere como uma antropologia do desenvolvimento. Houve uma reconfiguração da relação entre a disciplina e estes projetos, tornando-a crítica às ideias de desenvolvimento. Esta reconfiguração é o que delimita o escopo atual dos estudos antropológicos sobre o desenvolvimento, no sentido a que se referiu Gallois (2009): onde há a premência da preocupação com os impactos nas populações locais destes projetos.

Após este breve levantamento das diferenças entre as discussões sobre o desenvolvimento em diversos campos e a posição de Darcy Ribeiro, o objetivo que se segue é especificar como o intelectual articulou estes temas no que diz respeito a sua teoria.

Por fim, procuramos evidenciar estas relações a partir de um recorte específico que são os usos do passado por Darcy Ribeiro, no que diz respeito a sua teoria sobre o desenvolvimento, comparando-a a outros usos do mesmo na teoria antropológica, discutindo assim suas implicações. Busca-se demonstrar com isto o papel que as narrativas históricas (ou teorias da transformação como a sua) desempenham como parte da heurística e retórica (LÉVI – STRAUSS, 1968) no campo de discussão do desenvolvimento.

CAPÍTULO 3

BRASIL, A “NOVA ROMA DOS TRÓPICOS”: DESENVOLVIMENTO, HISTÓRIA E ESTADO NOS *ESTUDOS DE ANTROPOLOGIA DA CIVILIZAÇÃO*

It has always seemed that if a science were not independent of politics, something would be missing and the sky would fall on our heads. To show that the sky holds up perfectly well on its own, we have to be able to prove in a particular scientific discipline that belief in the sciences, like the old belief in God, is a ‘superfluous hypothesis.’ We have to give evidence that ‘science’ and ‘society’ are both explained more adequately by an analysis of the relations among forces and that they become mutually inexplicable and opaque when made to stand apart. (LATOURE, 1984, p.7)

Conforme apresentado nos capítulos anteriores a teoria da evolução sociocultural de Darcy Ribeiro serve como heurística e justificação de um projeto de desenvolvimento, que tem como base discussões político-partidárias intrinsecamente ligadas a um projeto de nação para o Brasil. Tal projeto tem como objetivo principal a superação das desigualdades sociais, discutido em paralelo a países da América Latina.

Procuramos neste capítulo evidenciar estas relações a partir de um recorte específico que são os usos do passado por Darcy Ribeiro, no que diz respeito a sua teoria sobre o desenvolvimento; comparando-a a outros usos do mesmo na teoria antropológica, discutindo assim suas implicações. Busca-se demonstrar com isto o papel que as narrativas históricas (ou teorias da transformação como a sua) desempenham como parte da heurística e retórica (LÉVI – STRAUSS, 1968) no campo de discussão do desenvolvimento. Em seguida buscamos mostrar que os valores subsumidos na teoria de Darcy Ribeiro estavam presentes em discursos da política brasileira.

3.1 A história como retórica de projetos de desenvolvimento: os usos do passado na teoria da evolução sociocultural de Darcy Ribeiro

Ao apontarmos o papel fundamental que a hipótese evolucionista assume na argumentação de Darcy Ribeiro para tratar o desenvolvimento, cumpre uma breve reflexão sobre como isto é realizado. Consideraremos a possibilidade de distintos usos do passado – leia-se noções da história – no discurso científico bem como na própria obra de Darcy Ribeiro, a fim de delimitar um recorte para posicionar o autor entre seus principais interlocutores nas teorias antropológicas.

Tal reflexão permite perceber de que a maneira o passado é utilizado pelas teorias evolucionistas, já que estas se posicionam no âmbito da retórica de alguns projetos de desenvolvimento vinculados a ideologias políticas de estados-nação. Apesar das similaridades entre elas (ocultadas no que Sahlins (1987) chamara atenção), a partir de C. Lévi Strauss (1975), acerca dos diferentes regimes de historicidade a que estão subsumidas. Os presentes tópicos contribuirão para caracterizar estes usos, ao contemplar o emprego da história como característica distintiva das narrativas de povos modernos e não-modernos.

Embora o evolucionismo faça uso do passado para suas considerações, tal fato não se confunde com todas as perspectivas de tratamento do mesmo na cultura moderna – ou mesmo nas teorias antropológicas. Ao mencionar a história, esta perspectiva refere-se ao passado diferentemente de parte da própria historiografia. Enquanto estas teorias evolucionistas buscavam formular explicações do presente a partir de dados sobre o passado, áreas da historiografia preocupam-se em entender o passado como objetivo final.

Como o assinalado anteriormente, cada teoria evolucionista tende a eleger um agente motor para as mudanças das sociedades. Esse agente torna-se capaz de definir um sentido para a história da humanidade, pois responde pelo sentido “objetivo” da mesma a partir de categorias como: socialismo, progresso, liberdade, e quaisquer outras relacionadas ao termo “desenvolvimento”. Vemos este uso do passado como base para interpretação da história humana e, desta maneira, utilizado como justificativa de projetos de desenvolvimento. Concernente a este assunto, na apresentação do livro de Darcy Ribeiro por Anísio Teixeira, este nos dá um exemplo da relação com o passado como tratado nestas teorias. O prefaciador

comenta que, naquele período, H. G. Wells havia escrito um famoso livro, *Outline of History*, em que revisou a catástrofe da Primeira Guerra Mundial e a crise por ela causada.

Ao referir-se ao livro de H. G. Wells, Anísio Teixeira afirma que: “É que, então queríamos saber como havíamos chegado a 1914!” ([1968], 1997a). Por citar um autor para compreender o procedimento destas “teorias” ou filosofias da história, Anísio Teixeira ilustra a utilidade destas como repertórios que legitimam verdadeiras agendas de desenvolvimento e projetos políticos na modernidade, tal como a obra de Darcy Ribeiro. Este procedimento não se confunde com um outro sentido do termo Teoria da História, ligado a discussões epistemológicas de historiografia (como questões de método e possibilidade de se conhecer seu objeto – o passado) ou com a própria historiografia (produto de investigação a partir de diversas fontes sobre o mesmo).

Em seu prefácio, o procedimento metodológico que se permite entrever na apresentação de Anísio Teixeira esboça o mesmo movimento feito no caso da obra de Darcy Ribeiro: o autor buscou explicar como as sociedades americanas haviam chegado ao subdesenvolvimento – e realizou sua conclusão a partir da observação das crises políticas, e das relações que cada sociedade mantiveram umas com as outras com referência a uma história das revoluções tecnológicas. Para tornar tais fatos inteligíveis, assim como H. G. Wells, Darcy Ribeiro não recorreu a nenhum outro repertório – tal como o religioso, ou a econometria no caso das discussões colocadas pelos economistas para o mesmo tema – mas foi “moderno”, ao recorrer a uma teoria científica histórica de base evolucionista (antropológica).

No caso de Darcy Ribeiro, seu livro indica muito mais que uma *Weltanschauung*¹⁵ – tal como o citado por Anísio Teixeira com relação a obra de H. G. Wells –, pois propõe deliberadamente outra, de maneira objetiva, sob a asserção de um projeto político de desenvolvimento. Segundo o que vimos até então, os usos da história variam conforme o objetivo dos autores.

No entanto, destacamos o papel justificador dos projetos de desenvolvimento que estas teorias podem assumir – verdadeiras mitologias para basear moralmente as ações políticas na modernidade. Tal sentença ganha veracidade sob a observação da Antropologia de C. Lévi-Strauss (1968). Por vezes, tais leituras são positivistas sobre o passado, com o objetivo de orientar as ações políticas no presente e futuro.

¹⁵ Tradução: visão de mundo.

As teorias evolucionistas eram bons instrumentos para os estados-nação, na medida em que creditavam a possibilidade de intervenção política, racionalmente orientada, para a mudança de sociedades – geralmente as de ponto de partida do antropólogo, tendo em vista um ideal de organização político-social. Ou seja, teorias como a de Darcy Ribeiro não só contemplavam teleologias corroboradoras de um sentido histórico que justificasse ações de intervenção, como também passaram a postular possibilidades diferentes às oferecidas pelas narrativas evolucionistas clássicas. Tais narrativas sugeriam uma transformação de outras sociedades em algo similar à organização política e social europeia, entendida como um processo inexorável. Contudo, as conjecturas de Ribeiro igualmente se inspirando nestas narrativas, se distanciava deste sentido final, embora aproximando-se destas teorias do desenvolvimento a recorrer a uma estrutura de história-profecia. Nesse sentido que o autor vê o Brasil e a América Latina como promessa, ao referir-se a “Nova Roma dos Trópicos” como encerra seu livro.

Sobre esta perspectiva de ação, ao comentar os diálogos entre o evolucionismo clássico e o neoevolucionismo de Leslie White (1959), em um número dedicado a este último na *American Anthropological Association*, propõe Barret (1989).

Virtually all of the 19th-century evolutionists thought that evolutionary development was the result of the application of knowledge and reason to human affairs; and since both knowledge and the sphere of reason tended to expand, humans were bound to gain increased control over their own destiny. Thus Tylor could write of ‘advances toward perfection’ (1871: 34) and suggested that humankind was entering a new age founded upon ‘conscious progress’ (1881: 275). Spencer, Lubbock (Burrow 1966: 214, 275), and Morgan (1877: 561-562) expressed similar optimism and for the same reasons. Tylor even considered anthropology a ‘reformer’s science’ because he thought it could provide the knowledge to enable humans to expunge retrograde and pernicious institutions (1871: 539). (BARRET, 1989, p. 6).

Este credo orientava, portanto, diferentes teorias do desenvolvimento expressas em termos evolucionistas. A obra de Darcy Ribeiro está inserida nesta tradição, um de seus principais resultados reside em sua teoria do desenvolvimento, que possui o intuito de reconduzir a história latinoamericana à marcha do “progresso humano” – sob a consideração da possibilidade de mudança de seu “destino”.

Como vimos, o instrumento para tanto foi o uso de uma narrativa histórica: seu emprego deu-se a despeito de suas singularidades com relação a outros intelectuais – estes utilizaram a mesma prática para sustentar projetos políticos de desenvolvimento que, por sua

vez, se vinculavam a outros planos de nação. Destacamos que nem todos os projetos políticos de desenvolvimento são baseados em teorias evolutivas ou antropológicas. O caso da teoria de Darcy Ribeiro se configura como exemplo: há uma relação com a história cuja busca compreender o passado, no intuito de orientar ações no presente e de alcançarem um futuro planejado – em outras palavras, existe um “horizonte de expectativas” nestas teorias, conforme o conceito do historiador alemão Reinhart Koselleck (2006).

Esta perspectiva no trato do tema do desenvolvimento está ligada a uma concepção de história que se aliou à crença na investigação científica – subjazem, aqui, ideias que caracterizam a própria modernidade, como destacou o autor.

A relação entre passado e futuro (construída por estas narrativas) estava intimamente relacionada ao início da ciência moderna, além da necessidade de capacitar-nos com previsão – segundo o modelo oferecido pelas ciências naturais. Por conseguinte, para Barret (1989), isto justifica o caráter reformista destas teorias.

C. Lévi-Strauss (1968) também demonstrou o papel que a história desenvolveria no pensamento ocidental em sua célebre crítica à razão dialética de Sartre. Nela, o autor aponta o papel que a filosofia da história do filósofo desempenharia na epistemologia moderna – as teorias evolucionistas são outro exemplo. Segundo C. Lévi – Strauss:

À força de fazer da razão analítica uma anticompreensão, Sartre chega, muitas vezes, a lhe recusar toda realidade como parte integrante do objeto de compreensão. Esse paralogismo já aparece na maneira de invocar uma história cuja dificuldade é descobrir se é essa história que os homens fazem sem saber ou a história dos homens tal como a fazem os historiadores sabendo-o, ou, enfim, a interpretação, pelo filósofo, da história dos homens ou da história dos historiadores. Mas a dificuldade torna-se ainda maior quando Sartre tenta explicar como vivem e pensam não os membros atuais ou antigos de sua própria sociedade, mas os das sociedades exóticas. (...) Nesse sentido, parece-nos que da lição combinada de Marx e Freud, Sartre reteve apenas a metade. Eles nos ensinaram que o homem só tem sentido com a condição de se colocar no ponto de vista do sentido. Mas é preciso acrescentar que *esse sentido nunca é o bom*: as superestruturas são atos falhos que socialmente "tiveram êxito". Portanto, é inútil indagar sobre o sentido mais verdadeiro a obter da consciência histórica. O que Sartre chama razão dialética não é mais que a reconstrução pelo que se chama da razão analítica de processos hipotéticos dos quais é impossível saber – salvo para aquele que os realiza sem pensar neles – se têm qualquer relação com o que ele nos diz e que, em caso afirmativo, poderiam ser definidos apenas em termos da razão analítica. Assim, chega-se ao paradoxo de um sistema que invoca o critério da consciência histórica para distinguir os "primitivos" dos 'civilizados', mas que – ao contrário do que pretende é ele próprio a-histórico: não nos oferece uma imagem concreta da história, mas um esquema abstrato dos homens que fazem uma história tal como pode manifestar-se em seu devir, sob a forma de uma totalidade sincrônica. Portanto, está situado em face da história, tal como os primitivos o estão perante o eterno passado: no sistema de Sartre, a história desempenha exatamente o papel de um mito. (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 279-282).

Como o demonstrado por C. Lévi-Strauss (1967), este recurso à história é graças ao peso que a ciência do passado (a historiografia) assumia (até o fim das grandes narrativas ensejado pelas críticas pós-modernas) na cultura dos modernos. Seu papel era explicar fenômenos sociais: tópico essencial para assegurar projetos políticos.

Esta relação com o passado – fundante para a constituição de sentido na teoria de Darcy Ribeiro – pode ser observada também no que diz respeito ao cotejo das fontes utilizadas pelo autor. Sua pesquisa é feita a partir de materiais oferecidos por algumas obras sobre filosofia da história, monografias e só em última instância suas experiências de campo e dados arqueológicos.

As interpretações específicas do autor com relação aos países latinos, à questão indígena no Brasil e sobre o Brasil – motivos que atravessam seu tema principal – são caudatárias, principalmente, dos primeiros materiais que são históricos.

Estes, além de subsidiarem a base teórica de sua análise e esclarecimento sobre as diferenças entre as sociedades, em termos de “**atraso**” e “**progresso**”, fornecem os dados com os quais fundamenta sua teoria. Tal oposição fundamenta a noção de desenvolvimento preconizada pelo autor, além de basear a construção da alteridade em sua obra.

Deste modo, as primeiras referências teóricas utilizadas por Darcy Ribeiro são o que o autor chamou de obras que fixam os “**princípios da evolução sociocultural**”: estas também estabelecem as “**sequências gerais da evolução**” (cf. RIBEIRO, [1968], 2005, p. 285), segundo o autor:

De especial valia na realização deste trabalho foi o apelo a estudos clássicos sobre a evolução sociocultural que abordam o problema globalmente, muito dos quais têm ainda hoje um flagrante valor de atualidade. Recorremos igualmente a estudos contemporâneos que reconstituem sequências parciais do processo evolutivo ou analisam problemas particulares da dinâmica cultural. (RIBEIRO [1968], 2005, p. 34).

A questão de se tratar o presente a partir do passado está relacionada a pelo menos três discursos com os quais Darcy Ribeiro dialogou – dois referentes à antropologia e um outro, não. De acordo com as referências de Darcy Ribeiro, vemos no primeiro os estudos clássicos da Antropologia (como o evolucionismo); no segundo, há algumas obras do marxismo dedicadas ao tema, conforme a noção de acumulação primitiva (a que nos dedicamos no início do capítulo, quando abordamos o tema do subdesenvolvimento); e, por

fim, as teorias da “moderna” Antropologia – naquele contexto, referenciadas pela escola neoevolucionista.

Com relação à perspectiva teórica adotada por Darcy Ribeiro e todo o restante deste primeiro material relacionado à Antropologia, poder-se-ia referir a estes como teorias históricas (diferentes de teorias historiográficas), em oposição ao que Cardoso de Oliveira (1988) chamou de paradigmas funcionalistas.

É importante lembrar que este neoevolucionismo, assim como o evolucionismo a que se refere a obra de Darcy Ribeiro, não diz respeito a qualquer outro neoevolucionismo, ou seja, qualquer teoria, implícita ou explícita sobre a evolução. Sua base está em uma escola posterior ao evolucionismo clássico (surgida nos Estados Unidos a partir da década de 1940, bem datada, portanto), cujos principais expoentes foram Leslie White e Julien Steward. Estes se preocuparam em trazer o legado da antropologia de L. Morgan, considerando a volta da perspectiva evolucionistas – uma vez que fora eclipsada na academia norte-americana por perspectivas historicistas e políticas de F. Boas.

Se tratarmos qualquer paradigma que faça uso do passado que não seja o evolucionismo clássico sob tal rótulo, corremos o risco de misturarmos propostas que são muito diferentes entre si. Um exemplo seria tratar de maneira muito apressada o historicismo (presente na escola difusionista) do mesmo modo como este neoevolucionismo especificamente norte-americano. Nesse sentido, a história nestas diferentes escolas torna-se um “mito” que se apresenta de diferentes maneiras, e em diferentes autores, cada um deles produzindo suas próprias combinações.

Embora estes dois paradigmas antropológicos (evolucionismo e difusionismo) façam uso da noção de história, esta relação termina na primeira escola graças a possibilidade de uma teoria da evolução cultural (como no caso de Darcy Ribeiro), ao passo que a última deixa esta possibilidade sob suspeita.

Por outro lado, estas teorias se aproximam, pelo fato de que nelas não se concebe apenas fatores estruturais para o entendimento de uma sociedade. Assim, a explicação do desenvolvimento não se formula devido a relação entre as partes que constituem um sistema, mas através do esclarecimento sobre as causas de um dado sistema – ou seja, a perspectiva histórica assume um papel proeminente.

Ademais, ressaltamos que este ponto de vista histórico nem sempre coincide com a perspectiva historiográfica. Compreender um dado fenômeno conforme as conexões entre o passado e o presente e em termos de causalidade, não necessariamente se confunde

com parte do interesse historiográfico – que pode se definir pelo compromisso em situar e entender um evento passado em seu contexto.

Ao contrário do evolucionismo e tantos outros aportes de disciplinas (como a própria economia política), a historiografia fornece subsídios empíricos para as teorias destas primeiras. Tal fato se efetiva distintamente a uma teoria historiográfica, que se designa por conjecturas sobre determinado evento passado – campo dos historiadores, como o destacado anteriormente. Contudo, estas escolas utilizam o método histórico, induzindo este tipo de associação apressada mais pela proximidade com determinado objeto, a saber, o passado – fator proeminente no caso dos historiadores.

Deste modo, isto não valida a aproximação deste método com o ofício dos historiadores – pois quando estes discutem o presente método, detêm-se demasiadamente nos problemas como o manuseio das fontes. Neste ponto, reside uma questão metodológica para a historiografia que não concerne às teorias evolucionistas cuja tarefa seja o entendimento de sociedades.

De modo contrário, quando utilizado de forma exagerada, o método histórico leva a um dos grandes equívocos apontados pela própria historiografia ao tratar do passado: o anacronismo. Este caracteriza-se pela projeção de categorias do presente que não diriam respeito a fatos de determinado período, como bem salientado por Marc Bloch (2001) em seu clássico estudo.

Esta posição reflete a crítica do difusionismo à história conjectural – no que diz respeito às teorias antropológicas evolucionistas – e mostra o contraste evidente entre as duas perspectivas (evolucionismo e difusionismo). Este se destaca por ensejar a crítica boasiana, ainda que a despeito do argumento de que haja uma filosofia da história por de trás de qualquer historicismo, como no caso difusionista.

O que fica patente, no entanto, é a tentativa de explicitar um processo histórico a partir de leis, como no caso do evolucionismo. Igualmente importante é o aspecto do ceticismo frente ao método para a formulação de uma teoria, diante da falta de evidências históricas suficientes para tanto, no caso difusionista.

Seria exatamente o evolucionismo o procedimento utilizado por Darcy Ribeiro em *O Processo Civilizatório* – ainda que o autor mencione o difusionismo em sua obra. Problematizar estas relações torna-se interessante a título de ilustração do método evolucionista: este fora empregado pelo intelectual no intuito de evidenciar como a ideia de

desenvolvimento pode assumir um sentido explicativo em sua teoria. Reassaltamos também o fato do autor utilizar fontes oriundas dos dois paradigmas.

Todavia, embora Darcy Ribeiro sirva-se de várias referências (neoevolucionismo, evolucionismo clássico, difusionismo) – que, em um primeiro momento, aparecem como discrepantes entre si –, o autor centra-se em uma perspectiva apenas: o neoevolucionismo. Um exemplo disto é sua leitura sobre os estudos pautados no difusionismo.

Com referência à possibilidade de uma teoria geral do processo histórico, que algumas vezes o autor retoma a partir do nome de uma “teoria da história”¹⁶, Darcy Ribeiro afirma que:

(...) Assim como as ciências da vida não podem passar sem um esquema da evolução biológica – o que não converte ninguém em *darwinista* –, assim também as ciências da sociedade e da cultura não podem prescindir do único esquema teórico capaz de tornar a história inteligível – e este será inevitavelmente evolutivo, ainda que não necessariamente *taylorista* ou *spenceriano*. Tudo isso significa que, quando não se conta com uma teoria explícita da evolução, se corre o grave risco de cair num evolucionismo irresponsável por si mesmo, porque implícito. Quando se fala, por exemplo, de Revolução Industrial no plano tecnológico, ou de Revolução Socialista no plano político, estão usando categorias que só têm sentido dentro de uma concepção evolutiva da história. Isso é, aliás, o que se faz habitualmente sem maiores conseqüências. Fazê-lo, porém pretendendo ser expressamente antievolucionista é pecado de indigência teórica. (RIBEIRO [1968], 2005, p. 39, grifos do autor).

Em *O Processo Civilizatório*, a opção de Darcy Ribeiro foi o neoevolucionismo. Não há menção ao difusionismo como teoria central para tratar o desenvolvimento. A não ser através da interpretação de dados oferecidos por este tipo de escopo de pesquisa, como o caso dos estudos do padre Schmidt (1942), citados por Ribeiro.

¹⁶ O autor não precisa o emprego do sentido de teorias da história. Deve-se considerar para tanto, o sentido desta expressão para historiadores, considerando o peso da reflexão epistemológica sobre a ciência histórica. Assim, a teoria da história é uma disciplina que tem como projeto a discussão sobre as condições e possibilidades do conhecimento histórico e a fundamentação epistemológica da historiografia para os historiadores. Ao passo que o sentido atribuído por Darcy Ribeiro é o de teorias sobre o processo histórico. Como vimos, a relação de proximidade entre os dois campos é apenas que os resultados desta última ciência seriam fundamentais para a comprovação empírica destas teorias. Como no caso citado – acima da diferença de teorias históricas e teorias historiográficas –, o sentido de Teoria da História para os historiadores é outro: versa, sobretudo, a respeito das condições e possibilidades de produção do conhecimento histórico, ou seja, a fundamentação epistemológica da disciplina História – as indicações que baseiam a disciplina advém da obra do filósofo e historiador alemão Jörn Rüsen (2003).

Por fim, os estudos difusionistas estão referenciados na obra de Darcy Ribeiro, por exemplo, nas suas observações bibliográficas em *O Processo Civilizatório* denominando tais abordagens como estudos “para-evolucionistas”. O autor apresenta a distinção entre estas escolas da seguinte maneira:

Duas orientações dos estudos antropológicos – apesar de apresentadas como opostas ou alternativas às teorias evolucionistas – produziram obras de grande interesse para o nosso trabalho. É o caso das obras difusionistas ou ciclodifusionistas de W. Schmidt e P. W. Koppers (1924), F. Graebener (1925), G. Montadon (1934), J. Imbeloni (1953) e Pia Laviosa Zambotti (1958 e 1959). Incluem-se também nessa categoria algumas obras antropológicas que procuram traçar panoramas do desenvolvimento das civilizações, tais como Alfred L. Kroeber (1994 e 1962) e Ralph Linton (1955). (RIBEIRO [1968], 2005, p. 287).

A maneira como esta escola é apresentada pelo autor – estudos para-evolucionistas – permite concluir que a referência primária de Darcy Ribeiro foi uma teoria sobre as mudanças culturais baseadas no neoevolucionismo, em detrimento de teses difusionistas. Além do que, diante do modo pelo qual Darcy Ribeiro alude aos estudos de temática difusionista, subentende-se uma interpretação otimista a respeito da ligação entre as duas escolas. Todavia, destaca-se a aposta de Darcy Ribeiro na escola neoevolucionista em que a primeira parece subordinada a segunda.

Sob a asserção destes pontos, é possível indicar a conexão entre estas escolas “históricas” da Antropologia como mais forte que a oposição com que eventualmente são apresentadas. Para o autor:

Não se trata, portanto, já não de tomar partido entre as doutrinas relativistas, privilegiadoras do difusionismo, do paralelismo, da convergência, e as explanações evolucionistas mais radicais, fundadas na proclamação da unidade psíquica da humanidade ou na superapreciação da freqüência de invenções independentes. A superação destas duas estreitezas será possível mediante a adoção de uma perspectiva mais ampla de análise, que conceitue a diversificação e a homogeneização das sociedades e de suas culturas como resultado tanto de invenções originais – naturalmente mais raras – quanto da adoção de desenvolvimentos alcançados por outros povos, através da difusão e da expansão civilizadora e, ainda, de seus próprios esforços de adaptação ecológica e de integração das diferentes esferas de suas culturas. (RIBEIRO, [1968], 2005, p. 48).

A respeito da relação destes usos da história em teorias do desenvolvimento é importante frisar como o passado aparece figurado em elemento de disputa nos debates entre as teorias clássicas do desenvolvimento (que orientaram as primeiras propostas de

desenvolvimento). Nasce daí um diálogo proposto a partir de uma nova perspectiva, a neoevolucionista.

Nesse sentido, ainda no prefácio de Betty Meggers ao livro de Darcy Ribeiro, é possível observar o deslocamento postulado pelo neoevolucionismo com relação ao evolucionismo. No âmbito da controvérsia sobre o subdesenvolvimento, Betty Meggers valida o livro de Darcy Ribeiro com uma nova leitura da história afirmando que:

Nos Estados Unidos, herdamos a tradição da civilização ocidental européia, por nós considerada como a corrente principal ou central da evolução humana. Em consequência, julgamos todos os demais povos segundo nossos pontos de vista e os consideramos carentes. Nossos objetivos políticos nacionais se baseiam no pressuposto de que o sentido do progresso consiste em fazer os outros povos mais parecidos a nós, do ponto de vista político, social, industrial e ideológico. Acresce ainda que os melhores estudos sobre evolução cultural foram elaborados por estudiosos europeus ou norte-americanos e, em virtude disso, corroboram, implícita ou explicitamente, esse ponto de vista. Ribeiro, entretanto, não é um produto de nossa tradição política e acadêmica. É um cidadão do chamado “Terceiro Mundo”. Como tal, encara o desenvolvimento cultural sob um prisma distinto e percebe nuances que para nós permanecem encobertas. (MEGGERS apud RIBEIRO, [1968], p. 22)

Acima, a importância das teorias evolucionistas e seu uso da história são assinalados. Ao criticar uma história da evolução pautada nos costumes europeus (como no caso do evolucionismo clássico), o neoevolucionismo busca como base uma história das aquisições tecnológicas significativas para o padrão de adaptação das culturas diante da natureza. Assim, seu programa desconstrói as grandes narrativas clássicas que afirmam um processo de mão dupla – processo este que aponta o fim da história dos outros povos como o apogeu da sociedade capitalista européia ou norte-americana, cuja história ainda estava por ser feita.

Este movimento nos parece fundamental para caracterizar uma das formas daquilo que Gallois (2009) usou para destacar o fato de se “verificar como, localmente, os mais diversos atores se apropriam desses discursos (do desenvolvimento) para fins próprios e contraditórios entre si”. No caso desta pesquisa, a partir da etnografia da obra de um intelectual, vemos que no próprio discurso antropológico a história desempenha papel fundamental como instrumento de legitimidade na construção destes discursos, mesmo que em alguns pontos também seja alvo de disputas.

3.2 A teoria da evolução sociocultural como subsídio de um projeto de nação

Assinalamos anteriormente que tal teoria constitui-se a partir de dois conceitos-chaves: **aceleração evolutiva** e **atualização histórica**. Ambos são responsáveis por articularem o sentido da “teoria da evolução sociocultural” a parte dos ideais do trabalhismo, principalmente, o nacional-desenvolvimentismo. A partir deles, o autor relaciona uma teoria antropológica sobre a transformação das sociedades com um projeto de desenvolvimento de estado. Os conceitos de **aceleração evolutiva** e **atualização histórica** fazem referência, sobretudo, às relações de dependência entre as nações e que em parte se deve, conforme a tese do autor, ao processo evolutivo: relações de dependência caudatárias de revoluções tecnológicas, estas últimas responsáveis por habilitar a dominação de umas sociedades sobre a outras. Estes conceitos, portanto, são classificadores das sociedades e permitem, como afirma o autor: “definir as condições em que essa sucessão (evolução) se acelera, ou se retarda, ou entra em regressão e estagnação.” (RIBEIRO, [1968], 1997, p. 39).

O principal critério para definir as diferenças entre as sociedades, de maneira hierárquica, segundo Darcy Ribeiro, é a tecnologia e a força bélica de cada grupo. Deste modo estas ideias são os valores que constituem o sentido de sua narrativa, expressas a partir do conceito de revoluções tecnológicas – correspondente “ao objetivo de identificar as forças dinâmicas responsáveis pela sucessão de etapas e de formações”. (RIBEIRO, [1968], 1997, p. 42). Estas revoluções dão origem às formações socioculturais, conceito do autor que permite classificar as sociedades, ou ainda, em suas palavras: “discernir os modos de vida correspondentes a esses avanços evolutivos.” (RIBEIRO, [1968], 1997, p.43).

Portanto, é possível observar que uma teoria da evolução (nos padrões de Darcy Ribeiro) possuiria ao menos três aspectos: uma classificação dos grupos, um agente motor das mudanças sofridas por estes e, por fim, o sentido destas mudanças – considerando a atribuição de um valor (como já exposto), que, no caso, se expressa a partir da noção de autonomia vinculada à capacidade tecnológica de cada povo.

Podemos assim perguntar-nos sobre se essas teorias evolutivas, considerando a particularidade de cada uma, não são resultado de transformações de um modelo geral de narrativas evolucionistas sobre o desenvolvimento. Contudo, para responder tal questão,

precisaríamos do exame de outras teses evolucionistas distintas da de Darcy Ribeiro – porém, dado o recorte desta pesquisa e seus limites, a pergunta permanece apenas a título de hipótese.

No caso da “teoria da evolução sociocultural” – entendida aqui como sua teoria do desenvolvimento –, estes três aspectos são pensados enquanto valores por ideologias políticas também. Busca-se então, a seguir, apontar a relação de cada um destes aspectos (que nos permitem postular a ideia de um modelo para as teorias evolucionistas em forma de projetos de desenvolvimento), como presentes na teoria do autor em conceitos tais como: formações socioculturais, revoluções tecnológicas, atualização histórica e aceleração evolutiva, demonstrando de que forma estes aparecem “transformados” em outros discursos como os discutidos na política brasileira à sua época.

Nossa análise objetiva então, demonstradas tais relações, evidenciar o papel que a teoria do desenvolvimento do autor ocupou como um projeto de nação para o Brasil, considerando as discussões acerca do desenvolvimento que tomavam o debate político à época. Desta maneira é possível salientar como Darcy Ribeiro fez a articulação dos dois campos (teorias antropológicas e o debate sobre o subdesenvolvimento) apontados no capítulo anterior.

Com relação ao primeiro aspecto – concernente aos grupos pelos quais o projeto de desenvolvimento do autor é dirigido, assim como no debate político da época –, a classificação de Darcy Ribeiro giraria em torno da ideia de estados-nações (anteriormente, denominadas pelo autor como “macro-etnias”). Tal noção assume em sua teoria o papel dos “entes” que sofrem a ação do processo histórico (evolutivo), tratados de maneira ampla a partir do conceito de formações socioculturais.

Qual a relação desta ideia com o campo político naquele período? Pensar cada grupo como estado-nações permeando o centro da história humana é caro à formação de autores como Darcy Ribeiro, ao nascimento da Antropologia e da historiografia – estes que estavam engajados, sobretudo, no processo que Peirano (1981) denominou como *nation-building*.

Sua teoria não escapa ao perfil da época (que tem como centro de inquirição estados nacionais para o estudo da dinâmica da transformação dos grupos sociais) e espantaria qualquer etnólogo na atualidade que fosse a campo buscar sentidos de comunidade pautados em tais valores. Por este motivo, o autor refere-se ao conjunto de parte da sua obra – a que o Processo Civilizatório pertence – como: “Estudos de Antropologia da **Civilização**”. O termo

assinalado destaca o papel de uma Antropologia de “nós mesmos” em oposição ao escopo da Etnologia. No caso da teoria de Darcy Ribeiro, esta primeira relação entre o sujeito de sua teoria (estados-nações) e sua trajetória reside no fato do autor dirigir sua obra às nações latino-americanas. Tal tema aparece intimamente relacionado à posição política do autor, favorável à bandeira política do nacional-desenvolvimentismo dos trabalhistas brasileiros. Este grupo se distinguia por uma preocupação com a reforma do estado brasileiro (projeto este que compunha parte de seu saldo no jogo eleitoral). Sob uma perspectiva biográfica esta relação teria como base o exílio do autor, pela qual a escrita desses livros seria uma resposta ao projeto político do qual participara abortado pelo Golpe Militar (MATTOS, 2007). Ressaltamos que a pergunta que orienta o próprio objetivo de sua obra trata de estados-nações latino-americanas, tendo como contexto os regimes militares da década de 1960 e 1970 – anos em que seus livros foram escritos.

Na obra de Darcy Ribeiro, o problema da reflexão sobre as sociedades a partir da ideia de estado-nação já pode ser observada quando o autor fala da Revolução Industrial: segundo tese do autor, a ideia de consciência nacional foi importante para que algumas formações socioculturais tomassem a dianteira daquele processo em determinados países. Darcy Ribeiro menciona que:

Após séculos de elaboração de sua forma, como resultante de múltiplas fusões de povos, essas etnias alcançavam, afinal, consciência de sua especificidade em virtude do poder aglutinador do sistema político, empenhado em reservar ao seu empresariado o monopólio do mercado nacional. (RIBEIRO, [1968], 1997, p. 189).

Portanto, envolvendo o principal objetivo da teoria do autor (a partir de conceitos como o de formações socioculturais), a ideia de estado-nação estava simultaneamente presente em sua obra e no debate político da época.

O segundo aspecto que compõe a teoria do desenvolvimento de Darcy Ribeiro diz respeito ao agente de transformação das sociedades. Componente do evolucionismo manifestado nestas teorias sob a noção de “motor da história”. No caso da teoria de Darcy Ribeiro a questão da evolução enquanto progresso tecnológico aparece como originária de seu conceito de revoluções tecnológicas. Sob outras condições, o conceito utilizado para tanto seria distinto: relações sociais de produção, tal como o surge nas leituras de algumas teorias sobre a obra de K. Marx. Contudo, mais uma vez, o debate que aparece na teoria do autor também pode ser lido como um modo de inserção nas discussões políticas da época – que se

detinham na importância que a tecnologia passava a assumir para a construção de hegemonias na geopolítica mundial.

Estas questões se consolidaram no foro político no auge da Guerra Fria, graças à divisão bipolar do mundo e a corrida tecnológica e armamentista protagonizada pelos Estados Unidos e União Soviética. Cada bloco erigiu uma teoria justificadora de seu domínio – assim, segundo o exemplo das potências naquele momento, a teoria de Darcy Ribeiro tentou preencher uma lacuna para o caso dos estados latino-americanos, que eram disputados pelas duas potências.

A tecnologia aparece então como o valor primordial a ser analisado, passível de justificar a dominação de uns países sobre os outros. Darcy Ribeiro pretendia e se posicionou diante do antagonismo no plano da História política mundial com sua teoria. Este antagonismo variava entre dois discursos políticos: de um lado o liberalismo norte-americano e de outro, o comunismo soviético. Para tanto, como vimos, Darcy Ribeiro optou pelo nacionalismo como terceira via, a qual parte da esquerda latino-americana estava empenhada. Assim, no jogo político da época, as diferentes ideologias utilizavam-se de teorias evolucionistas que buscavam ser parte de um mito que as justificasse.

Quais são outras as teorias sobre o processo histórico com que Darcy Ribeiro dialogou no âmbito político? Segundo citação de um alemão ao seu livro, havia referências sobre a relação entre as ideias liberais e comunistas na ciência social, o que levou o Darcy Ribeiro a se posicionar no debate, esta autor afirma que:

As duas opiniões, ainda que pareçam totalmente incompatíveis, têm de fato muito em comum. Deixemos de lado, por um momento, o jogo das abstrações e consideremos a primeira opinião a das ‘ciências sociais acadêmicas’ e a segunda a do ‘marxismo ortodoxo’. Veremos que ambas estão de acordo no que diz respeito à ‘realização do presente’, ou seja, que as duas posições se encontram no concreto. Para ambas, o estado de coisas atual é a grande tarefa que se articula, no primeiro caso, como ‘desenvolvimento da sociedade industrial’ e, no segundo, como ‘revolução socialista’, e onde esta se tenha realizado real ou presumivelmente, as duas articulações coincidem em definitivo. Os que pregam o ‘fim das ideologias’ e o praticam ‘cientificamente’ chegam sub-repticiamente à ‘coexistência pacífica’ com os que possuem uma ideologia definitiva, apesar de todas as diferenças teóricas verbalizadas. (SONTAG [2007] 1968, p. 266).

Associada à primeira perspectiva no plano das ideologias políticas, a questão do crescimento econômico e do anti-comunismo pode ser mencionada conforme o destaque que Miraglia dá aqueles projetos de desenvolvimento se considerarmos a seguinte afirmação:

Um acontecimento histórico mencionado com frequência na literatura crítica sobre a discursividade sobre o ‘desenvolvimento’ é o lançamento do ‘Point Four Programme’,

pelo Congresso norte americano durante o discurso de posse do presidente Harry Truman em 20 de janeiro de 1949. Este evento é apontado por diversos analistas como o marco inicial do que vira a ser a ‘era do desenvolvimento’. (W. SACHS, 1992 [2001], 12; ESCOBAR, 1995, p. 3; RIST 1997[2004], apud MIRAGLIA, 200, p. 70)

Assim, por que o desenvolvimento tecnológico e não outro atributo para se estabelecer uma leitura dos processos de diferenciação das sociedades? Por conseguinte, o que gera a dominação de uma sociedade sobre as outras? São perguntas respondidas por Darcy Ribeiro. Como vimos, sua leitura sobre estas questões relaciona-se com a demanda ocasionada pela controvérsia política da época – mais precisamente, a do desenvolvimento tecnológico. Para articulá-la em sua teoria, Darcy Ribeiro recorreu ao debate proposto pelos autores neoevolucionistas.

A principal referência teórica de Darcy Ribeiro foi a obra de um dos pais do neoevolucionismo norte-americano, o antropólogo Leslie White. Esta foi lançada em 1949, simultaneamente ao *Point Four Programe*, através do Congresso norte-americano. Percebe-se, pois, o embate expresso no seio das teorias antropológicas evolucionistas com respeito a teorias do desenvolvimento e a possibilidade de articulá-las ao debate político, como assim foi feito por Darcy Ribeiro.

No caso de Leslie White, o projeto político esboçado em sua teoria era crítico ao plano de estado norte-americano associado ao liberalismo e que tinha como mote o “crescimento econômico”. Acusado de comunismo e perseguido pela CIA, Leslie White influenciou-se pelo marxismo. O autor distinguiu-se como um ferrenho crítico do liberalismo defendido pelo *Point Four Programe*, além de sua censura ao culturalismo norte-americano proveniente do âmbito das teorias antropológicas – que se alinham a este programa político. White vê a Antropologia como uma disciplina que, ao mostrar a diversidade cultural, teria uma vocação essencialmente crítica aos modelos hegemônicos do liberalismo, associado aquele projeto de desenvolvimento – especialmente os representados pela sociedade norte-americana.

Se C. Lévi-Strauss referenciou-se ao pensamento ameríndio para fazer uma crítica à sociedade ocidental europeia, arriscamos dizer que Leslie White recorria ao socialismo da União Soviética como uma verdadeira experiência de alteridade para fomentar o pensamento antropológico em sua crítica ao ocidente – Darcy Ribeiro, por sua vez, focava-se na experiência dos estados latino-americanos, cada um a seu modo constituindo um campo de debate acerca do desenvolvimento na Antropologia.

Almeida (2003) demonstra como a perspectiva neoevolucionista se encaixava no cenário acadêmico norte-americano naquele momento:

Nos Estados Unidos, pátria de Lewis Morgan, a exceção foi o antropólogo Leslie White, que visitou a União Soviética em 1929, quando iniciava sua carreira universitária. Segundo os organizadores de um livro póstumo de ensaios, Leslie White leu o *Capital* em 1930 pela primeira vez, e a partir daí converteu-se à concepção materialista da cultura: (...) a obra impressionou-o muito, particularmente o primeiro capítulo, lido muitas vezes nos anos subsequentes. Se White já não era um materialista cultural antes de encontrar as obras de Marx e Engels, ele certamente se tornou materialista depois disso. Passou a considerar as sociedades como tendo uma base tecnológica e econômica sobre a qual se ergue uma superestrutura. A superestrutura social, por sua vez, é encimada por um nível ideológico que dá expressão aos pensamentos, sentimentos e relações engendrados pelos níveis subjacentes: Leslie White fez uma interpretação global da visão materialista da história. Em vez da análise detalhada e etnográfica de sociedades particulares, enfatizou a idéia do desenvolvimento das forças produtivas como força motriz da mudança social em larga escala. Contudo, formulou essa idéia de maneira bem idiossincrática. Na obra intitulada *The Evolution of Culture*, Leslie White representa as forças produtivas como uma grandeza operacionalmente mensurável pela quantidade de energia disponível *per capita*. Note-se que essa quantidade, uma espécie de produto nacional bruto per capita, não é medida em valor-trabalho, e sim em unidades de energia tais como *kilowatts* ou calorias. Trata-se da energia física disponível para realizar trabalho a serviço da sociedade; é assim energia com baixa entropia. É conveniente notar que Leslie White combinou essa visão da história humana guiada pelo desenvolvimento da capacidade produtiva com uma visão culturalista da sociedade como uma imensa acumulação de artefatos-símbolos, incluindo-se aqui instrumentos de trabalho, regras sociais e obras literárias. Nesse sentido, Leslie White era ‘culturalista’ como Franz Boas, mas, ao contrário deste, distinguia na esfera dos artefatos humanos aqueles situados na ‘infra-estrutura’ daqueles situados na ‘superestrutura’. (ALMEIDA, 2003, p. 79).

Darcy Ribeiro utiliza a forma e os pressupostos do neoevolucionismo como o descrito acima, se contrapondo aos valores do culturalismo norte-americano e do funcionalismo – especialmente porque associados ao individualismo metodológico. Entretanto, o principal motivador de sua ação reside na observação crítica quanto a afirmação dos culturalistas sobre a impossibilidade de produzir teorias de largo alcance histórico – ponto fulcral a ser retomado para formular uma teoria acerca das desigualdades dos estados latino-americanos, que é o seu deslocamento com relação ao neoevolucionismo norte-americano. Ribeiro ao lado dos neoevolucionistas descartou o culturalismo como perspectiva – por estar associada diretamente ao liberalismo – e se aproximou do neoevolucionismo, devido à base que este concede à possibilidade de uma teoria da evolução.

Leslie White (1959) retoma o programa lançado por Tylor (que tematiza as possibilidades de se aferir leis na evolução cultural), sob o horizonte da proposição de uma ciência chamada culturologia. Torna-se interessante observar como Leslie White explica seu

projeto na introdução do livro citado por Almeida: há a apresentação e fundamentação desta “ciência”, reportando-se a uma história desta em termos evolutivos, em vez de descrevê-la – ou seja, a explicação (tal como o aporte metodológico proposto ao decorrer do livro) reside em contar uma história da mesma, nesse sentido os meios justificados pelos fins.

Na justificativa de seu projeto, a principal crítica de White foi ao individualismo metodológico e, principalmente, à escola de cultura e personalidade (herdeira do legado boasiano). Nesse sentido, o autor utiliza este seu projeto para a ciência antropológica igualmente para criticar os valores da sociedade norte-americana naquele período pós-guerra. O autor também critica o ponto de vista sociológico do interacionismo simbólico, bem como a ênfase na ligação indivíduo-cultura proveniente da Escola de Chicago – que tende a ver a cultura como resultado de um processo social de interação.

Neste tipo de formulação, percebe-se a relação entre teorias da cultura e pressupostos políticos como o socialismo e o liberalismo: assunto do qual os dois autores estavam preocupados em tomar posição. Este tipo de relação evidencia mais uma vez as implicações ocasionadas pela presença de teorias antropológicas em projetos de desenvolvimento.

Para Leslie White (1959), a cultura seria um fenômeno supra-biológico e supra-sociológico, simultaneamente. Os fatos culturais deveriam ser explicados sob a consideração de outros fatos culturais portadores de uma dinâmica própria. Neste mesmo caminho, Darcy Ribeiro utiliza-se de conceitos que descartam questões biológicas – o que resulta num tratamento do processo evolutivo sob uma forma abstrata. Conceitos como o de formações socioculturais e revoluções tecnológicas são expressões da controvérsia, eles apontam para a não existência de um agenciamento de indivíduos. O foco analítico das questões, as mudanças históricas, desvia-se do que se diz em historiografia tradicional de uma história de “carne e osso” (história a partir dos indivíduos), ou de algumas noções da própria etnografia – que, para os presentes autores, seriam representantes de valores liberais.

A justificativa de Leslie White (1959) para tanto, era a de que a antropologia tratava-se de uma ciência preparada para investigar estes processos culturais que possuem existência *sui generis*. Segundo o autor, em sua versão francesa, o presente projeto estaria esboçado a partir dos trabalhos de E. Durkheim. O autor afirma que, embora Durkheim tenha referido-se a este fenômeno a partir de conceitos como o de representações coletivas, este também teria assinalado a exterioridade dos fatos culturais. A cultura seria um processo *sui generis* regido por suas próprias leis. Desta maneira, seria necessário não subordinar o estudo

da cultura à compreensão da conduta humana, mas antes, subordinar a própria cultura a ideia de “coisas impessoais”.

A principal crítica de Leslie White (1959) para pautar esta perspectiva seria à filosofia do livre arbítrio. Esta manifesta-se de modo associado ao psicologismo oriundo das teorias da cultura que, por sua vez, são vinculadas às outras escolas norte-americanas e, por fim, ao próprio liberalismo que o autor postulava criticar. Sobre as críticas a sua teoria da cultura embasadas pelos que postulavam um diálogo com a psicologia, o autor afirma que: “Tampouco Ruth Benedict puede ver outra cosa que misticismo en el intento de Kroeber de formular una ciência de la cultura como una clase de fenómenos sui generis”. (WHITE, 1959, p. 52)

Estas colocações do autor bem expressam o ambiente intelectual norte-americano durante a Guerra Fria, pelo qual Darcy Ribeiro foi partidário quando embasou sua obra nos postulados neoevolucionistas de Leslie White.

O intelectual norte-americano associa as teorias antropológicas que pretendiam compreender o comportamento dos indivíduos com base na cultura às:

(...) fuerzas victoriosas em la guerra recién concluída están dedicadas al *status quo ante bellum*, a la preservacion del antiguo sistema de capitalismo, império, e imperialismo. Toda nuestra vida está, por lo tanto, impregnada de finalidades e ideales reaccionarios, y en una gran medida es dominada por ellos. Es probable que los vencedores de la segunda guerra mundial prolonguen durante cierto tempo esta atmosfera política e filosófica.” (WHITE, 1959, p.115-116.)

Crítico do liberalismo a partir da defesa do trabalhismo, não seria tão aleatório o recurso de Darcy Ribeiro a este tipo de teoria. Portanto, sua noção de cultura estudada como um fenômeno supra-biológico e supra-sociológico (e portadora de leis internas) habilita o autor a escrever sua teoria da evolução sociocultural.

Esses seriam os principais pontos a que chamamos atenção entre a relação das teorias antropológicas, projetos de desenvolvimento e debates políticos à época. Debate que permitiu a relação de conceitos como o de revoluções tecnológicas com uma crítica ao liberalismo no que diz respeito à segunda característica do modelo das teorias do desenvolvimento evolucionista por nós observada, a saber: o agente de transformação. Nesse sentido estes temas estariam subsumidos ao jogo político ao qual Darcy Ribeiro esteve

inserido, fato que repercutiu em sua opção teórica pelo neoevolucionismo. Ainda sobre este aspecto a título de conclusão, Almeida¹⁷ afirma que:

Por que falar de Leslie White no Brasil e em silêncios? Uma razão é que no Brasil, tivemos um ilustre continuador da tradição materialista-evolucionista de Leslie White e de Julian Steward, que foi Darcy Ribeiro. Talvez a contribuição principal de Darcy Ribeiro tenha sido seu estudo pioneiro e original do impacto das ‘frentes de expansão’ do capitalismo sobre as sociedades indígenas no Brasil – impacto esse cuja intensidade ele relacionou às diferentes formas de atividade econômica da frente capitalista. Pode-se dizer que Darcy Ribeiro esboçou assim um estudo mundialmente pioneiro sobre os efeitos da ‘acumulação primitiva’ do capital sobre sociedades indígenas. Mas o próprio Darcy Ribeiro não formulou nesses termos a sua teoria. Em vez disso, esforçou-se para situar a sua análise histórica no quadro de uma teoria geral da evolução sociocultural inspirada em White e Steward, isso na década de 1970, quando esses autores não eram lidos no Brasil (ainda não o são), e quando os argumentos que Löwie havia usado contra o evolucionismo na década de 1920 eram amplamente difundidos, em parte através de Lévi-Strauss. O fato de Darcy Ribeiro nunca ter sido um acadêmico, e de ser exilado político sob a ditadura militar, sem dúvida contribuíram para a exclusão de suas ideias do cenário da antropologia brasileira. (ALMEIDA, 2003, p. 83).

Mas vimos que, ao final, a teoria de Darcy Ribeiro destoa das duas perspectivas políticas – inclusive do socialismo internacionalista presente de modo implícito na teoria de Leslie White, sua principal referência.

Por fim, falamos da ligação entre os conceitos de Darcy Ribeiro e o trabalhismo no que diz respeito à classificação – os estados nação e o nacionalismo – também para o agente de mudança – o motor da história –, que o autor expressa na noção de revoluções tecnológicas e a importância que tal quesito assumiu no contexto da Guerra Fria. De acordo com a modelo da teoria do desenvolvimento de Darcy Ribeiro apresentada neste trabalho, o próximo passo está em abarcar o terceiro aspecto de sua teoria (que se coaduna com seu próprio sentido de desenvolvimento): a busca por autonomia dos estados-nações latino-americanos. Segundo nossa hipótese, tal ponto também se conecta aos valores do

¹⁷ Almeida em seu texto atenta o leitor para alguns dados biográficos de Leslie White.

nacionalismo trabalhista, cuja expressão acontece sob os conceitos de atualização histórica e aceleração evolutiva.

Como vimos, se, em parte, o conceito de revoluções tecnológicas tende a aproximar o argumento de Darcy Ribeiro ao de Leslie White – no sentido final de sua teoria da evolução sociocultural –, no entanto, o terceiro dos três critérios mencionados como componentes da teoria de Darcy Ribeiro permite o distanciamento do autor do internacionalismo soviético implícito nos argumentos de sua principal referência.

Os conceitos de atualização histórica e aceleração evolutiva possuem uma perspectiva multilinear do processo histórico, permitindo ao autor “nacionalizar” sua proposta. Tal processo provém do valor da autonomia, esboçado nestes conceitos e defendido também pelo trabalhismo brasileiro.

Esta perspectiva fora proveniente de Julien Steward (1955 caps. 2 e 11), contribuições que permitiram a Darcy Ribeiro forjar o sentido de sua teoria. O autor afirma:

Comparando o desenvolvimento de seis focos culturais (Mesopotâmia, Egito, Índia, China, Peru, e Meso-América), em que florescem civilizações fundadas na agricultura de regadio, Steward demonstra que em todos eles se podem distinguir ‘etapas homotaxiais não sincrônicas’ de desenvolvimento. (RIBEIRO, [1968], 1997, p. 25).

Desta tese, deriva-se a noção de multilinearismo dos presentes autores, que autoriza uma censura às conjecturas deterministas sobre o sentido da história presente nas teorias da evolução – como no caso do evolucionismo clássico e do marxismo ortodoxo. A crítica do autor ao evolucionismo clássico unilinear residia no ataque a sua característica eurocentrista. Já no que se refere às narrativas marxistas que também apresentariam outro determinismo, o exame de Darcy Ribeiro se liga à história contada do ponto de vista do “marxismo ortodoxo”. Este se distingue por considerar a evolução como um processo etapista e teleológico, que trata de um desenvolvimento também universal.

Sobre o tema, em sua formulação na política, é possível percebê-la através das leituras do processo histórico do Partido Comunista. A coerência de tal processo foi estendida ao caso brasileiro a partir do PCB – já que, segundo tais interpretações, os países da América Latina viviam um processo de modernização como uma etapa necessária para o advento do socialismo.

É possível identificar uma noção chave da crítica do autor a estas duas interpretações do processo histórico (a clássica e a ortodoxa) a partir de como ele entende o conceito de feudalização:

Conceitua-se o feudalismo não como uma etapa evolutiva ou um processo civilizatório gerador de uma formação sociocultural específica, mas como uma regressão cultural seguida do mergulho no estancamento sócio-econômico em que pode tomar qualquer sociedade que se encontre no nível de civilização urbana. Dessa condição regressiva as civilizações só podem ressurgir para restaurar-se nas mesmas bases, até que a emergência de uma nova revolução tecnológica enseje a superação desses movimentos cíclicos. Isso foi o que aconteceu na Europa, onde se desencadeou, pioneiramente, a Revolução Mercantil, fazendo de alguns povos o centro reitor de novos processos civilizatórios que se expandiram por todo mundo. (RIBEIRO [1968], 1997, p. 260).

Esta terceira via é que destaca o adjetivo diante de uma teoria evolucionista de multilinear – no âmbito da teoria do autor, como vimos. Nesse sentido, a crítica à visão etapista, em que este debate sobre o feudalismo é fundamental, esteve associada às leituras marxistas da história do Brasil. Estas se materializaram, por exemplo, no fato de atribuir-se à Colônia o sentido de feudalismo europeu, e, ao processo de urbanização coube o desígnio de modernização necessária do capitalismo, para enfim se chegar ao socialismo – interpretação do processo histórico com a qual Darcy Ribeiro discordava.

O segundo sentido para feudalismo, o liberal – que, por sua vez, provém de um processo civilizatório gerador de uma formação sociocultural específica –, é visto por Ribeiro de modo distinto das teorias clássicas, pois diz respeito a um processo particular, presente só na história da Europa. O autor opta por uma noção geral de feudalização que permitiria desfocar o futuro da América Latina. Darcy Ribeiro afirmando que:

Assim é que o desenvolvimento capitalista mercantil e o imperialismo industrial ganharam um perfil ‘europeu ocidental e cristão’, como se esses atributos étnico-culturais religiosos fossem o conteúdo fundamental da tecnologia da navegação, das armas de fogo, dos motores a explosão ou da gasolina. Em consequência, essas conquistas tecnológicas e o poderio nelas assentados foram tidos como ‘façanhas do homem branco’, e como provas de uma suposta superioridade inata sobre todos os povos do mundo. Na verdade, trata-se apenas de etapas naturais e necessárias do progresso humano que, por não terem amadurecido no contexto europeu, teriam fatalmente florescido em outra área, como a muçulmana, a chinesa ou a indiana. (RIBEIRO, [1968], 1997, p. 261).

Darcy Ribeiro critica, portanto, a evolução europeia como a única noção de progresso. Por outro lado (do ponto de vista antropológico), o problema estaria não apenas em uma crítica a uma única perspectiva de progresso, como demonstrado por C. Lévi – Strauss em *Raça e História* (1968), mas exatamente em atribuir à experiência humana o atributo da tecnologia como único modo a explicar a história das culturas – ainda que haja o deslocamento da perspectiva europeia. O determinismo das primeiras teorias torna-se claro

após a observação das especificidades deste continente. As proposições de tais conjecturas – que tendem a substituir a tecnologia como centro de um novo determinismo – não são capazes de problematizar como essas categorias não deixaram de ser apenas outra versão ocidental da experiência humana.

Na disputa política brasileira à época¹⁸, podemos situar pelo menos três projetos de nação (advindos de partidos políticos) que se relacionariam de maneira indireta ou não com estes pressupostos teóricos: o liberalismo, o comunismo e o trabalhismo. Com relação ao aporte marxista, primeiramente foram defendidos por uma esquerda radical – como exemplo, apontamos as teses do PCB (cf. PANDOLFI, 1995) que, apesar de não uniformes, tendiam à interpretação do processo histórico como teleologicamente orientado.

Segundo Darcy Ribeiro, estas interpretações eram tão equivocadas quanto as teorias clássicas européias, de viés liberal. A primeira crítica presente na obra de Darcy Ribeiro é dirigida a este projeto de nação, e afirma-se como uma leitura própria dos escritos de K. Marx como já exposto.

Com relação a este aspecto, apontamos para a importância que o autor assinala às forças produtivas como condicionantes do desenvolvimento das sociedades. Merece destaque o caráter não determinista de sua abordagem, em detrimento à ênfase nas relações sociais de produção – estas ensejavam a leitura comunista ortodoxa, criticada por Darcy Ribeiro. Tal questão foi célebre na cisão da II Internacional Socialista, ocorrida entre reformistas e comunistas. Ribeiro comenta:

Outra reserva pseudomarxista ao esquema conceitual de *O processo civilizatório* vem da escolha do desenvolvimento da tecnologia como critério básico de construção do nosso esquema de evolução sociocultural. Alega-se, aqui, que essa postura importa-se em invalidar o critério marxista, que faz das lutas de classe o motor da história, e do desenvolvimento dos modos de produção o critério fundamental da evolução social. Não há nesses argumentos senão palavreado vazio. Primeiro, porque não negamos a luta de classes, apenas assinalamos que apesar de tão importante, ela não se presta ao papel de categoria diagnóstica da evolução humana. Tanto é assim que muitas das suas formas básicas reiteram em formações sociais inteiramente diferentes e com defasagem evidente – como o escravismo romano e o escravismo brasileiro –, o que se ratifica, por um lado, sua relevância comprova, por outro lado, sua desvalia como critério distintivo de etapas da evolução. Em segundo lugar, porque os componentes estratégicos do modo de

¹⁸ Vale lembrar um dado biográfico de Darcy Ribeiro que é sua carreira política iniciada ainda no Governo JK nos anos 1950 e sua filiação ao PTB.

produção para o estudo da evolução social¹⁹ soam precisamente os meios de produção, vale dizer, a tecnologia, e não as relações sociais de produção, que seriam os antagonismos de classe acima referidos. Contestar em nome de Marx a utilização do critério tecnológico no estudo da evolução social humana é tanto mais absurdo porque é o próprio Marx quem reclama no primeiro tomo de *O Capital* (1962: 303) a necessidade imperiosa de se escrever a *história crítica da tecnologia*. Isso porque, a seu juízo, ela seria, no plano social, o equivalente da obra de Darwin no plano da evolução das espécies. Com efeito, depois de salientar a importância da história da tecnologia natural de Darwin, Marx, pergunta: Será que a história da criação dos órgãos produtivos do homem social²⁰, que são a base natural de toda organização específica da sociedade, não merece a mesma atenção? Conforme se verifica, foi Marx, que me pediu que escrevesse *O Processo Civilizatório*. Obviamente, ele esperava uma obra mais lúcida e alentada do que as minhas forças permitiam. Ainda assim, fico com o direito de crer que, apesar de tudo, o herdeiro de Marx sou eu. (RIBEIRO [1978], 2005, p. 31, *grifos do autor*)

O internacionalismo era outro grande valor comunista que contrastava com a proposta da teoria de Darcy Ribeiro, pois, apesar das facções dos partidos nacionais, estes deveriam abrir mão dos valores da pátria em nome do comando superior da Internacional. Este ponto ressaltado por Pandolfi (1995) é fundamental para uma leitura da particularidade do socialismo como projeto de desenvolvimento, em face do de Darcy Ribeiro, pautado no nacionalismo.

Um segundo projeto de nação naquele contexto – criticado por Darcy Ribeiro – que tece relações com outras teorias antropológicas, seria o liberalismo da escola de cultura e personalidade. Este discordava da possibilidade de explicação histórica dos fenômenos sociais, ou mesmo do “conservadorismo” – que Ribeiro associava a análise funcionalista.

Embora estes valores estivessem presentes nas teorias antropológicas, não é possível ligá-los diretamente a história dos partidos políticos brasileiros. Contudo, foram esboçados – nos valores da UDN, sobre os quais o autor se manifestou ao criticar o abandono de esquemas evolutivos. Com isto, podemos supor que a direita no Brasil estabeleceu relações escassas com as teorias antropológicas.

Por fim, o último projeto de nação destas perspectivas e com o qual a obra de Darcy Ribeiro dialogou foi o trabalhismo. Representado principalmente pelas forças do PTB,

¹⁹ Nos originais da 11ª edição brasileira, (1997), 3ª Impressão (2005) consultado aparece evolução racial no lugar de evolução social, dado o contexto da discussão acreditamos ser um erro de impressão.

teve influência direta sobre o intelectual, fomentando seus conceitos de justiça social, e principalmente, o nacionalismo.

A questão da soberania, postulada pela agenda política dos nacionalistas, vincula-se ao sentido da teoria de Darcy Ribeiro, pois valoriza a autonomia. A qualidade impõe-se como bastante importante, em um contexto de reordenação do mundo durante o período da Guerra Fria – os estados nacionais procuravam dominar uns aos outros, e a América latina, em parte, (com seu processo de independência recente) posicionava-se no debate a partir de uma perspectiva nacionalista.

Este nacionalismo pautava-se na defesa e denúncia de remessas de divisas, originárias das indústrias do país, ao capital estrangeiro. O presente fato norteou políticas de nacionalização de empresas – tais como as levadas a cabo por Leonel Brizola (importante político trabalhista) quando este era governador do estado do Rio Grande Sul, além de grande interlocutor de Darcy Ribeiro.

Percebe-se, pois, a preocupação do autor ao localizar sua obra principalmente na questão do subdesenvolvimento. O tema posicionou-se no plano teórico nas ciências sociais, pelo menos, desde a década de 1930: acompanhou também o processo de industrialização das sociedades latinas, especialmente do Brasil (cf. SKIDMORE, 1982).²¹

²¹ Não obstante se relatem surtos anteriores, como no caso do fim do Império, cujo período expressivo conhecido na historiografia foi a Era Mauá (SILVA, 1981).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação relaciona dois campos de debates, assim como o objeto que nos propomos analisar (a noção de ‘desenvolvimento’ de Darcy Ribeiro), a saber: discussões sobre a obra do autor; e nesse sentido fizemos referências aos estudos mais recentes sobre o mesmo – Bomeny (2001), Pinheiro (2006), Mattos (2007), Matias (2009) e Moreira (2010) – e, em segundo lugar, as discussões sobre o desenvolvimento. Isto porque sugerimos o tema do desenvolvimento como uma possibilidade de leitura da obra teórica do autor, problematizado nesta pesquisa a partir da questão a qual esta noção veio a responder. A obra do autor foi analisada a partir da problematização das relações entre os conceitos do autor, que o possibilitaram levar a cabo seu discurso sobre o desenvolvimento, a partir do que o mesmo chamou de uma *teoria da evolução sociocultural*, e sua trajetória.

Tal empreendimento nos permitiu observar algumas questões que nos colocam de maneira reflexiva frente ao debate geral proporcionado pela discussão sobre ‘desenvolvimento’ e os mais diversos atores que a mobilizam: o estado, movimentos sociais, populações locais, intelectuais em geral e, a antropologia, em particular, entre outros.

Assim como visto neste trabalho, a partir de Hann & Hart (2009), há mais de meio século, os estudos sobre o desenvolvimento oferecem um espaço de discussão interdisciplinar, onde existe uma divisão acadêmica do trabalho cada vez mais formalizada. Esta divisão não ocorre de maneira diferente no caso da Antropologia. Embora esta relação na disciplina seja mais no que diz respeito a temas que envolvem a discussão sobre o desenvolvimento, do que como uma diferença na tônica do discurso, que parece orientar o que Duarte (2009) definiu como *Antropologia e Desenvolvimento*.

É o que é possível observar ao analisar as falas de eminentes antropólogos no tema discutindo-o em um recente encontro, a convite do IPEA, (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas); que segundo este “vem fazendo um esforço para abrir seu leque de pesquisas e atividades, visando formular um conceito de desenvolvimento que contemple a proteção da população, o reconhecimento social e cultural de várias comunidades tradicionais e a preservação ambiental”. Este encontro foi resultado de um desdobramento de uma atividade no ano anterior, a 2ª Conferência do Desenvolvimento, (CODE), da qual teve como um dos resultados o próprio texto de Luís Fernando Dias Duarte, acima citado.

Nesse sentido se podemos diagnosticar uma uniformidade discursiva na proposta destes antropólogos, presente na fala de Feldman-Bianco (atual presente da ABA – Associação Brasileira de Antropologia), não deixamos de entrever a diversidade que a temática assume no próprio campo. A pesquisadora afirma que “a Associação não tem uma importância apenas científica na discussão do tema, ou seja, reflexão teórica metodológica, mas atua como “mediadora entre estado e movimentos sociais, a partir de um fórum temático com o objetivo de contribuir para o debate e para a implementação de políticas públicas, que devem levar em conta diferentes lógicas e saberes culturais”.

No que diz respeito à diversidade temática no campo podemos assinalá-la segundo a fala de outros participantes. Em um primeiro momento Alfredo Wagner destaca a questão da posse de terras indígenas e de terras de comunidades tradicionais, pelos efeitos “das grandes obras – barragens, projetos de hidrovias e outros – sobre essas populações”. Já no que diz respeito à discussão do tema em seu aspecto urbano, Eckert afirma que: “Temos uma importante função de mediação com as populações periféricas e não privilegiadas. A antropologia aos poucos tem sido convidada a participar de fóruns interdisciplinares de projetos sociais que atuam em conflitos sociais e problemas urbanos, como no caso de remoções motivadas pelas obras da Copa, atuando em ONGs e em entidades que discutem prevenção de desastres e catástrofes.” Para o debate a nível internacional do tema Feldman-Bianco destaca: “o estudo dos deslocamentos e migrações das populações, principalmente entre Estados nacionais, por exemplo,” que os leva “a pesquisar tanto os receptores quanto os locais de origem dessas populações. Isso abrange o exame de migrações do campo, da remoção de populações e suas causas políticas, como as orientações neoliberais na Europa.” Pacheco de Oliveira retorna à questão indígena especificamente quando afirma que: “É preciso ampliar o sentido do desenvolvimento desde o econômico ao cultural, ao social e a outras áreas, para que os novos direitos que estão surgindo venham a ser incorporados.” Andrea Zhouri destaca a questão do meio ambiente ao mencionar que: “Há uma preocupação com as condições de trabalho dos antropólogos nas áreas de políticas públicas, especialmente nas áreas de licenciamento ambiental”.²²

Percebemos então que a noção de desenvolvimento tematizada por Darcy Ribeiro sofreu um deslocamento. Este deslocamento contempla a própria biografia do autor

²² Este debate pode ser encontrado em: IPEA: Os antropólogos e o desenvolvimento. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Ano. 9, nº 92, Brasília, 2012.

no que diz respeito, não apenas a noção de desenvolvimento, mas disputas institucionais Mattos, (2007); perspectivas teóricas DaMatta (1979). Contudo a própria obra do autor inserida nesta história dos projetos de desenvolvimento também sofreu alterações. Estas se dão tanto no processo de alargamento de sua noção de desenvolvimento com relação a perspectivas passadas, que passa pela crítica do autor das narrativas evolucionistas clássicas, como pela inserção da temática do subdesenvolvimento e de novos atores na arena internacional destes projetos, como a América Latina.

Não obstante haja limitações de ordem teórica, principalmente, no que diz respeito ao aporte metodológico do autor na área da Etnologia, bem como o excessivo crédito dado ao estado brasileiro como condutor das políticas indigenistas. Hoje os antropólogos se preocupam mais em salientar as contradições, entre os direitos conquistados, e um dos principais atores para estas conquistas foram as políticas indigenistas que ensejaram o projeto de desenvolvimento que Darcy Ribeiro formularia posteriormente em sua obra, e a execução destes direitos conquistados na perspectiva de uma cidadania de fato.

Viveiros de Castro (2012) menciona em entrevista também recente, a necessidade de uma leitura “oswaldiana” de Darcy Ribeiro. Por mais que entendamos tal proposta como, sobretudo, metodológica, haja vista a relação do autor com a obra de Deleuze e deste com a filosofia e sua História, procuramos uma leitura a meio caminho da obra de Darcy Ribeiro. Problematizamos a importância de sua obra neste projeto de alargamento da noção de desenvolvimento, de uma perspectiva do crescimento econômico para o desenvolvimento social, assim, sem deixar de lado o que Darcy Ribeiro contribuiu para o debate.

Acreditamos deste modo termos feito um ajuste crítico, não escamoteando a obra do autor, contudo apontando seus limites, quais sejam: um retorno do mesmo às narrativas clássicas do desenvolvimento, ao privilegiar o eixo tecnológico, além da excessiva ênfase no estado, neste caso, o brasileiro. Tal proposta não permite entrever outros valores do que seja o “progresso” segundo outros povos, conforme a crítica postulada por C. Lévi Strauss (1968) e que a antropologia na atualidade toma como base de interlocução no debate amplo sobre o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.W.B. de. **Marxismo e Antropologia**. In: TOLEDO, C. N.; BOITO JUNIOR, A. et al. (Org.). **Marxismo e ciências humanas**. Campinas: Editora Xamã, CEMARX e FAPESP, 2003. p. 48-59.
- _____. Uma entrevista com Marshall Sahlins. In: PEIXOTO, F. A.; PONTES, H.; SCHWARCZ, L. M.(Org.). **Antropologia, história e experiências**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. p. 38-97.
- ASAD, T. (Org.). **Anthropology and the colonial encounter**. London: Ithaca Press, 1973.
- BÁDUE, A. F. P. L. Décroissance: entre política e meio ambiente. **Ponto.Urbe (USP)**, v. 5, p. 17, 2009.
- BAINES, S. G. Antropologia do desenvolvimento e povos indígenas. **Série Antropologia (Brasília)**, DAN, UnB, Brasília, v. 361, p. 1-12, 2004.
- BARCELLOS, L., LAMBERT, C.. Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro. **Primeiros Estudos - Revista de Graduação em Ciências Sociais**, Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/primeirosestudios/ojs/index.php/primeirosestudios/article/view/142>>. Acesso em: 09 maio 2012.
- BARRET, R. A. The Paradoxical Anthropology of Leslie White. [originally published . **American Anthropologist**, v.91, p.986-999, 1989. Disponível em: <<http://www.aaanet.org/sections/gad/history/088white2.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2011.
- BENEDICT, R. **Patterns of culture**. Boston: Houghton Mifflin, [1934], 1959.
- BENEVIDES, M. V. **A UDN e o Udenismo (ambiguidades do liberalismo brasileiro)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 297 p.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.
- BLOCH, M. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOAS, Franz. **Race, language and culture**. New York: The McMillan Company, 1940.
- BOAS, Franz. As limitações do método comparativo da antropologia. In: **Antropologia cultural**. Trad. Celso Castro – 5. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.
- BOFF, L. **Desenvolvimento sustentável: crítica ao modelo padrão**. 2011. Disponível em: <<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/desenvolvimento-sustentavel-critica-ao-modelo-padrao>>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- BOMENY, H. M. B. **Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001. 284 p.
- _____. **Intelectuais da Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 86 p.

- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CARDOSO, F. H.; FALLETTO, E.. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.
- _____. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 148-155, 1995.
- _____. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 244 p.
- CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- CLIFFORD, J. "On ethnographic authority". **Representations**, n.1, v.2, Spring, p.117-146, 1983.
- CROCKER, Christopher. "Selves and Alters among the Eastern Bororo. In: MAYBURY-LEWIS, D. (Org.). **Dialectical Societies: The Gê and Bororo of Central Brazil**. Cambridge Massachusetts/London: Harvard University Press, 1979. p. 249-300.
- CUNHA, M. M. L. C. da; VIVEIROS DE CASTRO, E. Vingança e temporalidade: os Tupinambas (primeira versão). **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 85, p. 57-78, 1986.
- CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. 201 p.p. São Paulo: Cosac e Naify, 1988.
- DAMATTA, R. "Carta Aberta a Darcy Ribeiro". In: _____. **Encontros com a Civilização Brasileira**, nº 15. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- DUARTE, L. F. D. Desenvolvimento e destruição. São Paulo: **Instituto Ciência Hoje**, 2011. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/sentidos-do-mundo/desenvolvimento-e-destruicao>>. Acesso em: 03 jan. 2012.
- DURKHEIM, É.; MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas. In: MAUSS, M. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2000 [1917]. p. 399-455.
- FABIAN, J. **The Time and the Other: how anthropology makes its object**. 2. ed.. New York: Columbia University Press, 2002. 205p.
- FERREIRA, J.; REIS, D.A. (Org.). Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964). In: _____. **As Esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.
- FRAZER, J.J.. 2005. O escopo da Antropologia Social. In: CASTRO, Celso (Org.). **Evolucionismo cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, [1908].

- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GARDINER, P. **Teorias da história**. Tradução Vítor Matos e Sá. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- GOW, P. **An Amazonian myth and its history**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- HANN, C.M; HART, K. **Economic anthropology: history, ethnography, critique**. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity Press, 2011.
- HARRIBEY, Jean-Marie. Desenvolvimento não rima necessariamente com crescimento. **Le Monde Diplomatique**. Disponível em: <<http://www.diplo.uol.com.br/2004-07,a949>>. Acesso em: 4 jul. 2004.
- HEYMANN, Luciana Quillet. **De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do "legado" de Darcy Ribeiro**. 2009. 247f. Tese (Doutorado em Sociologia) - IUPERJ, Rio de Janeiro, 2009.
- HOBSBAWM, E. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOEFFEL, J. L. ; REIS, J. C. ; JESUS, C. R. O conceito de Sustentabilidade na teoria social latino americana. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 19, p. 111-130, 2010.
- IPEA: Os antropólogos e o desenvolvimento. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Ano. 9, nº 92, Brasília, 2012.
- KOSELLECK, R. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Ed. & Ed. PUC-Rio, 2006.
- KUGELMAS, E. Revisitando o desenvolvimento. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, v. 22, n. 63, 2007.
- KUPER. A. Histórias alternativas da Antropologia Social Britânica. **Etnográfica**. Lisboa, Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_09/N2/Vol_ix_N2_AKuper.pdf> Acesso em: 10 out. 2011.
- LANNA, M. Sobre a comunicação entre diferentes antropologias. **Revista de Antropologia (USP)**, São Paulo, v. 42, n. 1 e 2, p. 239-265, 1999.
- LATOUCHE, S. O Sul e o ordinário etnocentrismo do desenvolvimento. In:_____. **Le Monde Diplomatique**. Tradução Frank de Oliveira. 2004. Disponível em <<http://diplomatique.uol.com.br/acervo.php?id=1049&PHPSESSID=2992afb2cd65c8594faad2ff286459fc>>. Acesso em: 23 nov. 2011.
- LEVI-STRAUSS, C. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70, 1960.
- _____. **Antropologia Estrutural I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- _____. **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.
- _____. **História de Lince**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LIMA, A. C. de S. . Sobre Indigenismo, Autoritarismo e Nacionalidade: Considerações Sobre A Constituição do Discurso e da Prática da Proteção Fraternal No Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ufrj/Marco Zero, 1987. p. 149-214.

_____. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995. 346 p.

MANTEGA, G; REGO, J. M. **Desenvolvimento, subdesenvolvimento: breves registros sobre a teoria da dependência e considerações sobre precursores**. Artigo oriundo de projeto de pesquisa financiado pelo Núcleo de Pesquisas e Publicações (NPP) da FGV/SP. São Paulo: 2002.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. Lisboa: Edições Avante, 1985.

MATIAS, G. R. **A utopia é de concreto: círculos sociais e a construção da UENF em Campos dos Goytacazes**. 2009. Dissertação (Mestrado em Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

MATTOS, A. L. L. B: **Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)**. 2007. 341f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade de Campinas, 2007.

MEGGERS, B.J. Environmental limitations on the development of culture. **American Anthropologist**, 56, 1954. p. 801-824.

MIRAGLIA, A. B. **Desenvolvimento, meio ambiente e cultura. Notas críticas sobre o debate socioambiental indigenista amazônico**. 166f. Dissertação (Mestrado Antropologia Social) - Universidade de São Paulo. 2007.

MORGAN, L.H. **A Sociedade primitiva: 1ª e 4ª Partes**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980. V. I e V. II.

MOREIRA, J. P. A. **Um trabalhista na nova República: pensamento político e atividade parlamentar do Senador Darcy Ribeiro (1991-1997)**. 136f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás, 2010.

OLIVEIRA, R. C. **O Índio no Mundo dos Brancos: a situação dos Tukúna do Alto Solimões**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964. 143 p. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

_____. **Sobre o Pensamento Antropológico**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro/CNPq, 1988.

OLIVEIRA FILHO, J. P. (Org.). **A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. v. 1000. 351 p.

ORLOVE, B. O. B. Ecological anthropology. **Annual Review of Anthropology**. V. 9, p. 235-273. 1980.

OVERING, J. O mito como história: um problema de tempo, realidade e outras questões. **Mana**, Estudos de Antropologia, Rio de Janeiro n.1, v.1, p.107-140,1995.

PANDOLFI, D. C. **Camaradas e Companheiros: história e memória do PCB**. Rio de Janeiro, Relume Dumara, 1995.

PEIRANO, M. **An Anthropology of Anthropology: the brazilian case**. 1981. Tese (Doutorado em Antropologia), Harvard University, 1981.

PERROT, D. Quem impede o desenvolvimento "circular"? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas) [Who restrains "circular" development? (Development and autochthonous peoples: paradoxes and alternatives)]. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 17, p. 1-348, 2008.

PINHEIRO, L. M. **Darcy Ribeiro e a América Latina: um pensamento em busca da identidade e da autonomia latino-americanas**. UNESP/Franca. 2006. 210f. Dissertação (Mestrado em História), 2006.

RAMOS, A. Revisitando a etnologia à brasileira. In: MARTINS, C.B.C.; DUARTE, L.F.D. (Org.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010. p.25- 49.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, n. 80, Mar. p. 109-125, 2008.

RIBEIRO, D. **Os Índios e a Civilização**. São Paulo: Círculo do Livro S.A., Editora Vozes, 1970.

_____. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **O Processo Civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. São Paulo: Vozes, 1968 (1997a). (Estudos de antropologia da Civilização).

_____. **O Dilema da América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

_____. **As Américas e a Civilização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

_____. **O Povo Brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997b.

RICKLI, J. **Negotiating Otherness in the Dutch Protestant World: Missionary and Diaconal Encounters between the Protestant Church in the Netherlands and Brazilian Organisations**, Vu University Amsterdam, 2010. 314p.

RIST, G. **Le développement: histoire d'une croyance occidentale**. 3. ed. Paris: Ed. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, [1996], 2007. 483p.

RÜSEN; J.. **Razão Histórica: teoria da História, os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SAHLINS, M. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SCHRODER, P. A Antropologia do desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina verdadeira? **Rev. Antropol.** São Paulo, v. 40, n. 2. p.83-100, 1997.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

STEWART, J. H. [1955]. The concept and method of cultural ecology, In: HAMMOND, P. E. (Ed.) **Cultural and Social Anthropology**. Selected Readings. New York: Macmillan, 1964. p. 427-436.

STOCKING JR., George W. **Victorian anthropology**. New York: Free Press, 1987.

SYKES, K. Ontology is just another word for culture. G.7 **Humanities Building**, Bridgeford Street (off Oxford Road, sort of behind Blackwells), Manchester, Saturday, 9th February. 2-5pm, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e BOTELHO, André. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. **Lua Nova** [online]. 2011, n.82 [citado 2012-01-21], pp. 11-16 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100002&lng=pt&nrm=iso>.

TURNER, T. Ethno-ethnohistory: myth and history in Native South American representations of contact. In: HILL, J. D. (Org.). **Rethinking history and myth: indigenous South American perspectives on the past**. Urbana & Chicago: University of Illinois Press, 1988. p. 235-281.

VELHO, O. A Antropologia e o Brasil, hoje. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.66, v. 23, p. 5-9, fev. 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Images Of Nature And Society In Amazonian Ethnology. **Annual Review of Anthropology**, Stanford, v. 25, p. 179-200, 1996.

_____. Etnologia Brasileira. In: MICELLI, Sergio. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Anpocs, 1999. V.1.

_____. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.113-148. 2002.

_____. **A inconstância da alma selvagem (e outros ensaios de antropologia)**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. 551 p.

_____. Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia. Sopro: Panfleto político-cultural.Sl: **Cultura e Barbarie**, n.58 set.2011. Conferência proferida no dia 24 de agosto de 2011 por ocasião de concurso para professor-titular de Antropologia da UFRJ. Disponível em: <<http://culturaebarbarie.org/sopro/outros/transformacoes.html>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

_____; SEEGER, A.; DAMATTA, R. A Construção da pessoa nas sociedades Indígenas brasileiras. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1-2, p. 2-19, 1979.

WAGNER, R. **The invention of culture**. Chicago: The University of Chicago Press, 1975.

WHITE, L. Tools, techniques and energy.The evolution of culture. In: Hammond, P. B. (Ed.). **Cultural and Social Anthropology**. New York, Mc Graw-Hill, p. 26-43; 406-426.[1959] 1964.

ANEXO I –

Quadros com as obras de Darcy Riberio divididas por temas

Quadro 1 – Etnologia

SISTEMA FAMILIAL KADIUEÚ.

Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol. II, São Paulo, 1948.

RELIGIÃO E MITOLOGIA KADIWÉU.

Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Rio de Janeiro: 1950.

ARTE KADIWÉU.

Separata de Cultura, nº 4, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro: 1951.

NOTÍCIA DOS OFAIÉ-CHAVANTE.

Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol. V, São Paulo, 1951.

ATIVIDADES CIENTÍFICAS DA SECÇÃO DE ESTUDOS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS.

Sociologia, vol. XIII, nº 4, São Paulo, 1951.

OS ÍNDIOS URUBUS. Ciclo anual de atividades de subsistência de uma tribo da floresta tropical.

Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas, vol. I, pp. 127-157, São Paulo, 1954.

THE MUSEUM OF THE INDIAN.

In: Museum, vol. VIII, nº 1, Unesco, Paris, 1955, pp. 5-10.

ARTE PLUMÁRIA DOS ÍNDIOS KAAPOR.

Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1957.

CULTURAS E LÍNGUAS INDÍGENAS DO BRASIL.

Separata de Educação e Ciências Sociais, ano II, vol. 2, nº 6, p. 4-102, Rio de Janeiro, 1957.

UIRÁ VAI AO ENCONTRO DE MAÍRA. As experiências de um índio que saiu à procura de Deus.

Revista Anhembi, vol. 26, nº 76, São Paulo: 1957, pp. 21-35.

CANDIDO MARIANO DA SILVA RONDON.

Revista de Antropologia, vol. 6, nº 2, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1958.

O INDIGENISTA RONDON.

Cultura, publicação avulsa do Ministério da Cultura, Rio de Janeiro, 1958, 75 pp.

O PROGRAMA DE PESQUISAS EM CIDADES-LABORATÓRIO.

Educação e Ciências Sociais, vol. III, nº 3, pp. 13-30, Rio de Janeiro: 1958.

A OBRA INDIGENISTA DE RONDON.

América Indígena, vol. XIX, nº 2, 1959.

A POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA.

Ministério da Agricultura, SIA, Rio de Janeiro: 1962.

ETNICIDADE, INDIGENATO E CAMPESINATO.

Revista de Cultura Vozes, vol. LXXIII, nº 8, outubro 1973, pp. 5-18.

UIRÁ SAI À PROCURA DE DEUS: ENSAIOS DE ETNOLOGIA E INDIGENISMO.

Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro/Brasil: 1974/1980 (1ª a 3ª edições).

OS PROTAGONISTAS DO DRAMA INDÍGENA.

Congrès du Centenaire, Actes XLII Congrès International des Américanistes, Paris, 2-9, Septembre-1976.

KADIWÉU. Ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza.

Editora Vozes, Petrópolis: 1979/1980 (1ª e 2ª edições)

SUMA ETNOLÓGICA BRASILEIRA (editor) 3 volumes

Editora Vozes, Petrópolis: 1986.

LOS INDIOS Y EL ESTADO NACIONAL.

In: COLOMBRES, A. (coord.) America Latina: el desafio del Tercer Milenio, Ediciones del Sol (Serie Antropologica), Buenos Aires, 1996, pp. 23-34.

ETHNICITY AND CIVILIZATION (com Mércio Gomes). Dialectical Anthropology, Kluwer

Academic Publishers, vol. 21, nº 3-4, Netherlands, september/1996, pp. 217-238.

DIÁRIOS ÍNDIOS: OS URUBU-KAAPOR.

Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1996 (1ª edição).

A PACIFICAÇÃO DOS ÍNDIOS URUBU-KAAPOR.

In: KAHUMASU, J.; KAHUMASU, K. Y. (org) Karai ta Namõ Mukatuha Rehe Har, Fundação Nacional do Índio/Summer Institute of Linguistics – SIL, 1990, pp. 23-34.

Quadro 2 – Educação

LA UNIVERSIDAD LATINOAMERICANA Y EL DESARROLLO SOCIAL.

Cuadernos, nº 16, Montevideo, 1965.

A UNIVERSIDADE NECESSÁRIA.

Galerna, Buenos Aires: 1967/1971 (1ª e 2ª edições).

POLÍTICA DE DESARROLLO AUTÓNOMO DE LA UNIVERSIDAD: Informe de Darcy Ribeiro.

In Colección Historia y Cultura, 13, Centro de Estudios Latinoamericanos, Montevideo/Uruguai, marzo de 1968, pp. 105-136.

ANÍSIO TEIXEIRA, PENSADOR E HOMEM DE AÇÃO.

In: Anísio Teixeira, Pensamento e Ação, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1960, pp. 228-326.

A UNIVERSIDADE E A NAÇÃO.

Educação e Ciências Sociais, ano VII, vol. X, nº 19, jan./abr., 1960.

A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

Educação e Ciências Sociais, vol. VIII, nº 15, pp. 33-99, Rio de Janeiro, 1960.

LA UNIVERSIDAD NUEVA, UN PROYECTO.

Ed. Ciencia Nueva, SRL, Buenos Aires: 1973.

LA UNIVERSIDAD PERUANA.

Editora del Centro de Estudios de Participación Popular/SINAMOS, Lima: 1974.

RETHINKING THE UNIVERSITY IN LATIN AMERICA.

Prospects, vol. IV, nº 3, Unesco, 1974, p. 315-330 (edição bilíngüe francês/inglês).

NOSSA ESCOLA É UMA CALAMIDADE.

Editora Salamandra, Rio de Janeiro: 1984.

O LIVRO DOS CIEPS.

Bloch Editores S.A., Rio de Janeiro, 1986.

UNIVERSIDADE DO TERCEIRO MILÊNIO: Plano Orientador da Universidade Estadual do Norte-Fluminense.

Revista Universidade do Terceiro Milênio, vol. 1, Rio de Janeiro: 1993 (edição bilíngüe português-inglês).

Quadro 3 – Estudos de Antropologia da Civilização

O PROCESSO CIVILIZATÓRIO: Etapas da evolução sócio-cultural (Série Estudos de Antropologia da Civilização).

Smithsonian Institution Press, Washington: 1968 (1ª edição).

AS AMÉRICAS E A CIVILIZAÇÃO: Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos (Série Estudos de Antropologia da Civilização).

Centro Editor de América Latina, (3 volumes), Buenos Aires: 1969 (1ª edição).

OS BRASILEIROS: Teoria do Brasil (Série Estudos de Antropologia da Civilização)

Arca Editorial, Montevideo/Uruguai, 1969.

CONFIGURAÇÕES HISTÓRICO-CULTURAIS DOS POVOS AMERICANOS.

In: Current Anthropology, University of Chicago Press, vol. 11, nº 4-5, octubre-diciembre 1970.

OS ÍNDIOS E A CIVILIZAÇÃO: A integração das populações indígenas no Brasil moderno (Série Estudos de Antropologia da Civilização)

Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1970 (1ª edição).

PROPUESTAS ACERCA DA LA RENOVACIÓN.

Editora UCV, Caracas: 1970.

O DILEMA DA AMÉRICA LATINA: Estruturas de poder e forças insurgentes (Série Estudos de Antropologia da Civilização).

Siglo XXI Editores, 1971/1983 (1ª a 11ª edições).

Il Saggiatore, Milão: 1976.

O POVO BRASILEIRO: A formação e o sentido do Brasil (Série Estudos de Antropologia da Civilização)

Editora Companhia das Letras, São Paulo: 1995 (1ª e 2ª edições).

Quadro 4 – Romances e Outros Escritos

UN CONCEPTO DE INTEGRACIÓN SOCIAL (et alii).

América Indígena, vol. XX, nº 1, p. 7-13, México, janeiro 1960.

LA CULTURA LATINOAMERICANA.

In America Latina em su arquitectura, Siglo XXI/Unesco, México, 1971.

CIVILIZACIÓN Y CRIATIVIDAD.

In Revista de la Universidad de México, vol. XXVI, nº 6/7, México, 1972.

QUE INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA?

Comunicação à II Conferencia Latinoamericana de Difusão, Cultura e Extensão Universitaria, UNAM/UDUAL, fevereiro de 1972.

TIPOLOGIA POLÍTICA LATINO-AMERICANA.

Nueva Política, México, ano I, vol. I, 1975.

MAÍRA.

Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1976/1978 (1ª a 9ª edições).

UNB-INVENÇÃO E DESCAMINHO.

Editora Avenir, Rio de Janeiro: 1978.

SOBRE O ÓBVIO: ENSAIOS INSÓLITOS.

Editora LPM, Porto Alegre/Brasil: 1979.

O MULO.

Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro: 1981 (1ª edição).

UTOPIA SELVAGEM.

Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro: 1982 (1ª e 2ª edições).

LA CIVILIZACIÓN EMERGENTE.

Nueva Sociedad, nº 73, Cultura e Contracultura, Caracas/Venezuela, julio/agosto de 1984, p. 26-37.

AOS TRANCOS E BARRANCOS.

Editora Guanabara, Rio de Janeiro: 1985/1987 (1ª a 3ª edições) 2 reimpressões.

MIGO.

Editora Guanabara, Rio de Janeiro: 1988 (1ª e 2ª edições).

EL HOMBRE LATINOAMERICANO 500 AÑOS DESPUES.

In: América Latina en el umbral del siglo XXI, Ediciones de la Presidencia de la Republica / Editorial Nueva Sociedad, Caracas / Venezuela, 1989, p. 50-55.

TESTEMUNHO.

Editora Siciliano, São Paulo: 1990/1991 (1ª e 2ª edições)

O BRASIL COMO PROBLEMA.

Editora Siciliano, São Paulo: 1990/1991 (1ª e 2ª edições).

A FUNDAÇÃO DO BRASIL, 1500/1700 (em colaboração com Carlos de Araújo Moreira Neto).

Editora Vozes, Petrópolis: 1992/1993 (1ª e 2ª edições).

TIRADENTES ESTADISTA.

Senado Federal, Centro Gráfico Brasília: 1992.

TIRADENTES.

In: A Sagração da Liberdade: heróis e mártires da América Latina.

Ed. Revan, Rio de Janeiro, 1994, pp. 111-132.

NOÇÕES DE COISAS (com ilustrações de Ziraldo)

Editora FTD, São Paulo: 1995.

GENTIDADES.

L&PM Editora, Porto Alegre, 1997.

MESTIÇO É QUE É BOM.

Editora Revan, Rio de Janeiro, 1997.

CONFISSÕES.

Editora Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 1997/2002 (1ª e 2ª edições).

EROS E TANATOS: A poesia de Darcy Ribeiro.

Editora Record, Rio de Janeiro, 1998.

AMÉRICA LATINA NAÇÃO.

Cadernos do Parlatino, nº 13, Parlamento Latinoamericano, São Paulo: janeiro de 1998, 85 pp.

HISTÓRIAS GÁTICAS: Fico, o gato do rabo emplumado. Eu, Edo, com medo fedo (Ilustrações de Patrícia Gwinner)

Editora FTD, São Paulo: 2002.